



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FERNANDO ANDRADE PIRES

**O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO EM MINAS GERAIS:
UM ESTUDO COMPARATIVO NA DIREÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA
ABEPSS**

MARIANA

2025

FERNANDO ANDRADE PIRES

**O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO EM MINAS GERAIS:
UM ESTUDO COMPARATIVO NA DIREÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA
ABEPSS**

Monografia apresentada à disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II, da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Cristiane Silva Tomaz.

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P667e Pires, Fernando Andrade.

O ensino dos Fundamentos do Serviço Social nos cursos de graduação das instituições federais de ensino em Minas Gerais [manuscrito]: um estudo comparativo na direção das diretrizes curriculares da ABEPSS. / Fernando Andrade Pires. - 2025.
138 f.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Silva Tomaz.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Currículos - Planejamento. 2. Ensino superior - Minas Gerais. 3. Estudantes - Atividades. 4. Formação profissional. 5. Serviço social. I. Tomaz, Cristiane Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378(815.1)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernando Andrade Pires

O ensino dos Fundamentos do Serviço Social nos cursos de graduação das instituições federais de ensino em Minas Gerais:
um estudo comparativo na direção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 01 de abril de 2025

Membros da banca

Profª Drª Cristiane Tomaz Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Profª Drª Sara Araújo - Universidade Federal de Ouro Preto
Profª Msª Verônica Medeiros Alagoano - Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Cristiane Tomaz orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/04/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0897261** e o código CRC **4F77F643**.

À minha avó, Luiza, e à minha mãe, Jeane, que sempre enxergaram em mim qualidades que permanecem turvas à minha própria percepção.

Dedico, ademais, a todas as pessoas que ousam não se resignar às contradições do mundo e de si mesmas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, sobretudo à minha avó, Luiza do Nascimento, e à minha mãe, Jeane de Andrade, que, mesmo sem as condições materiais, me proporcionaram o amor e o cuidado, cada qual à sua maneira, que me permitiram alcançar mais esta conquista. Sou grato por compreenderem meus impulsos de ave migratória e por assegurar, sempre que me é necessário, um lugar para repousar. Esta finalização de ciclo tem um sabor agridoce, pois é temperada não só com amadurecimento, mas também com saudade.

Às diversas pessoas que acolheram este potiguar, cujo sotaque às vezes se mostra um tanto descaracterizado, que ousou se aventurar em terras mineiras. À minha melhor amiga, Telma Rodrigues, por me apresentar ao lugar no qual fiz morada nos últimos anos. Do primeiro encontro desprezioso, em 2018, ao retorno duradouro, um ano e meio depois, o contato de meus pés com o solo marianense foi decisivo para o meu desenvolvimento como pessoa, como pesquisador e como futuro profissional. À minha querida amiga, Atineia Novais, pelo companheirismo, pela empatia de quem também conhece os prazeres e as dores de desbravar terras distantes, e por sua capacidade de me resgatar dos momentos de reclusão.

Sou especialmente grato à minha orientadora, a professora Cristiane Tomaz, pela atenção prestada desde o primeiro período na graduação, no qual uma correção de atividade avaliativa resultou em um vínculo determinante para a continuidade da minha formação. O entendimento da profissão e a construção de minhas projeções com horizonte ético-político não seriam possíveis sem a imprescindível interlocução com os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. A sua visão me proporcionou consumir um desejo antigo de produzir pesquisa acadêmica de forma reconhecida e financiada institucionalmente. A professora “Cris” se constituiu para mim como referência não apenas de pesquisadora, mas de ser humano.

Ao meu supervisor acadêmico de estágio, professor Roberto Coelho do Carmo, pela confiança, pelos direcionamentos e pelas trocas que me permitiram transcorrer o processo de introdução aos espaços sócio-ocupacionais sem ser engolido pela dinâmica desafiadora da institucionalidade. À assistente social supervisora de campo, Aparecida Mattos, pela parceria, pelo incentivo e pela cordialidade indispensáveis para contornar os desafios objetivos e subjetivos da inserção em estágio com a particularidade socioterritorial de um lugar até então desconhecido, Ponte Nova. Nômade como sou, ou tendo a ser, não poderia ser diferente.

E a todas as pessoas que não foram mencionadas, mas que tenham plantado ao menos uma semente, e que espero ter reciprocamente semeado, ao ter nossos caminhos cruzados.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema o ensino dos Fundamentos do Serviço Social nos cursos de graduação das instituições federais de ensino no estado de Minas Gerais, sob a direção das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O mapeamento indica a presença do curso em seis delas: as Universidades Federais de Ouro Preto (UFOP), Viçosa (UFV), Juiz de Fora (UFJF), dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), do Triângulo Mineiro (UFTM) e de Uberlândia (UFU). Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar as consonâncias, afinidades e eventuais divergências dos currículos dos respectivos cursos às diretrizes curriculares da ABEPSS, no que diz respeito à manifestação da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional no ementário das disciplinas correspondentes à matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS). A pesquisa está amparada, com isso, no método comparativo e no materialismo histórico-dialético, os quais subsidiam as frentes de análise bibliográfica – onde se tece aproximações às bases sócio-históricas e teórico-metodológicas da profissão no Brasil, entendendo-a como especialização da divisão sociotécnica do trabalho – e documental – onde são contrapostos os currículos e seus respectivos ementários às diretrizes curriculares da ABEPSS no intuito de identificar em seus conteúdos a proporção em que os núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional se manifestam em unidade articulada. A intercessão das referidas frentes de análise aponta para a vinculação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Serviço Social às diretrizes curriculares da entidade supracitada. Os resultados decorrentes do recorte do ementário das disciplinas de FHTMSS indicam proporções diferenciadas de congruência às diretrizes curriculares, de acordo com a nitidez em que seus conteúdos fazem mediação aos referidos núcleos. Ao fim, concebe-se que a indissociabilidade de conhecimentos expressa na unidade articulada dos núcleos permite assimilar a dialética teórico-prática incidente na formação e no trabalho profissional, tal como nas múltiplas dimensões da vida social.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social; diretrizes curriculares; Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional; unidade articulada.

ABSTRACT

This final paper focuses on the teaching of the Fundamentals of Social Work in undergraduate courses at federal educational institutions in the state of Minas Gerais, under the direction of the curricular guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). The mapping indicates the presence of the course in six of them: the Federal Universities of Ouro Preto (UFOP), Viçosa (UFV), Juiz de Fora (UFJF), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Triângulo Mineiro (UFTM) and Uberlândia (UFU). Thus, the research aims to analyze the consonances, affinities and possible divergences of the curricula of the respective courses with the ABEPSS curricular guidelines, with regard to the manifestation of the articulated unity of the Cores for the Foundation of Professional Training in the syllabus of the disciplines corresponding to the basic subject of Historical and Theoretical-Methodological Foundations of Social Work (FHTMSS). The research is therefore supported by the comparative method and historical-dialectic materialism, which subsidize the fronts of bibliographical analysis – where approaches are made to the socio-historical and theoretical-methodological bases of the profession in Brazil, understanding it as a specialization of the socio-technical division of labor – and documentation – where the curricula and their respective syllabi are contrasted with the ABEPSS curricular guidelines in order to identify in their contents the proportion in which the cores for Theoretical-Methodological Foundations of Social Life, Brazilian Socio-Historical Formation and Professional Work manifest themselves in an articulated unit. The intersection of these analysis fronts points to the link between the Pedagogical Projects of the Social Work Courses (PPCs) and the curricular guidelines of the aforementioned entity. The results from the syllabus of the FHTMSS disciplines indicate different proportions of congruence with the curricular guidelines, according to the clarity in which their contents mediate the referred cores. In the end, it is conceived that the inseparability of knowledge expressed in the articulated unity of the cores allows assimilating the theoretical-practical dialectic incident in training and professional work, as well as in the multiple dimensions of social life.

Keywords: Fundamentals of Social Work; curricular guidelines; Cores for the Foundation of Professional Training; articulated unit.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	21
3 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS PLENOS NA DIREÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES.....	39
3.1 A ANÁLISE DO ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO COMO PONTO DE PARTIDA.....	42
3.1.1 Introdução ao Serviço Social: ênfase nos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional.....	45
3.1.2 Fundamentos do Serviço Social I: lacunas referentes aos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.....	47
3.1.3 Fundamentos do Serviço Social II: nítidas referências à totalidade dos núcleos.....	48
3.1.4 Fundamentos do Serviço Social III: necessidade de evidenciar na ementa as correspondências ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira.....	49
3.1.5 Serviço Social na Contemporaneidade: ementa com alusões mais nítidas aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social e da Formação Sócio-histórica Brasileira.....	50
3.1.6 O currículo de 2018 e a confluência parcial às diretrizes curriculares no ementário das disciplinas de Fundamentos.....	51
3.2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA.....	53
3.2.1 Introdução ao Serviço Social: lacunas quanto à nitidez dos três Núcleos de Fundamentação.....	58
3.2.2 Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I – FHTM I: ênfase nos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional.....	63
3.2.3 Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II: articulação integral dos núcleos.....	67
3.2.4 Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III – FHTM III: foco nos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional.....	71
3.2.5 O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFV com congruência parcial às diretrizes curriculares no ementário das disciplinas de Fundamentos...74	
3.3 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	76
3.3.1 Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I: articulação integral dos Núcleos de Fundamentação.....	79
3.3.2 Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II: Núcleos de Fundamentação evidenciados na redação da ementa.....	81

3.3.3 Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III: reincidência da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação.....	83
3.3.4 Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV: indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação em sintonia com as diretrizes curriculares.....	86
3.3.5 A expressão das diretrizes curriculares no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFJF e a consonância integral no ementário.....	89
3.4 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI.....	91
3.4.1 Introdução ao Serviço Social: lacunas quanto ao Núcleo de Fundamentos Teórico- metodológicos da Vida Social.....	93
3.4.2 Fundamentos do Serviço Social I: indícios da unidade articulada dos núcleos	96
3.4.3 Fundamentos do Serviço Social II: ementa coerente às diretrizes curriculares ao articular os Núcleos de Fundamentação.....	97
3.4.4 Fundamentos do Serviço Social III: correspondência integral à unidade dos núcleos.....	98
3.4.5 Fundamentos do Serviço Social IV: predominância da indissociabilidade dos núcleos.....	100
3.4.6 As diretrizes curriculares no curso de Serviço Social da UFVJM e a preponderância de correspondência integral à unidade dos Núcleos de Fundamentação.....	102
3.5 O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	103
3.5.1 Introdução ao Serviço Social: ênfase nos Fundamentos do Trabalho Profissional e lacunas quanto aos Fundamentos Teórico- metodológicos da Vida Social.....	104
3.5.2 Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I: evidências da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação.....	106
3.5.3 Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II: núcleos articulados nas menções ao Movimento de Reconceituação e à matriz marxista.....	108
3.5.4 Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III: articulação dos núcleos expressa na relação entre “Congresso da Virada”, projeto profissional e tradição marxista.....	109
3.5.5 Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV: arremate alicerçado na indissociabilidade dos núcleos.....	110
3.5.6 Prevalência da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação nas disciplinas de Fundamentos do curso de Serviço Social da UFTM.....	112
3.6 O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.....	114
3.6.1 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I – FHTMSS I: coesão integral às diretrizes curriculares.....	116

3.6.2 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTMSS II: lacunas referentes aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.....	117
3.6.3 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III – FHTMSS III: reincidência de lacunas quanto aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.....	118
3.6.4 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV – FHTMSS IV: correspondência integral à unidade dos núcleos com ênfase na dimensão teórico-metodológica.....	119
3.6.5 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social V – FHTMSS V: articulação dos núcleos com foco nos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.....	120
3.6.6 Reiteração do alinhamento dos currículos plenos dos cursos de Serviço Social às diretrizes curriculares no Projeto Pedagógico do Curso da UFU.....	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é produto de um processo de aproximadamente cinco anos de imersão em pesquisa acerca dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) durante a totalidade da formação profissional na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O germen das análises que aqui serão articuladas foi concebido no primeiro período da graduação, pela disciplina de Introdução ao Serviço Social. As nossas articulações culminaram no projeto “Fundamentos do Serviço Social: relevância teórica e estratégias didático-pedagógicas na formação de assistentes sociais”, realizado no ano de 2020.

Iniciamos, assim, o exame das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) cotejado ao ementário das disciplinas de FHTMSS no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em vigor na época (UFOP, 2018)¹. Os resultados da análise documental geraram um relatório-síntese incorporado no processo de revisão curricular iniciado em 2021 pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), dentre as referências do Grupo de Trabalho (GT) de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. A pesquisa, com isso, foi desenvolvida em um período oportuno, cujas considerações acerca das correspondências dessas disciplinas às diretrizes curriculares, no concernente à expressão da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional (ABEPSS, 1996) em seus conteúdos, possuem incidência no atual currículo do curso (UFOP, 2022).

Posteriormente, a análise documental foi agregada pela investigação empírica iniciada no ano de 2021, como um de seus desdobramentos, mediante a pesquisa “Um estudo sobre o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do curso de Serviço Social da UFOP” (Tomaz; Pires; Silva, 2022). O objetivo era capturar como o corpo discente havia apreendido o significado do estudo do conjunto de disciplinas referentes aos FHTMSS. O método predominante consistiu na aplicação de questionários eletrônicos devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)². Seus resultados sinalizaram uma avaliação predominantemente positiva dos(as) estudantes participantes a respeito da relevância dos Fundamentos e das articulações que essa matéria propõe.

A conexão do processo de ensino-aprendizagem à oportunidade de realização de pesquisa permeou, assim, toda a minha trajetória no curso de Serviço Social da UFOP, não se

¹ A saber: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social I, II e III; e Serviço Social na Contemporaneidade.

² Cf. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 46685221.5.0000.5150.

encerrando, portanto, com os projetos finalizados conforme os cronogramas institucionais. Desse modo, a interlocução com a concepção de Fundamentos como uma unidade do diverso foi decisiva para assimilar as vinculações entre os conteúdos de distintos componentes curriculares. Este trabalho representa, desse modo, a síntese e, ao mesmo tempo, o amadurecimento teórico-metodológico do mergulho no estudo dos múltiplos componentes do Serviço Social brasileiro de maneira articulada.

Esse caminho formativo percorrido se expressa nesta monografia mediante a extensão dos objetos de estudos antecedentes. Sendo assim, tem como finalidade geral identificar e analisar consonâncias, afinidades e divergências entre as disposições das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), no que diz respeito à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, e o ensino das disciplinas que compõem a matéria básica de FHTMSS em seis universidades federais situadas em solo mineiro.

Por “matérias básicas”, tomemos a definição contida nas “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” da referida entidade, que as entende como “expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p. 15). Logo, ao mencionar matéria básica nos referimos a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, mas passíveis de serem modulados em matrizes curriculares no processo formativo. No universo desta pesquisa, isso ocorre por meio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas em Minas Gerais, quais sejam:

- a) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na qual a graduação está disposta no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), localizado no município de Mariana;
- b) Universidade Federal de Viçosa (UFV), cujo curso é lecionado no campus homônimo, localizado na cidade sede da referida universidade;
- c) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na qual o curso de graduação em Serviço Social está situado no campus sede, localizado na cidade homônima;
- d) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que tem o Campus do Mucuri, localizado no município de Teófilo Otoni, como sede da sua graduação em Serviço Social;
- e) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), cujo curso está situado no Centro Educacional (CE) da instituição, no município de Uberaba; e
- f) Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cuja graduação é oferecida no Campus Pontal, situado no município de Ituiutaba.

Essas instituições são assim elencadas de acordo com consulta pública no portal do Ministério da Educação (MEC) acerca dos cursos de graduação em Serviço Social, credenciados pelo órgão (Brasil, 2025), estabelecidos no estado de Minas Gerais, na modalidade de ensino presencial.

Para a consecução desse propósito abrangente e persecução dos estágios da pesquisa, serão perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- a) revisar e sistematizar as disposições contidas no documento “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” da ABEPSS (1996), assim como o seu processo de construção por meio do acúmulo teórico, político-organizativo e interventivo da categoria profissional;
- b) resgatar o referencial teórico-metodológico do ensino das bases sócio-históricas, teórico-metodológicas e interventivas do Serviço Social brasileiro na ótica do projeto de profissão e do materialismo histórico-dialético como método de análise e intervenção sobre a realidade;
- c) examinar os projetos pedagógicos dos respectivos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais mapeadas e selecionadas, com ênfase no ementário das disciplinas do “núcleo duro” de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos, com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) como parâmetro central; e
- d) explicitar os aspectos em que cada currículo coaduna ou diverge com relação ao princípio da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional preconizado nas diretrizes da ABEPSS, bem como a indicação de limites e possibilidades para o estreitamento da vinculação entre as concepções expressas nesses documentos.

Com isso, a partir da compreensão dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos como as bases da profissão em suas matrizes do pensamento social e requisições organizativas e interventivas articuladas dialeticamente à trajetória sócio-histórica brasileira, esta pesquisa exprime relevância em razão da unidade e complementaridade dos conteúdos no ensino de tais bases como pressuposto edificado pela categoria profissional para a formação na direção do projeto de profissão hegemônico, a saber o Projeto Ético-político. Como reitera Guerra (2019), a formação profissional orientada pela unidade do diverso possibilita a capacitação de assistentes sociais com competência teórico-metodológica,

postura ético-política e domínio técnico-operativo, condições para o exercício profissional qualificado sob o horizonte do Serviço Social contemporâneo e seus instrumentos normativos, tais como a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social (Brasil, 1993), e o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 (CFESS, 2012).

Posto o entendimento do Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e que se particulariza na reprodução das relações sociais capitalistas (Iamamoto; Carvalho, 2005), o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos a partir dessas bases incide no perfil de profissional formado nos cursos de graduação. Da mesma forma, Iamamoto (2015) reconhece a formação como um dos elementos de influxo sobre a relativa autonomia profissional, juntamente à legislação, aos códigos e às resoluções do Serviço Social brasileiro, assim como às correlações de forças políticas e ao próprio estatuto do assalariamento. Visto isso, as apreensões e articulações edificadas no processo de formação profissional possuem papel determinante tanto para o exercício da profissão quanto para as inflexões sobre o projeto profissional, constantemente pressionado pela dinâmica contraditória das relações sociais, como reitera Yazbek (2018).

O pressuposto da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional é situado, assim, como condicionante para o desenvolvimento da habilidade de interpretar e intervir sobre as expressões da “Questão Social”, recorrendo-se ao materialismo histórico-dialético – método que capacita os(as) assistentes sociais nas sucessivas aproximações às determinações múltiplas da realidade social (Netto, 2011b). Por isso, se faz pertinente a investigação dos nexos entre o ensino dos Fundamentos do Serviço Social e as contribuições e orientações coletivas da categoria profissional, em especial as expressas nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Isto porque essa conexão confere a tonalidade da formação na linha do projeto de profissão e sua direção social na defesa dos interesses da população usuária da intervenção profissional, a classe trabalhadora. Acreditamos, desse modo, na contribuição do estudo dos Fundamentos para a formação de profissionais capazes de interpretar e intervir sobre a realidade na vertente desses princípios.

Diante disso, recorreremos às diretrizes gerais da entidade porquanto são compostas pelo resultado de um processo de amadurecimento teórico-metodológico e ético-político dos(as) assistentes sociais organizados(as) em espaços de representação e luta, com reverberações do movimento da realidade pós-reconceituação do Serviço Social brasileiro, como corroboram Cardoso *et al* (1997). Por meio delas, são apontados os alicerces, os princípios e as finalidades da formação profissional, congruentemente ao panorama político e organizativo contemporâneo da profissão.

Desdobram-se, ademais, de uma série de debates e formulações, as quais passam pelo Currículo Mínimo de 1982 e por sua revisão, iniciada em 1993, como um dos encaminhamentos da XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), realizada no mesmo ano no estado do Paraná. No ano seguinte, em 1994, as discussões se intensificaram por meio das oficinas regionais compostas por entidades filiadas à ABESS/ABEPSS, cujos resultados foram sistematizados na Assembleia Geral Extraordinária, no Rio de Janeiro, em 1996, donde se sucedeu o documento “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996).

Nesse sentido, as diretrizes manifestam a maturação quanto ao entendimento do significado social da profissão, bem como a incorporação de uma tradição teórico-crítica que fomenta a interpretação e análise da realidade social sob uma perspectiva sócio-histórica. Tal compreensão crítica da realidade propicia ao Serviço Social brasileiro desvendar o seu significado social, inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais. Estes avanços possibilitam aos(as) assistentes sociais apresentar respostas qualificadas às requisições conjunturais postas, na direção de consolidar um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

O documento orientador do processo formativo nos cursos de graduação em Serviço Social estabelece, entre outras coisas, que a efetivação do projeto de formação profissional está atrelada a um conjunto de conhecimentos indissociáveis expressos nos seus três Núcleos de Fundamentação, a se desdobrar em:

- a) Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, núcleo que contempla o estudo das matrizes do pensamento social que orientam a profissão no percurso da história da sociedade brasileira:
 - é, invariavelmente, articulado aos demais e possui seu distinto nível de abstração;
- b) Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica Brasileira, que, tal-qualmente articulado aos demais núcleos, apresenta maior aproximação aos elementos da trajetória sócio-histórica do Brasil, suas movimentações, seus sujeitos e a dinâmica da sociedade de classes, pelos quais o Serviço Social é influenciado e se modifica; e
- c) Fundamentos do Trabalho Profissional, núcleo pelo qual, em seu distinto nível de abstração, são abordados a dinâmica do Serviço Social e o seu processo de trabalho inseridos na história e no movimento da realidade:

- contempla o teor e as transformações nos debates, nos posicionamentos ético-políticos, nos instrumentos jurídico-normativos e nas ferramentas técnico-operativas; em suma, na sua localização como especialização da divisão sociotécnica do trabalho.

Não se trata, porquanto, do estudo de uma “História do Serviço Social”, sob um enfoque endógeno, visto que a trajetória da profissão é conduzida pelos distintos cenários histórico, político e econômico, nos quais predominam determinadas referências teórico-metodológicas, opções ético-políticas e relações institucionais com o Estado e demais esferas da sociedade, a reverberar na sua organização e nos seus instrumentos interventivos, como endossa Teixeira (2019). Conseqüentemente, o ensino do itinerário da profissão assente num ponto de vista cronológico é insuficiente para a apreensão de seus fundamentos, pois estes se explicam por meio do percurso do Serviço Social na formação histórica da sociedade brasileira, bem como pelas distintas matrizes do pensamento social hegemônicas em seus respectivos tempos a refletir sobre a profissão e suas formas de intervir.

Dessa maneira, interessa a este trabalho examinar se, e em qual medida, o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) nos cursos de graduação das IFES sediadas no estado de Minas Gerais coadunam com essa perspectiva. Para isso, a pesquisa se voltará aos currículos mediante análises bibliográfica e documental. Convém, pois, averiguar de que forma esse ensino está concatenado às diretrizes curriculares da ABEPSS – entidade representativa de assistentes sociais e pesquisadores(as) em Serviço Social no Brasil. Isto é, de que forma os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social nas universidades indicadas apresentam consonâncias, afinidades ou mesmo divergências em relação à lógica curricular impressa no documento da ABEPSS (1996), no que tange aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional e sua unidade articulada.

Assim sendo, o recorte do objeto de estudo é definido com os cursos de graduação em Serviço Social, ofertados nas universidades federais presentes no território mineiro, em vista das limitações do formato deste trabalho, bem como em razão das particularidades das IFES em relação às universidades estaduais e, sobretudo, às instituições privadas. Desse modo, o estudo comparativo se desenvolve por parâmetros de maior razoabilidade, uma vez que as disparidades orçamentária, administrativa e político-pedagógica dos distintos sistemas de ensino demandam uma multiplicidade de elementos de análise que extrapolam os objetivos desta pesquisa.

Por conseguinte, será posto em análise comparativa o PPC de graduação de cada uma das referidas universidades, principalmente no que concerne às disciplinas do núcleo de FHTMSS, cotejando ao que preconizam as diretrizes da ABEPSS (1996). O conteúdo desses documentos, em especial a descrição das ementas das disciplinas de interesse, será examinado na perspectiva de identificar as referências às matrizes do pensamento social, à formação histórica da sociedade brasileira e aos elementos do trabalho profissional de maneira articulada. O propósito é, então, verificar em que amplitude a disposição desses conteúdos se aproxima do princípio da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, conforme se manifesta nos ementários.

Partimos da hipótese de que há, em dada medida, vinculação na construção dos currículos de graduação em Serviço Social com o documento da entidade, uma vez que as diretrizes para os cursos de Serviço Social do MEC (Brasil, 2002), que orienta formalmente os currículos plenos, têm, ainda que com suas limitações próprias, as elaborações da ABEPSS entre suas referências. Assim, em vista das finalidades teórico-metodológicas e ético-políticas das diretrizes curriculares, assumimos que suas contribuições e recomendações reverberam na construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Serviço Social, em especial nas instituições públicas de ensino e na modalidade presencial. O objeto é composto, então, pela investigação do nível em que as aproximações ocorrem.

Por outro lado, entendemos que se, porventura, o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social ocorra de forma fragmentada, não sendo explicitadas as articulações entre os Núcleos de Fundamentação, pode-se fomentar equivocadamente a concepção entre o corpo discente de um ensino da “História do Serviço Social”. Analogamente, é possível que seja comprometida a apreensão dos(as) estudantes acerca da relevância do estudo desse conjunto de conhecimentos, visto que a ausência das mediações propostas no documento da ABEPSS (1996) pode enraizar o entendimento de que existe uma distância entre o conteúdo teórico e as determinações objetivas do exercício profissional. Acerca dos riscos da fragmentação no processo formativo, Guerra (2019, p. 27) considera que

o debate dos fundamentos se adensa diante necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980, que por sua vez logrou a superação da visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e consagrou a nova direção social assumida pela categoria explicitada nas ‘Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social’. É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia entre história/teoria/método que se dá (*sic*) centralidade ao debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social.

A autora corrobora com o pressuposto de que a unidade articulada dos conteúdos dos núcleos de fundamentos é determinante para uma formação que supere a fragmentação entre História, Teoria e Método. É decisiva, idem, para o desenvolvimento da capacidade de exercer a profissão de maneira coerente à sua direção social e ao Projeto Ético-Político, destacada a necessidade de situar a profissão no centro do processo formativo, de modo a contornar armadilhas teóricas. Estas, de sua parte, a conferir uma capacidade avigorada de analisar a realidade social sem, contudo, fornecer suprimentos para uma intervenção profissional tão qualificada quanto. Diante disso,

a ausência de ter o Serviço Social no centro e na articulação da formação profissional, como eixo estruturante do currículo e engrenagem que movimentam os conteúdos dos núcleos de fundamentação, pode nos levar a formarmos profissionais com um claro e consistente perfil teórico-político, mas com pouca ou nenhuma condição de possibilidade de intervir criticamente na realidade institucional (Guerra, 2019, p. 29).

Provém-se, com isso, a aptidão para ecoar o conhecimento das particularidades sócio-históricas e da teoria social crítica em suas ações no cotidiano profissional. Contudo, ao distanciar-se dessa tese, são favorecidas tendências recorrentes, mesmo que minoritárias, no interior da profissão, tais como o metodologismo, o teorismo de viés idealista e a redução das análises históricas a um panorama meramente linear (Iamamoto, 2015; Yazbek, 2018). Portanto, tais movimentos, na contramão da perspectiva da totalidade, resultam da fragmentação do conhecimento, onde a unidade do diverso é preterida em razão da sobreposição, ou mesmo supressão, de dimensões no processo formativo.

Isto posto, as elaborações aqui presentes advogam da concepção de projeto de formação exposta nas Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996) acerca do Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho com o objetivo de intervir sobre as manifestações da “Questão Social”³ resultantes do capitalismo monopolista e com vistas à reprodução da vida social sob tal ordem. Em vista disso, as tendências, inclinações e os pressupostos teórico-metodológicos a incidir e modificar-se dialeticamente no movimento da história, assim como seus desdobramentos políticos e econômicos, igualmente influenciam e alteram a profissão e suas bases nos âmbitos teórico, metodológico, ético-político e

³ Por expressões da “Questão Social”, entende-se, com base em Yamamoto (2001), o produto da Lei Geral da Acumulação Capitalista e as contradições inerentes na relação entre Capital e trabalho, pela qual à medida que se incrementa a riqueza socialmente construída, são acentuadas a concentração de capital e, por conseguinte, as desiguais condições do relacionamento das classes sociais fundamentais compostas pelos expropriadores e os expropriados. Assim, a crescente desproporcionalidade na distribuição da riqueza social resulta em manifestações como a miséria, a fome, o desemprego, as doenças, as opressões de raça-etnia, gênero e sexualidade, entre outras, a penalizar a classe trabalhadora em sua diversidade. É sobre essa realidade e suas consequências que o Serviço Social é chamado historicamente a intervir pelo viés da reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista.

instrumental. Logo, a chave para a compreensão dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social está na práxis; isto é, na unidade teoria e prática.

Tal como as dimensões da formação profissional são articuladas na perspectiva da unidade do diverso, nesta pesquisa serão concatenadas, então, as frentes de análise bibliográfica, expressa na revisão de literatura, e documental, pela qual se faz a análise comparativa dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social nas IFES mapeadas em relação às diretrizes curriculares. O referencial teórico sintetizado oferece o aporte para a apreensão da relevância do estudo dos FHTMSS na formação profissional interligada ao conhecimento das múltiplas determinações da profissão permeadas pela trajetória sócio-histórica brasileira. A análise documental objetiva essa fundamentação na mediação de documentos pertinentes, cuja discussão e resultados podem confirmar, refutar ou reelaborar as hipóteses deste trabalho, por intermédio dos parâmetros assinalados. Nesse intuito, delimitamos as seguintes categorias analíticas:

- a) unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, *cf.* ABEPSS (1996);
- b) unidade entre formação e trabalho profissional como manifestação da práxis, isto é, da relação dialética teoria-prática, com base na categoria de unidade do diverso;
- c) coerência dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Serviço Social das IFES presentes no estado de Minas Gerais com as diretrizes curriculares da ABEPSS; e
- d) consonância das ementas das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social prescritas nos referidos PPCs com as diretrizes curriculares.

As categorias indicadas servirão de fio condutor da intercessão dos objetos de estudo intercalados ao referencial teórico como ferramentas proeminentes da pesquisa. Dentre os elementos determinantes está o nível de explicitação dos conteúdos nos ementários das disciplinas na perspectiva da complementaridade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, bem como a correspondência à ementa da matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social disposta nas diretrizes da ABEPSS (1996, p. 17) da seguinte maneira:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais (*sic*) nos diferentes contextos históricos.

Como podemos apreender do ementário reproduzido, a matéria supracitada apresenta maior correspondência ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, em seu distinto nível de abstração. O texto em sua totalidade sinaliza as influências teórico-metodológicas e a contextualização sócio-histórica, por meio das quais a profissão atua sobre as expressões da “Questão Social”, dada a relação dialética em seu significado social de defesa dos direitos da classe usuária mediado pela sua inserção na marcha da produção e reprodução social. Têm-se, portanto, demonstrada de maneira explícita a unidade articulada dos núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, critério substancial para as análises desta pesquisa.

Este trabalho apresenta o método comparativo como predominante. Gil (2008, p. 17) o define como aquele que “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar diferenças e similaridades entre eles”. Os objetos de estudo, ainda que não contemplados na enumeração do autor, constituem elementos passíveis de captura de aproximações e distanciamentos, quando interpostos na perspectiva aqui desenvolvida. Do mesmo modo, a pesquisa se classifica como qualitativa, uma vez que articula o universo de subjetividades, próprio das pesquisas em ciências sociais, conforme Minayo (1998), ao passo que se realiza sob o prisma do materialismo histórico-dialético, pelo qual o estudo do objeto se dá com sucessivas aproximações às suas múltiplas determinações ou, em outras palavras, na direção da captura da unidade do diverso (Netto, 2011b).

Diante da contextualização e das finalidades apresentadas, este trabalho está estruturado a partir de duas seções basilares. A segunda, logo em sequência, salvaguarda a frente de análise bibliográfica desta pesquisa, na qual serão sistematizados componentes primordiais do debate dos Fundamentos do Serviço Social, situando suas bases teórico-metodológicas em uma breve recuperação da trajetória sócio-histórica brasileira, compreendendo das transformações disparadas na década de 1930 aos marcos da contemporaneidade, passando pela formulação e concepção de formação profissional das diretrizes curriculares. A terceira seção, de sua parte, exprime a discussão dos resultados da frente de análise documental, pela qual os currículos plenos dos cursos de graduação em Serviço Social das IFES mineiras serão pormenorizados a partir das categorias analíticas aqui descritas de forma articulada à revisão de literatura desenvolvida na segunda seção.

2 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

“Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática”

(Paulo Freire)

A partir da concepção de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos enquanto uma articulação da trajetória da profissão inserida na formação sócio-histórica e influenciada pelas matrizes do pensamento social, hegemônicas de cada recorte conjuntural, a reverberar, outrossim, nas metodologias de intervenção profissional, convém situar a dinâmica em que essas mediações edificam o Serviço Social brasileiro. Isto posto, esta seção é dedicada a apresentar o percurso da profissão e suas bases teórico-metodológicas na história, de modo a evidenciar como os distintos momentos da vida social, política e econômica brasileiras são determinantes para os rumos do Serviço Social e seus diversos projetos e estatutos.

A década de 1930 é enquadrada como gênese da institucionalização do Serviço Social brasileiro, dadas as transformações societárias e o reconhecimento pelo Estado quanto à necessidade de intervir sobre as manifestações da “Questão Social”. Nesse sentido, o processo de urbanização aliado à emergente industrialização potencializada pela crise de hegemonia dos setores minero e agroexportadores⁴ – dada a crise econômica global disparada nos países centrais da divisão internacional do trabalho –, como visto em Singer (1988), assim como as correlações de forças que culminam no regime político inaugurado com Getúlio Vargas, é responsável pela evidenciação das inerentes contradições entre capital e trabalho às vistas do Estado e da dita sociedade civil. Destarte, está posta a imposição de intervir sobre essas expressões de modo a garantir a reprodução social, nos termos do capitalismo monopolista (Iamamoto; Carvalho, 2005).

O movimento da realidade objetiva, expresso nas transformações políticas, sociais e econômicas do Brasil, no qual as ações do Estado se deram sob nítida influência da Igreja Católica e seus objetivos e valores, coaduna em um projeto profissional alinhado ao ponto de vista conservador e assistencialista a hegemônizar a profissão por cerca de cinco décadas: o

⁴ No entanto, esse processo não ocorre sem contradições, como é de praxe na organização societária burguesa, uma vez que o estado de Minas Gerais, cuja atividade minero-exportadora permanece como determinante das relações sociopolíticas, desempenha um papel de centralidade no Movimento de 1930. Visto isso, ainda que no plano nacional ocorra na referida conjuntura uma mudança do bloco histórico em desfavor das frações minero e agroexportadoras, a burguesia mineira apresenta motivações preponderantes na ordem de interesses políticos e personalistas, conforme Mota (2017).

Serviço Social Tradicional. Portanto, tal como o Estado e demais instituições de representação social preconizam ações coercitivas, fragmentadas e moralizadoras frente as refrações da “Questão Social”, a profissão tem suas bases e requisições de então articuladas à referida conjuntura, evidenciando sua vinculação com a dinâmica do movimento do real atestada por Netto (1996).

Até aquele momento o que se conhece são as protoformas do Serviço Social, decorrentes das inflexões do modo de produção capitalista em sua fase monopolista e com forte ingerência do dogma católico. Assim, as intervenções se orientam pelo cariz da filantropia, do controle e do ajustamento dos sujeitos à ordem social burguesa, compreendida como forma de sociabilidade ideal e correspondente a uma suposta natureza humana, conforme os referenciais da sociologia funcionalista (Andrade, 2008). Nesta concepção, há de se adequar os sujeitos e não o sistema, cuja análise ocorre por parâmetros idênticos aos das ciências da natureza, uma vez concebida a sociedade como um organismo de partes interdependentes e vitais.

Concomitantemente, a conjunção sincrética do dogmatismo religioso, mediante a Doutrina Social da Igreja Católica, com a matriz positivista caracteriza o que Yamamoto e Carvalho (2005) denominam de “arranjo teórico-doutrinário”⁵, fundamento teórico-metodológico herdado das protoformas e condutor do Serviço Social Tradicional.

De sua parte, as décadas de 1940 e 1950 são reconhecidas por Andrade (2008) como o marco temporal em que a profissionalização e a laicização do Serviço Social foram intensificadas. As agendas socioeconômicas do Estado, atravessadas pelo desenvolvimentismo, fomentaram a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, em vista da complexificação da sociedade sob o capitalismo monopolista e, por conseguinte, das manifestações da “Questão Social”. Desse modo, alinhada aos ideais de modernização e racionalização da conjuntura nacional sob influência estadunidense, a categoria profissional se viu diante da necessidade de incorporar – mais do que desenvolver – métodos de atuação condizentes aos parâmetros de seu tempo, para além da mera ação caritativa, sem necessariamente renunciar à mesma por completo. Assim, como indica Yazbek (2009a), o período denota uma transição da primazia de referências franco-belgas para o Serviço Social brasileiro em direção às bases teórico-metodológicas estadunidenses, em sintonia à crescente ingerência da política internacional dos Estados Unidos sobre o Brasil.

⁵ Essa caracterização advém da associação de uma matriz do pensamento social, o positivismo, que, por sua vez, corresponde aos requisitos formais do meio científico para a definição de teoria, aos dogmas do catolicismo, os quais não atendem à categoria de teoria, mas são indicados como perspectivas doutrinárias, *cf.* Andrade (2008) e Yazbek (2019).

Do mesmo modo que a doutrina social católica, de orientação franco-belga, e o positivismo, de referência estadunidense, são matrizes predominantes na organização da sociedade burguesa à época, a profissão nesta fase é influenciada por esse ideário. Isso reverbera nas suas formas e instrumentos de intervenção, nos marcos do tradicionalismo, no intuito de disciplinar e responsabilizar os indivíduos pelas consequências da “Questão Social” em suas vidas. Com aquela movimentação que desloca o Serviço Social de cariz doutrinário para o que Andrade (2008) definiu como metodologismo, nas décadas de 1940 e 1950, a tendência conservadora não se altera, mas é qualificada, conforme seu bloco histórico, pela interlocução com o Serviço Social estadunidense⁶. Dessa interação as metodologias de Caso, Grupo – já existentes no período de gênese do Serviço Social – e Desenvolvimento de Comunidade são incorporadas de modo a atender as requisições de institucionalização e racionalização técnica, em congruência com a agenda socioeconômica do Estado brasileiro.

As influências advindas dos países centrais contribuíram para a dimensão técnico-operativa do Serviço Social Tradicional, com destaque para a estadunidense Mary Richmond, expoente do método conhecido como Serviço Social de Caso, incidente no Brasil desde a década de 1920. Sob perspectiva positivista, o foco estava nos traços comportamentais e psicológicos dos indivíduos, cuja intervenção profissional, de teor clínico expresso nos diagnósticos sociais enquanto instrumento, se dava na direção de adequação dos padrões individuais à sociabilidade vigente. Na mesma linha da responsabilização individual pelas manifestações da “Questão Social”, o Serviço Social de Grupo pretendia adaptar o indivíduo à ordem por vias terapêuticas desenvolvidas em conjunto com outros sujeitos, no intuito da integração por meio de processos interativos (Andrade, 2008).

Em sentido análogo, o Desenvolvimento de Comunidade, de influência funcionalista, é incorporado, na transição da década de 1940 para 1950, com suporte da agenda estadunidense no contexto da Guerra Fria. Constituiu-se em um método no qual a responsabilização dos sujeitos se deu orientada pela participação comunitária nas intervenções, sendo atribuído às assistentes sociais o papel de mediadoras das atividades (Ammann, 2003; Andrade, 2008).

⁶ Analogamente, a profissionalização do Serviço Social na dinâmica das décadas de 1940 a 1960 não rompe por completo com a práxis personalista e clientelista dos agentes no comando da burocracia estatal, o que se manifesta, por exemplo, na criação da Liga Brasileira de Assistência (LBA) no intuito de responder às expressões da “Questão Social” decorrentes do fim da Segunda Guerra, tais como a orfandade e a debilitação de combatentes, no ano de 1942, sob comando da então primeira-dama, Darcy Vargas. Pode-se remontar disso a reiterada prática do “primeiro-damismo” a tensionar os fundamentos da profissão na contemporaneidade, em razão da continuidade de vinculações de políticas sociais, sobretudo a assistência social, à troca de benesses entre os agentes públicos e a população usuária, evidentemente em condições desiguais, cujas demais determinações podem ser apreendidas em Martinelli (2022).

Nesse meio tempo, no marco do pós-Segunda Guerra, vivencia-se nos países centrais da divisão internacional do trabalho, segundo Hobsbawm (1995), os chamados “anos dourados” do capitalismo (1940-1970), em descompasso com a condição econômica dependente dos países latino-americanos (Marini, 2011). Diante disso, a virada política, social e econômica da década de 1930 no Brasil e o subsequente projeto desenvolvimentista com base na industrialização e a decorrente urbanização não foi acompanhada nos anos seguintes do amparo estatal na forma do *welfare state*. Assim dizendo, a viabilização desse projeto nos países centrais se deu pela acumulação propiciada pelo colonialismo e pela própria condição de dependência da periferia da divisão internacional do trabalho, dado que foi dos países dependentes que se obteve a matéria-prima para a reprodução social nos países centrais e o desenvolvimento de suas forças produtivas (Oliveira, 2003).

Após, então, longos períodos de suas economias dinamizadas ao abastecimento de mercados externos, os países do Sul Global, aqui com ênfase na América Latina, não detinham as condições materiais para o incremento de suas próprias forças produtivas, transferindo seus custos e a fonte de obtenção da mais-valia para a classe trabalhadora. Esta, ao ter sua força de trabalho superexplorada, atuava involuntariamente para a viabilização da incipiente industrialização brasileira sem que isso se convertesse em ganhos sociais distribuídos nas mesmas proporções que ocorrem no Estado de bem-estar social. Logo, como se apreende da contribuição de Marini (2011), o nacional-desenvolvimentismo tem suas bases na superexploração da classe trabalhadora, em razão do capitalismo *sui generis* brasileiro, o que evidencia a ausência do *welfare state* no país, incidindo, assim, na particularidade das expressões da “Questão Social” sobre as quais as protoformas do Serviço Social foram convocadas a intervir.

A despeito do projeto de profissão hegemônico no Serviço Social Tradicional, não se deve descartar a resistência dos(as) trabalhadores(as) no interior da profissão a fomentar a tendência do materialismo histórico-dialético com as aproximações à teoria marxista e aos movimentos sociais, ainda que de maneira incipiente. Visto isso, existem indícios de que nos anos 1960 houve interlocução entre assistentes sociais e movimentos políticos organizados da classe trabalhadora a semear o germe do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Ammann, 2003; Guerra, 2015). Assim, o contexto dessa época, em que, a partir de 1964, o Estado é conduzido pela autocracia burguesa, é demarcado pela dialética entre a repressão estatal e a insurgência de setores da classe trabalhadora (Netto, 2005), tais como o movimento operário, a intelectualidade, agentes culturais e a própria Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação.

Tal relação dialética se expressa, ademais, na reflexão da política modernizadora de viés conservador e tecnocrático da Ditadura Civil-militar sobre o Serviço Social assente nos interesses do próprio regime, como destaca o autor, ao mesmo tempo que criando condições para o avanço das bases teórico-metodológicas da profissão. Essas contradições se evidenciam no movimento que a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais, decorrente do desenvolvimentismo excludente, influenciou na complexificação de suas intervenções. Isso demandou, de sua parte, a incorporação da formação profissional no projeto educacional tecnicista e asséptico do regime. Destarte, a conversão das isoladas Escolas de Serviço Social em unidades universitárias, em especial a partir da reforma universitária de 1968, tanto atuaram na formação de quadros com qualificação técnica diferenciada do cariz confessional, quanto ocasionaram um amadurecimento teórico-metodológico por meio da interlocução com as ciências sociais, apesar das limitações destas.

Nesse bojo, ocorre o processo de renovação formado por distintas tendências, tais como a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (*Ibidem*) – esta última de maior relevância para esta pesquisa, dados os seus desdobramentos para o projeto de profissão contemporâneo. A respeito dessa dinâmica, evoca-se a concepção do autor, que aponta o itinerário da renovação enquanto

o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2005, p. 131).

Assim, o autor notabiliza a influência do movimento da realidade social sobre o Serviço Social brasileiro ao passo que disserta acerca das transformações nas bases teórico-metodológicas da profissão provocadas a partir das requisições da mencionada conjuntura. Destarte, o cenário de racionalização técnica, impulsionado pela razão formal-abstrata, impôs ao Serviço Social um aprofundamento de sua relação com a institucionalidade burguesa, não apenas pelos parâmetros de intervenções funcionais à ordem no sentido do controle e da adequação dos sujeitos, mas também no sentido de validar-se frente ao aparato do Estado e da sociedade. Essa intencionalidade de legitimação se deu por campos contraditórios, tal como é contraditório o movimento do real sob o modo de produção capitalista, tensionados pelas respostas alinhadas ao sistema em contraposição aos componentes de sua contestação.

Diante da extensa variedade de mediações que o processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro contém em si, em paralelo com os limites do formato deste trabalho

acadêmico-científico, convém promover aqui uma breve aproximação às tendências supracitadas, com subsídio de Netto (2005). Assim sendo, a perspectiva modernizadora é apresentada como aquela em que as bases teóricas e metodológicas da profissão seriam redirecionadas à subordinação ao projeto de desenvolvimento vigente, em alicerces excludentes. Mediante a matriz estrutural-funcionalista e sua concepção naturalizante da sociedade capitalista, preconizava a tecnificação e burocratização da intervenção profissional, conforme a política social da autocracia burguesa. A reatualização do conservadorismo, por sua vez, se assemelhava pela tentativa de sofisticação de seu referencial teórico-metodológico, sob um pretenso verniz de modernidade. A matriz fenomenológica foi acionada para individualização das manifestações da “Questão Social”, uma vez que pressupunha a intervenção fincada no empirismo da vida cotidiana e na subjetividade dos sujeitos. Ambas as correntes coadunam à manutenção da ordem vigente, como reitera o autor.

A intenção de ruptura, no que lhe concerne, é tributária, dentre outras determinações, das contradições do projeto de modernização conservadora da autocracia burguesa, pelas quais a inserção da formação profissional de assistentes sociais no sistema universitário da Ditadura – tecnocrático e asséptico – foi acompanhada de um incremento da produção teórica da categoria, propiciado pelas condições avançadas de realização de pesquisa perante as tradicionais Escolas de Serviço Social e no decorrente contato com perspectivas diversas, tais como o marxismo, ainda que sob influência althusseriana⁷ (Netto, 2005). Outrossim, Yazbek (2018) considera a obra de Iamamoto e Carvalho (2005) como um marco da matriz marxista no Serviço Social. Isto pois, incidiu, especialmente a partir da publicação da primeira edição da obra (Iamamoto; Carvalho, 1982), sobre o entendimento da categoria quanto ao significado social da profissão sob as relações sociais capitalistas, enquadrando-a como especialização da divisão sociotécnica do trabalho e qualificando, portanto, a perspectiva do projeto profissional nos anos seguintes.

Em meio a esse quadro de contestação, Netto (2005) atribui à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) um papel de centralidade para o desenvolvimento da intenção de ruptura, apresentando uma intensa vinculação entre a referida tendência e a universidade enquanto instituição onde ocorre a formação profissional⁸. O autor

⁷ As polêmicas no entorno da matriz marxista por via das interpretações do francês Louis Althusser transcendem os marcos deste trabalho e suas finalidades. Para uma aproximação às reverberações do estruturalismo marxista na trajetória da teoria social crítica no Brasil, em especial no processo de renovação do Serviço Social, ver Netto (2005), bem como Iamamoto e Carvalho (2005).

⁸ As relações entre o Serviço Social e a Igreja Católica, com isso, são destacadas ao passo que as iniciativas de reconceitualização da profissão na vertente da intenção de ruptura e as aproximações com a teoria social crítica são contemporâneas ao avanço da Teologia da Libertação no país (Ammann, 2003), em confronto com as tendências de orientação fenomenológica (Yazbek, 2009a) da modernização conservadora e da racionalidade

pondera que tal movimento foi constantemente desafiado pela autocracia burguesa e suas contrarreformas no sistema de ensino superior, relegando-o à marginalidade, no marco da década de 1970. A universidade se constituiu, destarte, como espaço de vanguarda e posterior aporte às transformações que viriam na virada da década para os anos 1980, permeado pela revisão da matriz teórica do Serviço Social e a modificação de suas bases teórico-metodológicas e, por conseguinte, técnico-operativas, em relação dialética às requisições da política educacional da autocracia burguesa.

É tributário desse panorama o chamado “Método BH”, edificado na interlocução entre a Escola de Serviço Social da PUC-MG, a partir de 1972, com o movimento de reconceituação latino-americano, considerado pelo autor como o embrião de um projeto profissional pautado na interpretação e intervenção sobre a realidade social em perspectiva de totalidade. Ainda que o projeto tenha sido inviabilizado institucionalmente no ano de 1975, é considerado como um dos protótipos do Projeto Ético-político Profissional (PEP). Yazbek (2009a) indica nesse método uma investida no sentido de contraposição ao metodologismo e às formas de interpretar e intervir na realidade com base no positivismo e no funcionalismo. Ademais, a autora assinala, nas elaborações do “Método BH”, uma perspectiva de teoria e prática como unidade dialética, entendimento substancial para os Fundamentos na contemporaneidade.

Posteriormente, foi com o chamado “Congresso da Virada”, em 1979, na ocasião do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que a reconceituação do Serviço Social brasileiro mediante a intenção de ruptura consolidou as bases para o Projeto Ético-político Profissional (PEP), sob influência da intensificação das frentes de luta da classe trabalhadora, bem como do referido amadurecimento teórico-metodológico da categoria por via da formação profissional. Dos resultados e encaminhamentos desse congresso e das articulações com o movimento dos(as) trabalhadores(as), se desdobram avanços tanto no campo organizativo e teórico-metodológico, quanto na dimensão da formação profissional.

Do primeiro campo, são produtos a Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993) e o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 (CFESS, 2012), coadunados com as conquistas impressas na Constituição Federal (Brasil, 1988), que, de sua parte, reconhece como atribuições do Estado brasileiro o provimento de políticas sociais operacionalizadas pelo Serviço Social, tais como a Seguridade Social, a educação, a proteção de crianças e

formal-abstrata postas pela autocracia burguesa. É evidenciada, com isso, a dialética incidente sobre os rumos da reconceituação do Serviço Social, em que, por um lado, avançou-se na laicização decorrente dos anos 1940 e, por outro, teve-se na influência da Teologia da Libertação sobre a classe trabalhadora uma aliada na resistência à autocracia burguesa, inclusive no meio universitário.

adolescentes – a ser regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 –, a habitação, a questão agrária, dentre outras, em perspectiva de universalidade, porém constantemente desafiada pela dinâmica social, política, econômica e cultural.

No que tange o campo da formação profissional, a reconceituação do Serviço Social brasileiro reverberou nos debates e formulações coletivas sobre o novo projeto de formação a se desdobrar no Currículo Mínimo de 1982 e nas oficinas regionais realizadas por entidades afiliadas à então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) na primeira metade da década de 1990, resultante nas “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” da ABEPSS (1996). Essas diretrizes representam o amadurecimento do processo engatilhado pelo Currículo Mínimo de 1982, de forma a suplantar suas limitações no que se refere à delimitação mais precisa das referências teórico-metodológicas e da dimensão técnico-operativa a partir do reconhecimento do materialismo histórico-dialético como método de análise e intervenção sobre a realidade social (Cardoso *et al*, 1997).

Portanto, a síntese do fluxo das bases do Serviço Social na trajetória histórica da sociedade brasileira pós-Segunda Guerra Mundial corroboram com a tese de que os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos da profissão são capturados a partir da unidade articulada das dimensões sócio-históricas, teóricas, metodológicas, ético-políticas e interventivas, como endossa Yazbek (2019). Isto pois, como indica Netto (1996), as transformações societárias modificam a profissão e seus fundamentos, sendo insuficiente, logo, uma mera indicação da “História do Serviço Social”, entendimento do autor que é fortalecido no conteúdo das Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996).

Visualizado o itinerário do Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira até os meandros da década de 1990, nos quais se materializa no campo jurídico-formal a consolidação – desencadeada na década anterior – do entendimento da profissão quanto ao seu significado social atrelado à sua direção social e ao PEP, obtém-se o prisma de formulação das Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996). Apesar desse mesmo período ser notabilizado pela efetivação da agenda neoliberal como corrente do capitalismo monopolista a dirigir as decisões e ações do Estado brasileiro, mediante contrarreformas, adoção de pacotes econômicos de austeridade, a precarização e a desregulamentação das relações de trabalho, bem como a fragmentação e a focalização das políticas sociais, o legado das mobilizações da década anterior se colocam como frente de resistência. Atuam nesse sentido a solidez dos instrumentos jurídico-normativos mencionados, tais como a Lei nº 8.662/1993 e o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 (CFESS, 2012), assim como a hegemonia do Projeto Ético-político nos conselhos e entidades representativas da categoria profissional.

Dessa forma, o contexto aferido favoreceu os redirecionamentos teórico-metodológicos, políticos e instrumentais a partir da década de 1980, pelos quais o Currículo Mínimo de 1982 foi um primeiro passo tanto no rompimento com o conservadorismo de forma objetiva quanto na ampliação do reconhecimento da formação profissional como etapa determinante não apenas do exercício da profissão, mas de seus próprios rumos. Entretanto, o documento apresenta, conforme Iamamoto (2015), uma concepção equivocada dos Fundamentos do Serviço Social ao preconizar a fragmentação desse conteúdo nos eixos de História, Teoria e Metodologia, tal qual visto em Cardoso *et al* (1997). Outro limite do currículo estava na centralidade atribuída à política social como eixo articulador do processo de formação, em detrimento das refrações da “Questão Social”, estas, sim, objeto de intervenção dos(as) assistentes sociais (*Ibidem*). Dessa maneira, o acúmulo teórico-metodológico da categoria profissional impulsionado pela efervescência da luta de classes fomentou a arena de debates a partir da inevitabilidade de revisão do Currículo Mínimo de 1982.

Estava dado o pontapé para a construção de diretrizes curriculares congruentes aos patamares teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo alcançados pelo Serviço Social, na dinâmica exposta, que pudesse expressar o novo projeto de formação. A proposta das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) se exprimiu, ademais, de modo a deslocar o foco do processo formativo das políticas sociais para as manifestações da “Questão Social” como resposta a uma imprecisão relevante, no intuito de desfazer confusões quanto ao objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais. Em sentido análogo, a fragmentação dos Fundamentos do Serviço Social nos eixos de História, Teoria e Metodologia presente no currículo anterior cedeu espaço para o pressuposto da complementaridade dos conteúdos a partir da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. São estes: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira; e Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

A unidade desses núcleos está contida, porquanto, no entendimento da dialética na teoria social crítica, constituindo-se como síntese de múltiplas determinações. Isto é, de acordo com Teixeira (2019), cada um dos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional contém seu nível distinto de abstração. Destarte, o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, ainda que articulado aos demais, possui maior aproximação às matrizes do pensamento social, enquanto o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira demonstra propinquidade mor às movimentações da realidade social inseridas na história. Como síntese, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho

Profissional tem seu maior nível de abstração no instrumental, na dimensão interventiva e nas determinações e inflexões da realidade social, inclusive de suas matrizes teóricas, no exercício da profissão. Deste entendimento, visualiza-se a possibilidade de ramificação dos conhecimentos, que, todavia indissociáveis, podem ser distribuídos em matrizes curriculares em decorrência de seus distintos níveis de abstração, sem perder de vista as mediações necessárias com base na totalidade dos núcleos.

Essa lógica impressa nas diretrizes curriculares, segundo Teixeira (2019), é uma evidência do materialismo histórico-dialético como método de intervenção e análise do Serviço Social brasileiro sob o Projeto Ético-político, em vista da articulação dos Núcleos de Fundamentação, e seus respectivos níveis distintos de abstração, alicerçada na unidade do diverso como categoria marxista. O autor argumenta, com isso, que os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social somente se apresentam quando articulados esses núcleos. Tais bases, de sua parte, tornam-se mais nítidas no exercício profissional, sendo este o momento de sintetizar os conhecimentos históricos, teóricos e metodológicos na escolha coerente dos instrumentos de intervenção, bem como na apresentação de respostas às demandas do trabalho condizentes à direção social da profissão e no reconhecimento das inflexões da conjuntura nas condições de seu cotidiano profissional.

A concepção de Teixeira (2019), apreendida nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional é basilar para as análises que se produzem nesta pesquisa. Isto pois, a investigação do ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) nos cursos de graduação nas IFES de Minas Gerais, mediante Projetos Político-pedagógicos dos Cursos (PPCs) e ementas das disciplinas de FHTMSS, tem como parâmetro a explicitação dos conteúdos dos referidos núcleos de forma complementar e articulada na matriz curricular.

A vinculação dos currículos com os princípios mencionados condiz com as hipóteses desta pesquisa, no que diz respeito às reverberações da formação profissional na capacitação de assistentes sociais com domínio e habilidade nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em unidade dialética. Em sentido análogo, evidencia o papel do ensino dos fundamentos para o distanciamento de ideias equivocadas na ordem da desintegração de teoria e prática, constantemente reforçadas pela razão formal-abstrata.

Convém pontuar que a formulação das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), e o seu significado para a indicação da formação profissional em bases coerentes ao PEP e seu horizonte emancipatório, ocorreu em um momento da vida social, política, econômica e

cultural do Brasil marcado pelas contradições da Nova República. Esse período é demarcado pelo esvaziamento da concepção universalista dos direitos sociais impressa na Constituição Federal (Brasil, 1988) em face da consolidação do neoliberalismo na agenda do Estado. Assim, o avanço dos(as) assistentes sociais na construção de indicações que superassem as insuficiências do currículo da década anterior se deu em um panorama no qual as conquistas obtidas pela intensificação dos movimentos de luta da classe trabalhadora do último período incidiram sobre a empreitada, mas ao mesmo tempo foram obstaculizadas pela lógica desregulamentadora advinda do Consenso de Washington.

Dessa forma, foi demandado um rigor teórico-metodológico e ético-político da categoria no intuito de objetivar a sua projeção profissional, conforme definição de Yamamoto (2015), contraposta diretamente pela precarização das relações de trabalho, pela minimização das políticas sociais e pela financeirização da formação profissional, tendências apontadas por Vasconcelos (2015) que desafiam a direção social da profissão, da qual as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) são tributárias. Logo, a assimilação dos Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, na perspectiva de totalidade advogada nas diretrizes curriculares, requer uma apropriação das reverberações da financeirização da vida social – sob entendimento do neoliberalismo como corrente de radicalização do capitalismo monopolista – no redimensionamento do mundo do trabalho e, por conseguinte, na agudização das expressões da “Questão Social”, como aponta Yamamoto (2015).

Nesse sentido, as contrarreformas gerenciais do Estado brasileiro na década de 1990 colocaram o Serviço Social reconceituado diante de uma encruzilhada, ao passo que suas ferramentas de intervenção na perspectiva da viabilização do acesso aos direitos sociais da população usuária são inflexionadas pela refuncionalização do Estado típica de sua época, pela qual o tratamento das manifestações da “Questão Social” é preconizado pela oferta de políticas sociais fragmentadas, residuais e focalizadas, como aponta Raichelis (2013). Dessa maneira, as movimentações societárias na ordem da intensificação da superexploração da força de trabalho, concatenada à burocratização dos processos de trabalho dos(as) assistentes sociais imersos(as) nos espaços sócio-ocupacionais da esfera pública, são determinações de evidente adversidade ao trabalho profissional na direção do Projeto Ético-político.

De forma análoga, o esvaziamento do papel regulador e provedor do Estado encontrou vazão tanto na financeirização de direitos sociais – por intermédio da prestação privada de políticas como saúde, previdência social e educação – quanto na transferência de responsabilidades para o chamado Terceiro Setor, que se constituiu como um crescente espaço de inserção de assistentes sociais. Nesse sentido, Vasconcelos (2015) entende os

espaços sócio-ocupacionais vinculados ao Terceiro Setor como expressão da precarização do trabalho profissional, uma vez que são diversas as vertentes que direcionam a atuação nesses locais, muitas vezes, mas não sempre, em confronto com a direção social da profissão, reiterando práticas na linha da filantropia, inclusive com bases religiosas, e do assistencialismo, distante de uma visão na perspectiva da totalidade quanto às manifestações da “Questão Social” como produto das contradições da relação Capital e trabalho.

Os efeitos da reestruturação produtiva e do gerencialismo brasileiro recaíram e recaem sobre o exercício profissional não apenas na acentuação de demandas da população usuária em via das refrações da “Questão Social”, mas também na incorporação de indicadores de desempenho e no pressuposto da polivalência – isto é, a dedicação a múltiplas tarefas em conformidade às requisições institucionais e muitas vezes na direção contrária das atribuições e competências dispostas na Lei nº 8.662/1993. Assim, a lógica empresarial, que por sua vez não se encontra restrita ao setor privado, inflexiona os espaços sócio-ocupacionais e, por conseguinte, as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, nos marcos da acumulação flexível.

A tendência de subjugação do exercício profissional dos(as) assistentes sociais ao tecnicismo e à burocratização manifestou-se em uma dinâmica contraditória de continuidades e rupturas no ciclo posterior ao gerencialista, comandado pelos governos petistas e sua estratégia de conciliação de classes. Caracterizada por Branco (2009) como novo-desenvolvimentista, a agenda do Estado brasileiro no período de 2003 a 2016 foi orientada pela idealização de conjugar crescimento econômico e contração das desigualdades sociais. Em vista disso, houve avanços, sobretudo, na política de assistência social, manifesta no incremento de programas sociais – com suas contradições na ordem da focalização – e de regulamentações, tal como expresso na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005) e na Lei nº 12.435/2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2011). Como é possível perceber, foi atribuída ênfase à política de assistência social nessa mencionada conjuntura.

No entanto, os indícios de continuidade da política anterior se impuseram na realidade ao passo que a agenda do primeiro Governo Lula (2003-2006) não rompeu com o movimento de privatização das políticas sociais, sobretudo as de Seguridade Social e educação. A respeito disso, Lavinhas e Gentil (2018) expõem os compromissos dos governos petistas com o fortalecimento dos fundos de pensão, em especial a partir da reforma previdenciária do funcionalismo público de 2003, fomentando a capitalização da Previdência Social. Sem grandes rupturas, o primeiro ciclo petista foi cenário de ofensiva da financeirização da política

de saúde, constantemente tensionada por agentes do setor privado, em especial gestores de planos de saúde, panorama indicado por Andreazzi (2014) como reflexo da ingerência de organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BC), nas opções de ordem socioeconômica do Estado.

Tal política atuava no encorajamento da população usuária a priorizar a busca dos serviços de saúde e previdência social no setor privado, relegando ao setor público – e mesmo ao Terceiro Setor pelo viés filantrópico – o papel de garantidor do acesso aos direitos a priori às camadas mais pauperizadas, endossando uma leitura das classes com base na estratificação social (Osorio, 2014), em detrimento da perspectiva societária de totalidade. Concomitantemente, houve uma perpetuação do caráter focalizado, residual e fragmentado das políticas sociais, como se apreende em Lavinias e Gentil (2018), pela qual a viabilização do acesso aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 acontece por critérios de seletividade entre a classe trabalhadora, buscando em suas frações o atendimento dos mais desvalidos. Enquanto operadores(as) dessas políticas, as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais são diretamente influenciadas pelas escolhas econômicas e políticas dos governos, cujas determinações no entorno do imediatismo da vida cotidiana (Netto, 1994) vão de encontro ao horizonte do projeto profissional⁹.

Diante da capitalização e financeirização da Seguridade Social, a política de assistência social, de acordo com Mota (2007), teve seu patamar ampliado e foi anteposta como mediadora da Seguridade Social e não mais o trabalho, por meio do qual a política previdenciária detém primordialidade. A assistência social adquiriu, assim, centralidade nos marcos do novo-desenvolvimentismo não apenas com o propósito de garantir os mínimos sociais para a reprodução (precarizada) das condições materiais de vida da classe trabalhadora, mas também na direção de viabilizar o projeto de crescimento econômico associado à inclusão social por via do consumo (Lavinias; Gentil, 2018). A essa exacerbação da assistência, em detrimento de uma perspectiva integralizadora e universalista da Seguridade Social, Mota (2007) atribui o movimento denominado de assistencialização, cujas reverberações no trabalho profissional incidem não apenas na intensificação do exercício laboral nos aparelhos de proteção social, mas também na confusão da imagem socialmente construída do Serviço Social em via da tendência, nos marcos da institucionalidade, de redução da profissão a uma das políticas que opera. Segundo Raichelis (2013), esse quadro

⁹ Uma manifestação das consequências da continuidade da ortodoxia econômica nos governos petistas no exercício profissional de assistentes sociais está, para além da financeirização, na terceirização da gestão de equipamentos da assistência social e da saúde às chamadas Organizações Sociais (OS), reiterando a predileção do novo-desenvolvimentismo por parcerias público-privadas.

incide em discursos nos quais assistência social e Serviço Social são postos como sinônimos, esvaziando, dessa forma, o significado e a direção social da profissão.

Ademais, se manifesta na intervenção profissional alocada na política setorial de educação outra relação dialética de avanços e obstáculos, dada a ampliação do acesso ao ensino superior e, por conseguinte, da ofertas de cursos de Serviço Social, e as conquistas no tocante à regulamentação da inserção de assistentes sociais em escolas e demais instituições educacionais, por intermédio da Lei nº 13.935, que dispõe sobre a atuação de profissionais do Serviço Social e da psicologia no sistema público de educação básica (Brasil, 2019). Contraditoriamente, essa dinâmica é confrontada pela transferência de investimento público para o setor privado de ensino, em especial da educação profissional, sufocando e precarizando as instituições públicas, ao mesmo tempo que a inserção dos(as) assistentes sociais no cotidiano da educação básica, em atuação multidisciplinar com a psicologia, não ocorre de forma deslocada às contradições do campo educacional, tensionado constantemente pela perspectiva da ação pautada no controle e moralização dos sujeitos, incidente no Serviço Social Tradicional e no processo de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, como apontado por Figueiredo e Maciel (2023).

É nessa composição multifacetada de determinações sobre o Serviço Social na contemporaneidade que se requisita um processo de formação profissional que dê conta de responder ao dualismo da formação técnica preconizada pela institucionalidade e do desenvolvimento da capacidade de interpretação e intervenção críticas sobre o movimento da realidade social conforme o projeto profissional.

Houve, portanto, uma disputa de finalidades e projeções na formação de assistentes sociais no Brasil sob a agenda novo-desenvolvimentista. Se por um lado, a ampliação do acesso ao ensino superior, com destaque para iniciativas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹⁰, a política de ações afirmativas e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), ainda que com seus contrassensos, possa alargar as possibilidades de qualificar a formação pela inserção das contradições de classe – na sua composição dialética de raça-etnia, gênero e sexualidade – no interior das instituições de ensino, por outro se reconhece a precarização ocasionada pelo aumento de cursos e vagas de forma desproporcional aos recursos investidos.

¹⁰ Em face da complexidade do tema e dos limites deste trabalho, indicamos uma maior aproximação às determinações do REUNI e suas inflexões na formação profissional em Serviço Social por intermédio da leitura de Ferreira (2011).

Acerca disso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) alerta para a expansão desenfreada de cursos de graduação em Serviço Social, em especial no setor privado de ensino superior (CFESS, 2015). Tal aumento exponencial sob a lógica empresarial da educação privada, que prioriza a formação de força de trabalho dócil diante das requisições institucionais e do mercado de trabalho, desafia o projeto de formação na direção das projeções profissionais. Nesse contexto, as tensões entre a formação nos moldes da institucionalidade burguesa e o Projeto Ético-político se acentuam, tanto pela ofensiva da modalidade de Educação à Distância (EaD) e sua incompatibilidade com a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão e à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação na estrutura curricular, quanto pelas possibilidades limitadas de crítica ao sistema burguês no interior das instituições privadas de ensino, como observa Vasconcelos (2015).

Todavia, o primeiro ciclo social-liberal e novo-desenvolvimentista no Brasil (2003-2016), em decorrência de seus compromissos ambíguos de classe, compôs um panorama ao mesmo tempo desafiador e profícuo ao Serviço Social brasileiro, sob seu horizonte social. Isso é demonstrado, ao menos, em aspectos pontuais, como a ampliação da participação de assistentes sociais em conselhos, na definição de políticas públicas e na abertura aos debates de raça-etnia, gênero e sexualidade. Contudo, Silva (2019, p. 566) pondera que

ao tempo que se amplia a requisição da profissão, seguida de uma importante divulgação, reconhecimento e legitimação da categoria face à própria dinâmica de expansão das políticas sociais, se coloca no campo denso das contradições a forma incipiente, precarizada, focalizada e restrita como as políticas são desenvolvidas, bem como a direção social de que são objeto e os impactos disso na própria limitação do Serviço Social aos traços mais tecnicistas, burocráticos e assistencialistas de sua atuação.

A autora chama atenção, com isso, para a relação dialética entre a maior abertura propiciada à categoria profissional na intervenção sobre os rumos das políticas sociais e o necessário embate do Serviço Social sob seu projeto profissional com as requisições na ordem da reiteração do teor tecnicista, burocrático e assistencialista que se demanda da profissão na contemporaneidade. Logo, a autora evidencia que o avanço da assistência social não pode ser entendido como necessariamente o avanço da profissão, diferenciação de relevância para o horizonte das projeções profissionais.

Contudo, nas brechas da conjuntura novo-desenvolvimentista, a democratização do acesso ao ensino superior concatenada aos avanços nos debates e elaborações da categoria profissional organizada abriram espaço para o Serviço Social brasileiro avançar nas pautas de defesa dos direitos humanos, com destaque para o posicionamento ético-político no combate às opressões de raça-etnia, gênero e sexualidade. Expressão nítida dessa movimentação está

na incorporação do debate étnico-racial nas diretrizes curriculares, subsidiada por formulações da ABEPSS (2018) e pela produção da intelectualidade negra alinhada à direção social da profissão.

Dessa maneira, tem-se crescido o entendimento de que as relações étnico-raciais são partes substanciais dos Fundamentos do Serviço Social, uma vez que a produção e reprodução das relações sociais têm no racismo uma determinação estrutural e estruturante, como indica Elpidio (2020). Esse avanço nos debates da categoria profissional, todavia, tem reverberado de forma incipiente nos currículos plenos dos cursos de graduação em Serviço Social pelo país, como demonstra Silva (2023), o que evidencia que a incorporação da questão étnico-racial no estudo das bases da profissão é um campo em construção.

Acentuadas pelo abrupto fim do ciclo social-liberal em 2016, terreno fértil para o avanço do neoconservadorismo – explicado por Barroco (2022) como uma conjugação do neoliberalismo com desvalores do conservadorismo moderno –, as agudizações da “Questão Social” apresentam um quadro ainda mais desafiador ao Serviço Social brasileiro. Isto pois, as ambiguidades do ciclo anterior foram substituídas por uma fase de recrudescimento da desregulamentação da vida social, manifesta nas contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como no sufocamento dos investimentos nas políticas sociais e na maior transferência de recursos do Fundo Público aos agentes do mercado financeiro. Nesse cenário, o exercício profissional tem experimentado constantes inflexões, uma vez que a precarização das relações de trabalho na totalidade incide sobre os espaços sócio-ocupacionais constantemente contaminados por desvalores do neoconservadorismo e da imposição de práticas tecnicistas, gerenciais e polivalentes aos(as) assistentes sociais.

Nesse sentido, faz-se necessária a recuperação da dialética da condição assalariada do(a) assistente social, sua projeção ético-política e a autonomia relativa diante das requisições institucionais, conforme explicitado em Iamamoto (2007). No interior dessas relações, as correlações de forças políticas, as capacidades de articulação multiprofissional e com os movimentos sociais, a formação profissional na direção das diretrizes curriculares, a apropriação do aparato jurídico-normativo da categoria profissional e o próprio estatuto do assalariamento são condições que podem alargar ou retrair a autonomia relativa. Visto isso, a projeção ético-política articulada à leitura e intervenção críticas sobre a realidade são imposições do movimento do real concreto para contornar os desafios da contemporaneidade, na ordem da reatualização do conservadorismo, da filantropia, da psicologização das expressões da “Questão Social”, da fragilização dos vínculos empregatícios e das demais ofensivas contra o PEP, tanto na ordem do esvaziamento da especificidade profissional na

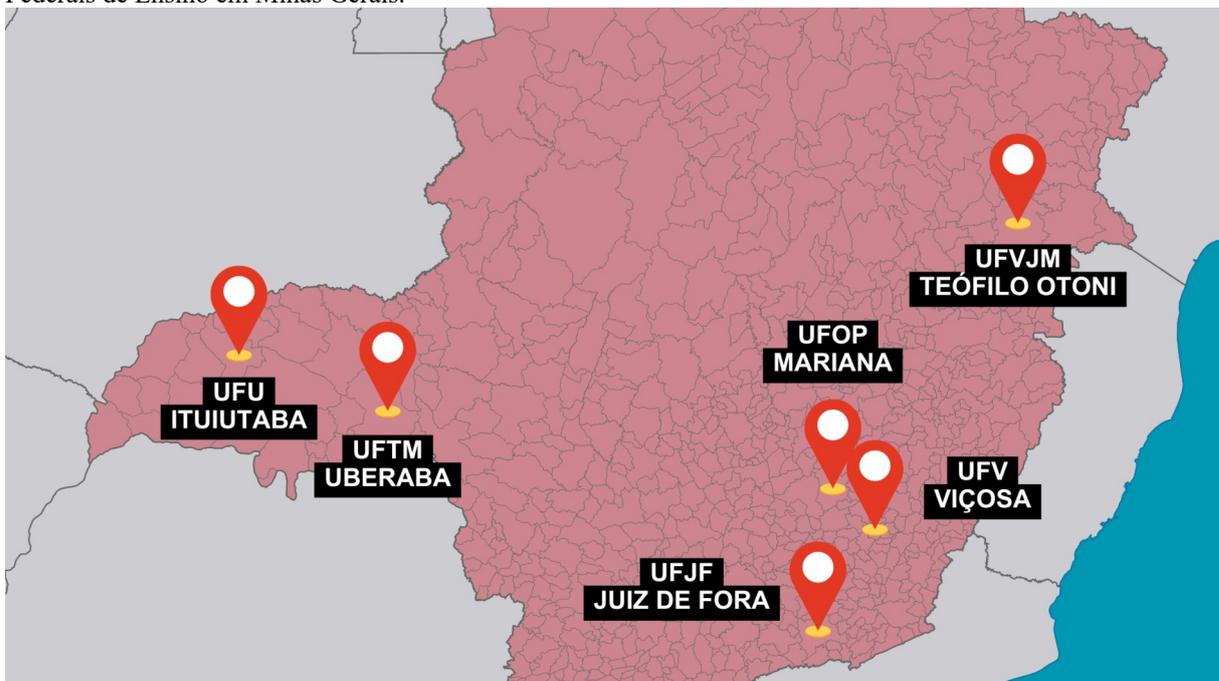
forma de cargos genéricos quanto na recuperação de tendências de matriz positivista e estrutural-funcionalista, que embora minoritárias, ecoam nas camadas cooptadas pelo neoconservadorismo.

As aproximações aqui realizadas com as determinações do Serviço Social na contemporaneidade são pertinentes para as análises subsequentes, em especial no exame das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) cujo nível distinto de abstração está direcionado pelo movimento da realidade social no contexto da Nova República. No todo, a revisão de literatura empreendida nesta seção se deu no intuito de apresentar as bases históricas, teóricas e metodológicas, de maneira articulada, da profissão no Brasil, no sentido de introduzir conteúdos básicos a serem explicitados ou sugeridos nas ementas das disciplinas correspondentes. Não se trata, portanto, de um estudo da História do Serviço Social, com uma abordagem endógena e cronológica da profissão, mas de uma incursão de seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, tendo como fio condutor as movimentações da realidade social na particularidade da formação societária brasileira.

3 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS PLENOS NA DIREÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Articuladas as bases teórico-metodológicas e sócio-históricas da profissão no Brasil à formação profissional e às influências das distintas matrizes do pensamento social, a sequência deste trabalho ocorre sob orientação de instrumentalizar esses conhecimentos na análise documental dos programas das disciplinas de FHTMSS nas universidades pesquisadas¹¹, *cf.* FIG. 1. O foco da análise está na lógica curricular que os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) exprimem e na identificação de seus níveis de aproximação à lógica curricular impressa no documento “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996).

Figura 1 – Representação das localizações aproximadas das graduações em Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino em Minas Gerais.



Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, é atribuída ênfase, no processo investigativo e analítico, ao ementário das disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS, de acordo com a caracterização

¹¹ A título de rememoração: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A ordem estabelecida não se remete à abordagem cronológica de surgimento dos cursos de Serviço Social nas respectivas instituições, mas se dá a partir da distância espacial de suas sedes com relação à UFOP, no recorte do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), ao qual se vincula o curso de Serviço Social nesta universidade, localizado no município de Mariana. Isto pois, são as análises do currículo pleno da graduação em Serviço Social da UFOP (2018) que engendram o presente Trabalho de Conclusão de Curso. Estas, por seu turno, podem ser consultadas em Tomaz, Pires e Silva (2022).

dessa no documento da ABEPSS (1996). Assente na perspectiva das próprias diretrizes curriculares, assumimos a vinculação da matéria básica mencionada ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Isto, em vista do caráter de síntese nesse núcleo das determinações da vida social e da formação Sócio-histórica como meio de promover sucessivas aproximações às múltiplas determinações da profissão como objeto, sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho especializado, nos seus processos de trabalho e a diversidade de sujeitos no seu entorno.

Todavia, essa aproximação não suprime as disposições da lógica curricular expressa nas diretrizes gerais da ABEPSS (1996), as quais preconizam a superação da fragmentação do conhecimento nas matérias de História, Teoria e Metodologia do Serviço Social de seus antecedentes, em especial o Currículo Mínimo de 1982. Portanto, visualizar uma proporção distinta de aproximação dos conteúdos a determinado Núcleo de Fundamentação não significa a abordagem autonomizada dos núcleos, tampouco a dissolução da unidade articulada dos fundamentos. Esse movimento está alinhado aos princípios das diretrizes curriculares, sobretudo àquele que reconhece a flexibilidade na organização dos currículos plenos no que tange à modulação dos conhecimentos em disciplinas e outros tipos de componentes, conforme as requisições das matrizes curriculares edificadas no processo de constituição dos PPCs. Importa, logo, a manutenção da indissociabilidade dos núcleos como estratégia de prevenção à porfirização dos conhecimentos na divisão dos componentes curriculares, no contexto de objetivação dos currículos plenos. Esse entendimento é substancial para a promoção das análises subsequentes, de modo que cada programa examinado seja observado como distinto nível de abstração estruturado a partir dos núcleos de fundamentação como eixos articuladores do processo formativo.

Com isso, a exploração dos PPCs, cujos resultados e discussões se apresentam nas subseções a seguir, ocorre orientada a extrair desses documentos as suas próprias particularidades na organização curricular. O enfoque, ademais, está na investigação e apontamento das proporções nas quais esses documentos, a partir da lógica curricular como parâmetro, possuem congruência às diretrizes da ABEPSS (1996), sobretudo no que diz respeito ao princípio da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação e a forma como se manifesta nos programas das disciplinas que correspondem à matéria básica de FHTMSS. Estas por sua vez, são identificadas nos distintos PPCs tanto por sua nomenclatura, que, no geral, apresentam a palavra-chave “Fundamentos” na sua identificação, quanto pela compatibilidade do programa das disciplinas com a ementa geral descrita no documento da

ABEPSS (1996), nos casos em que a nomenclatura não torna esse nexos tão evidente, como ocorre em “Introdução ao Serviço Social” e “Serviço Social na Contemporaneidade”.

Convém, por isso, resgatar a ementa disposta para as disciplinas de FHTMSS, uma vez que essa se constitui como parâmetro tanto de identificação quanto de análise dos níveis de congruência ou distanciamento dos programas analisados em relação ao princípio de indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação. Assim, a articulação desses núcleos no ementário é analisada por intermédio do seguinte enunciado:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais (*sic*) nos diferentes contextos históricos (ABEPSS, 1996, p. 17).

Observa-se, pois, que em dois tópicos, o programa sintetizado nas diretrizes curriculares para a matéria básica de FHTMSS é capaz de articular conhecimentos referentes aos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Assim, ao se referir à “análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social” (*Ibidem*, p. 17), assume-se que a gênese e desenvolvimento da profissão, bem como suas formas de pensar e agir – isto é, o seu arsenal teórico-metodológico –, têm suas determinações contidas no movimento do real concreto, conforme indica a teoria social crítica. Desse modo, os três núcleos são articulados na perspectiva de que a trajetória da profissão está contida na dinâmica histórica da sociedade de classes, bem como mediadas pelas referências teórico-metodológicas predominantes nas suas respectivas conjunturas.

De sua parte, o item “o trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais (*sic*) nos diferentes contextos históricos” (*Ibidem*, p. 17) aponta para o significado social da profissão, suas finalidades e o objeto de intervenção, mediados na história. Ou seja, sugere-se o estudo do Serviço Social enquanto prática orientada a fins, bem como direcionada por determinada matriz do pensamento social, inserida na divisão sociotécnica do trabalho e mediada pelas relações sociais sob os marcos do capitalismo monopolista. De maneira análoga, as expressões da “Questão Social”, na condição de objeto de intervenção, despontam sob a perspectiva da reprodução social – sentido historicamente atribuído à profissão pelo Estado e demais agentes da ordem burguesa –, entendidas, porém, como condicionadas à dinâmica da formação sócio-histórica do país em seus distintos momentos.

Essa unidade articulada das bases históricas e teórico-metodológicas do Serviço Social evidenciada no referido programa é a chave para a pormenorização do ementário das disciplinas de FHTMSS analisadas a partir dos PPCs correspondentes às universidades que compõem o universo da pesquisa. Portanto, a forma em que as dimensões da formação profissional aparecem de maneira correlacionada na descrição da matéria básica de FHTMSS indica o caminho analítico. Isto pois, como corrobora Teixeira (2019), há no acúmulo dos debates e formulações da categoria profissional uma concepção, alinhada ao Projeto Ético-político, de que os Fundamentos do Serviço Social se objetivam a partir da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação, sem prejuízo dos seus distintos níveis de abstração.

3.1 A ANÁLISE DO ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO COMO PONTO DE PARTIDA

A perspectiva de FHTMSS preconizada até aqui é o alicerce para a problemática que dá origem à presente pesquisa, que por seu turno, é tributária de indagações dos membros do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT), vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a respeito de como os Fundamentos do Serviço Social são apreendidos no processo formativo no contexto desta universidade.

A inquietação proeminente consiste na relação entre o modo com o qual os FHTMSS são trabalhados no curso e a percepção do corpo discente quanto à sua natureza e finalidade, dada a identificação de discursos no cotidiano da graduação a reduzir os fundamentos à “História do Serviço Social”. Quais seriam, então, as determinações para o entendimento do estudo das bases da profissão circunscritas a apenas uma de suas dimensões, a histórica? A hipótese inicial – e que confere a gênese das investigações aqui empreendidas – é a de que há uma relação entre tais afirmações e a maneira pela qual os FHTMSS são lecionados naquele momento. O caminho apontado consistiu, então, na investigação do programa das disciplinas de fundamentos e sua correlação com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Deu-se origem, assim, à pesquisa “Fundamentos do Serviço Social: relevância teórica e estratégias didático-pedagógicas na formação de assistentes sociais”, associada ao NEESFT/CNPq e desenvolvida por meio do programa Pró-Ativa, da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFOP, no ano de 2020, atravessada pelo contexto pandêmico. Seu objetivo traduz-se na investigação de consonâncias, afinidades ou divergências entre o ensino dos FHTMSS nesta universidade e as disposições das diretrizes curriculares da

ABEPSS (1996), sobretudo no que tange à indissociabilidade dos seus Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Para tal, a pesquisa teve a análise documental como método predominante e debruçou-se tanto nos documentos da entidade quanto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP (2018) vigente à época, para obtenção dos programas das disciplinas de interesse.

Destarte, as ementas das disciplinas “Introdução ao Serviço Social”, “Fundamentos do Serviço Social [I, II e III]” e “Serviço Social na Contemporaneidade” foram examinadas em paralelo ao programa da matéria básica de FHTMSS, de modo a identificar em que medidas esses conteúdos convergem ou se distanciam. O parâmetro central, cabe recuperar, foi definido pela nitidez em que esses conteúdos expressam a unidade articulada dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional.

Seus resultados e discussões, sintetizados nas subseções a seguir, foram incorporados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) entre as referências do processo de revisão curricular de 2021, por meio do Grupo de Trabalho (GT) sobre Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. A produção da pesquisa possui incidência, logo, no currículo pleno em vigência aprovado pelo Conselho Superior de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (CONEC/UFOP) via Resolução nº 76/2023, em especial no programa das disciplinas de FHTMSS.

Posteriormente, a análise documental se desdobrou na pesquisa “Um estudo sobre o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do curso de Serviço Social da UFOP”, tal-qualmente vinculada ao NEESFT/CNPq, e dessa vez desenvolvida com subsídios do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) da UFOP, assim como da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), entre os anos de 2021 e 2022. Articulada à análise documental realizada pela investigação do Pró-Ativa que a antecedeu, essa etapa incorporou a frente de análise empírica para obter a percepção do corpo discente acerca das finalidades e da relevância dos Fundamentos do Serviço Social no processo de formação profissional.

O resultado das respostas obtidas via aplicação de formulários, aponta para uma apreensão positiva dos(as) estudantes quanto à relevância das disciplinas de FHTMSS, proporcionada pela avaliação dialética das categorias analíticas de conteúdo/bibliografia, didática, relações interdisciplinares e captura da relação dialética entre as determinações da realidade social e do exercício profissional como meios de assimilação do significado dos Fundamentos do Serviço Social. Uma apresentação dos resultados parciais desta pesquisa

pode ser verificada em Tomaz, Pires e Silva (2022), que contém uma síntese da análise documental desenvolvida a partir da interlocução do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP (2018), sobretudo no ementário das disciplinas de FHTMSS, com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Portanto, a análise do currículo pleno do curso de Serviço Social na UFOP por intermédio do PPC de 2018 é sintetizada nesta seção no intuito de evidenciar o ponto de partida para a problemática do presente trabalho de conclusão de curso. Logo, não convém retornar a um objeto de pesquisa com os mesmos parâmetros e categorias de outrora, tampouco estabelecer paralelos com o novo currículo (UFOP, 2022)¹², mas ampliar o trabalho desenvolvido para um recorte maior, qual seja as demais IFES localizadas no território mineiro.

É nesse sentido que o debate étnico-racial na transversalidade dos núcleos de fundamentação não se exprime na sistematização analítica deste PPC (UFOP, 2018), em razão das limitações em que a investigação do ensino dos Fundamentos do Serviço Social na UFOP é realizada, entre os anos de 2020 e 2022, no tocante ao acúmulo da equipe pesquisadora quanto à incorporação da questão étnico-racial nas diretrizes curriculares.

Assim, a síntese da investigação empreendida sobre o PPC da UFOP (2018) se apresenta na direção de introduzir o trajeto analítico que alicerça as análises quanto ao alinhamento dos cursos de Serviço Social nas referidas IFES com as diretrizes curriculares, a partir das categorias analíticas descritas na introdução do presente documento¹³. Com isso, as subseções a seguir demonstram as discussões e os resultados centrais da investigação das cinco disciplinas, respectivamente, que correspondem à matéria básica de FHTMSS, tais quais: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social I, II e III; e Serviço Social na Contemporaneidade. Em cada tópico são evidenciados os pontos de atenção com relação ao nível de aproximação das ementas vigentes no currículo de 2018 ao que preconizam as diretrizes curriculares.

¹² Contrapor o atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP (2022) com o currículo pleno de 2018 constitui em si um objeto de pesquisa possível de ser destrinchado em um trabalho à parte, ressalte-se. Há de se avaliar, contudo, se há distanciamento temporal profícuo a tal empreitada, dadas as condições de transição da incidência de um currículo pleno recém-implementado no cotidiano da formação profissional.

¹³ A saber: i) unidade articulada dos núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, *cf.* ABEPSS (1996); ii) unidade entre formação e trabalho profissional como manifestação da práxis, isto é, da relação dialética teoria-prática, a partir da categoria marxista de unidade do diverso; iii) coerência dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Serviço Social das IFES presentes no estado de Minas Gerais com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996); e iv) consonância das ementas das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social prescritas nos referidos PPC com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

3.1.1 Introdução ao Serviço Social: ênfase nos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional

Identificada, a princípio, a congruência do PPC (UFOP, 2018) vigente à época, em termos gerais, às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996)¹⁴, partiu-se ao exame do programa da primeira disciplina do “núcleo duro” de FHTMSS nesta universidade, Introdução ao Serviço Social, situada no primeiro período da matriz curricular. Isto, a fim de verificar o nível de confluência no recorte do programa do componente curricular em questão. A ementa da disciplina se desdobra, então, da seguinte maneira:

Considerações sobre o processo sócio-histórico de profissionalização do Serviço Social e sua articulação com a monopolização do capital. A relação do Serviço Social com a questão social e sua contextualização Sócio-Histórica O projeto de formação profissional em Serviço Social e sua direção social, historicamente construídos. Os princípios do projeto ético-político do Serviço Social. A Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social. Possibilidades contemporâneas do trabalho profissional. Considerações sobre a organização profissional e estudantil (UFOP, 2018, p. 18).

O programa reproduzido acima, extenso à primeira vista, possui uma amplitude no que diz respeito aos elementos da dimensão do trabalho profissional, tais quais a sua institucionalização, o projeto profissional hegemônico na contemporaneidade, o objeto de sua intervenção – as refrações da “Questão Social” –, sua direção social, os instrumentos jurídico-normativos, a formação profissional que se preconiza e as formas de organização coletiva da categoria de assistentes sociais e do corpo discente. Dentre esses constituintes, observa-se que apenas uma parcela dos conteúdos se apresenta de forma explícita, formada ao indicar o Projeto Ético-político – embora não esteja indicado o seu papel de projeto profissional hegemônico – e a Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993).

Os demais aspectos de maior aproximação ao trabalho profissional aparecem por intermédio de termos genéricos. Essa avaliação se evidencia, por exemplo, ao tratar da profissionalização do Serviço Social sem mencionar a formação de aparatos institucionais pelo Estado, que reconfiguram os espaços sócio-ocupacionais e os meios de intervenção com a gênese e desenvolvimento de políticas sociais. De modo análogo, não é feita referência à criação das primeiras escolas de Serviço Social, etapa relevante para o processo de profissionalização evocado, como visto em Netto (2005) e Andrade (2008), tampouco aos métodos de caso, grupo e comunidade a reverberar tanto na formação profissional de então,

¹⁴ Em vista do reconhecimento que o PPC (UFOP, 2018) exprime quanto ao Serviço Social inserido na dinâmica das relações sociais e seu significado na produção e reprodução dessas relações da organização societária sob os marcos do capitalismo monopolista, bem como em razão à referência aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como articuladores de sua lógica curricular.

quanto no próprio exercício profissional a partir do alinhamento desses às requisições institucionais de sua respectiva conjuntura.

No que tange aos conteúdos de maior imediação à formação sócio-histórica brasileira, a alusão mais explícita está no primeiro tópico em que o referido processo de profissionalização ocorre nos marcos do capitalismo monopolista. As demais menções se fazem semelhantemente a partir de terminologias generalistas, tais como “processo sócio-histórico”, “contextualização Sócio-Histórica” e “historicamente construídos” (UFOP, 2018, p. 18). É insuficiente, pois, a demarcação nesse documento de periodizações mais precisas, tais como as movimentações de 1930, a instauração do Estado Novo (1937-1945), a formação do Regime Liberal-populista (1945-1961), o desenvolvimentismo de João Goulart (1961-1964), a Ditadura Civil-militar (1964-1985) como manifestação da autocracia burguesa, a transição na forma da Nova República (1985-1988) e os marcos da contemporaneidade a partir da Constituição Federal de 1988 e o triunfo do neoliberalismo na agenda estatal¹⁵.

O conteúdo relativo às bases teóricas, no que lhe diz respeito, encontra-se implícito no programa em pauta, não sendo feitas menções nítidas às matrizes do pensamento social que orientam os modos de intervir e que se relacionam dialeticamente com as distintas conjunturas evocadas. Se mostram ausentes, assim, a evidenciação da Doutrina Social da Igreja Católica como principal influência da profissão em sua gênese a compor posteriormente, na etapa de institucionalização do Serviço Social, o “arranjo teórico-doutrinário” (Iamamoto; Carvalho, 2005) com o positivismo, assim como o funcionalismo e o estruturalismo, que atuam no que Andrade (2008) define como metodologismo incidente, sobretudo, entre 1945 e 1961.

De modo análogo, o Projeto Ético-político Profissional (PEP) é mencionado sem a sua conexão com a teoria social crítica, que por sua vez confere a incorporação do materialismo histórico-dialético como o método de interpretação e intervenção sobre a realidade, aproximações substanciais para a edificação do projeto de profissão hegemônico, como endossa Guerra (2015).

Em síntese, verifica-se que a ementa da disciplina de Introdução ao Serviço Social no currículo de 2018 possui correspondências mais evidentes aos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira, ainda que com lacunas, estando implícitas as temáticas de maior aproximação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. Portanto, essa ausência de evidenciação das matrizes teóricas

¹⁵ Note-se que o conjunto de conteúdos postos na ementa reproduzida apresenta reverberações da totalidade dessas periodizações mencionadas, a partir da busca em seus fundamentos na concepção que esta pesquisa advoga.

embutidas no fazer profissional – ou seja, no conceito de unidade entre teoria e prática como formador da categoria práxis –, assim como historicamente determinadas e determinantes, compromete a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Logo, a confluência da ementa dessa disciplina com as diretrizes curriculares se dá em proporção parcial.

3.1.2 Fundamentos do Serviço Social I: lacunas referentes aos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

Em seguimento, a análise se voltou à disciplina de Fundamentos do Serviço Social I, situada na matriz curricular como pertencente ao segundo período do curso em termos regulares e com a disciplina de Introdução ao Serviço Social como pré-requisito, de modo a identificar em que medida se dá a correspondência entre seu programa e a lógica curricular impressa nas diretrizes. Sendo assim, a ementa do componente curricular está disposta no PPC (UFOP, 2018, p. 21) da seguinte maneira:

A profissionalização do Serviço Social. As relações com suas protoformas na era dos monopólios. Bases teóricas e ídeo-culturais da construção do projeto profissional de corte conservador. As particularidades continentais: norte-americana, europeia, latino-americana e brasileira. Análise e influência das primeiras formulações do Serviço Social até o período do segundo pós-guerra (1930-1945).

Tal como ocorre no programa da disciplina analisada anteriormente, a enumeração dos conteúdos da ementa reproduzida se dá com a primazia de termos genéricos, em que as correspondências aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional se dão a partir de palavras-chave como “profissionalização”, “protoformas”, “bases teóricas e ídeo-culturais”, “primeiras formulações do Serviço Social”, dentre outras. Como se pode aferir, essas nomenclaturas pouco explicitam as temáticas encontradas nos Fundamentos do Serviço Social, conforme desenvolvido na segunda seção deste trabalho. Da forma como está, pode-se indicar que a ementa contém imprecisões quanto aos três núcleos de fundamentação.

Da parte dos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, uma maior correspondência às diretrizes curriculares poderia ser empreendida ao mencionar no programa o tomismo e o neotomismo como matrizes conservadoras predominantes na formação das protoformas da profissão (Yazbek, 2009a), assim como a sua conjugação eclética com a teoria positivista a conduzir o Serviço Social Tradicional. Do mesmo modo, o funcionalismo e o estruturalismo são orientações teórica e metodológica, respectivamente, centrais na etapa de profissionalização, como visto em Andrade (2008).

No que concerne aos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, quando se fala em “análise e influência das primeiras formulações do Serviço Social até o período do segundo pós-Guerra (1930)”, é relevante mencionar a relação desse período com a gênese e desenvolvimento da profissão entrelaçada ao papel da Igreja Católica na sociedade. Outrossim, os marcos da crise econômica de 1929 e a mudança de bloco histórico incidente na instabilidade política dos anos 1930 são conteúdos cuja explicitação fortaleceriam a ementa no intuito de elucidar os componentes históricos da formação societária.

Quanto aos Fundamentos do Trabalho Profissional, o tópico “profissionalização do Serviço Social” poderia adquirir substancialidade ao remeter-se ao Serviço Social de Caso como método concebido a partir da influência estadunidense sobre o Estado brasileiro. Na mesma direção, menções ao caráter filantrópico e individualizador das expressões da “Questão Social” na intervenção profissional sob influência do dogma católico tornariam mais explícito o processo de construção do projeto profissional conservador.

Logo, conforme se discorre até aqui, a ementa de Fundamentos do Serviço Social I contida no PPC de 2018 necessita de complementações a respeito dos Núcleos de Fundamentação em sua totalidade, para que haja um maior nível de aproximação às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Ressalte-se que as considerações apresentadas não se dão no intuito de invalidar a formulação curricular examinada, mas de apontar caminhos fundamentados na direção das elaborações coletivas da categoria profissional no que concerne à indissociabilidade dos conhecimentos.

3.1.3 Fundamentos do Serviço Social II: nítidas referências à totalidade dos núcleos

Sucedeu-se, por conseguinte, à revisão e exame da disciplina de Fundamentos do Serviço Social II, situada na matriz curricular no terceiro período da graduação em nívelação regular, e tendo Fundamentos do Serviço Social I como pré-requisito para matrícula. Para fins de continuidade da síntese das análises empreendidas sobre o PPC vigente à época (UFOP, 2018, p. 23), debruçou-se sobre a sua ementa composta pelas temáticas reproduzidas a seguir:

O Serviço Social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista a partir do segundo pós-guerra. A emergência do Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia de inserção do Serviço Social à luz das elaborações teórico metodológicas (*sic*) do funcionalismo e do estrutural funcionalismo (1945- 1972).

Embora aparente ser mais conciso, diante do ementário dos componentes curriculares antecedentes, o programa da disciplina, quando contraposto às demais analisadas, apresenta

referências mais nítidas às bases teórico-metodológicas e sócio-históricas pelas quais se pretende direcionar a abordagem no processo formativo. Isto pois, ao prescrever o debate do “Serviço Social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista a partir do segundo pós-guerra” (*Ibidem*, p. 23), tem-se uma explícita base sócio-histórica – o desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase monopolista pós-Segunda Guerra como enquadramento conjuntural – como condicionante dos rumos da profissão.

Já ao descrever “a emergência do Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia de inserção do Serviço Social à luz das elaborações teórico-metodológicas do funcionalismo e do estrutural-funcionalismo” (*Ibidem*, p. 23), as bases teóricas e metodológicas aparecem de forma evidente, porquanto são especificados o Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade na dimensão interventiva, que por sua vez, possuem o funcionalismo e o estrutural-funcionalismo como fundamentos teóricos.

Quanto vista em sua totalidade, não obstante, a ementa de Fundamentos do Serviço Social II no contexto do PPC de 2018 evidencia e articula os três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, sobretudo quando os métodos do Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade são diretamente relacionados às matrizes do pensamento social que os fundamenta, ao passo que é atribuída a periodização de 1945 a 1972, coerente com o conteúdo descrito no referido tópico. Conseqüentemente, o programa dessa disciplina tem a possibilidade de ser instrumentalizado como referência para os demais componentes analisados, de modo a perseguir uma afinidade integral com as diretrizes curriculares.

3.1.4 Fundamentos do Serviço Social III: necessidade de evidenciar na ementa as correspondências ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira

Seguidamente, a disciplina de Fundamentos do Serviço Social III é disposta na matriz curricular com periodização projetada para o quarto semestre a partir do ingresso na graduação e possui Fundamentos do Serviço Social II como pré-requisito para matrícula. As proporções em que seu programa se aproxima ou se distancia das diretrizes curriculares foram apreendidas pela análise de sua ementa, que se organiza no currículo aqui estudado (UFOP, 2018, p. 26) da seguinte maneira:

A renovação do Serviço Social brasileiro e suas direções. As lutas pela democracia e a revisão crítica da agenda profissional. O pensamento marxista no Serviço Social. As construções teórico metodológicas (*sic*) relevantes do período. Processo de organização política da categoria (1972-1980).

O conteúdo reproduzido apresenta, conforme aferições obtidas a partir de sua totalidade, um enquadramento da profissão a partir dos movimentos de renovação como reformuladores da dimensão interventiva, uma vez que a aludida reconceitualização do Serviço Social redundou em um projeto profissional de ruptura com o Serviço Social Tradicional, edificando, então, uma distinta direção social. Tem-se, então, sugerido o contexto sócio-histórico que as bases do trabalho profissional se modificam, ao passo que a matriz marxista é evidenciada como Fundamento Teórico-metodológico da Vida Social.

Entretanto, as aproximações com a teoria social crítica, concomitantes ao processo de renovação do Serviço Social, e o posicionamento da categoria profissional na luta de classes em defesa de valores democráticos, como visto na ementa, não tem suas bases sócio-históricas explicitadas de forma coerente à conjuntura em que esses eventos se desenvolvem. Isto porque não são apontadas de forma notória no programa as determinações do regime autocrático burguês, manifesto na Ditadura Civil-militar (1964-1985), cujas etapas inflexionam dialeticamente o Serviço Social brasileiro por meio da repressão estatal em paralelo aos movimentos de contestação e resistência fortalecidos na virada da década de 1970 para 1980.

Portanto, a partir da categoria analítica de consonância entre ementa e diretrizes curriculares, orientada pelo princípio de indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, verifica-se que há uma maior congruência do programa de Fundamentos do Serviço Social III aos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social e do Trabalho Profissional – ainda que esteja ausente o Projeto Ético-político. Dessa forma, o alinhamento da organização programática da disciplina com as diretrizes da ABEPSS (1996) se dá em nível parcial e requer, assim, ajustes para o fortalecimento dessa conexão, em especial no que diz respeito ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira.

3.1.5 Serviço Social na Contemporaneidade: ementa com alusões mais nítidas aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social e da Formação Sócio-histórica Brasileira

Por fim, a investigação do ementário das disciplinas de FHTMSS no curso de Serviço Social da UFOP (2018) alcançou o último componente curricular associado à matéria básica supramencionada. Trata-se de Serviço Social na Contemporaneidade, situada no quinto período da matriz curricular, cuja disciplina Fundamentos do Serviço Social III é pré-requisito para sua matrícula. Sua diretriz programática preconiza o enfoque das seguintes temáticas:

A agenda profissional nos anos 1990: a ampliação e aprofundamento do marxismo. O confronto com o neoliberalismo. O Serviço Social em tempo de capital fetiche. Serviço Social e emancipação do ser social: dificuldades e desafios (UFOP, 2018, p. 28).

Como se visualiza, o conteúdo remete ao enquadramento da profissão no contexto histórico da década de 1990 enquanto marco da consolidação da agenda neoliberal na organização societária, tal qual se localiza o tempo de capital fetiche como tendência a promover inflexões sobre o Serviço Social. Há, dessa maneira, alusões evidentes ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira. O marxismo, por seu turno, confere a aproximação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, dado que é a matriz teórica predominante da profissão no momento evocado.

Todavia, a ementa carece de elementos que explicitem o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, posto que as contrarreformas e o gerencialismo que caracterizam a consolidação da agenda neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990, em relação dialética ao processo de amadurecimento do Serviço Social e seu projeto profissional renovado, modificam a dinâmica do exercício profissional. A dimensão interventiva requer, então, ser evidenciada no programa ao incorporar no seu conteúdo, dentre outros pontos, a reestruturação produtiva e as inflexões nos espaços sócio-ocupacionais, a primazia institucional por um perfil generalista do(a) assistente social e o pressuposto da polivalência, assim como a minimização das políticas sociais e precarização da formação profissional por meio do avanço da modalidade de Educação à Distância e da transferência de recursos públicos para o ensino privado.

Visto isso, a consonância da ementa de Serviço Social na Contemporaneidade no PPC da UFOP (2018) se dá em proporção parcial, uma vez que o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional aparece de forma implícita na ementa, como indicado. Os ajustes sugeridos se deram na ordem de deslocar esse nível de aproximação à perspectiva da totalidade impressa nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), ao mesmo tempo que se reconhece o caráter prescritivo do ementário como ferramenta de direcionamento do processo formativo.

3.1.6 O currículo de 2018 e a confluência parcial às diretrizes curriculares no ementário das disciplinas de Fundamentos

Em suma, os resultados e discussões da pesquisa acerca do ensino dos Fundamentos do Serviço Social na UFOP por intermédio do currículo de 2018, na construção de sua lógica

curricular e nas referências às diretrizes curriculares na sistematização das demais dimensões da formação profissional, denota ressonância das disposições da ABEPSS (1996). Entretanto, em quatro das cinco disciplinas analisadas, identifica-se lacunas referentes a pelo menos um dos três núcleos de fundamentação, o que caracteriza essa ressonância como parcial, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFOP (2018).

Disciplina	Avaliação
Introdução ao Serviço Social	Convém evidenciar as referências teórico-metodológicas.
Fundamentos do Serviço Social I	Lacunas quanto à totalidade dos Núcleos de Fundamentação.
Fundamentos do Serviço Social II	Articulação nítida dos núcleos.
Fundamentos do Serviço Social III	Pouca nitidez do contexto sócio-histórico.
Serviço Social na Contemporaneidade	Necessita explicitar os Fundamentos do Trabalho Profissional.

Fonte: Elaboração própria.

No panorama do conteúdo do PPC em sua substancialidade, não obstante, se identifica uma proporção maior de afinidades às disposições da entidade, em contraposição às limitações dissertadas no conjunto de disciplinas que compõem o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social nesta instituição de ensino. As considerações apresentadas se dão, por conseguinte, com a intencionalidade de apresentar meios para o fortalecimento dessa conexão, o que se materializa pela sua apreciação pelo NDE no processo de revisão curricular de 2021, cujo produto é o PPC vigente aprovado em instância superior (CONEC/UFOP) no ano de 2023.

Estão dados, dessa maneira, as bases e os pressupostos para as análises sistematizadas nas próximas subseções, que indicam, sem prejuízo das categorias analíticas descritas na introdução deste trabalho, os caminhos para exame dos PPCs e de seu respectivo ementário sob o recorte das disciplinas de FHTMSS. Isto, observado o objetivo geral de identificar e analisar consonâncias, afinidades e eventuais divergências entre as diretrizes curriculares e o ensino dos Fundamentos do Serviço Social nas IFES em solo mineiro, verificáveis a partir da contraposição das “Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social” (ABEPSS, 1996) aos currículos plenos dessas universidades. Tal ação na dimensão investigativa do trabalho

profissional se manifesta a seguir pela análise do PPC da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

3.2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

As origens da Universidade Federal de Viçosa (UFV) estão enraizadas no contexto do setor rural como propulsor dinâmico da vida econômica do país e, sobretudo, na particularidade regional do município sede, conforme demonstra a contextualização sócio-histórica impressa no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (UFV, 2023), em que pese o enfraquecimento desse setor em face das transformações societárias na virada da década de 1920 para 1930 (Singer, 1988). O documento aponta, ademais, o posicionamento de Viçosa nas relações político-institucionais, em âmbito estadual e nacional, privilegiado nos períodos em que Arthur da Silva Bernardes, viçosense, foi governante de Minas Gerais (1918-1922) e, posteriormente, do Brasil (1922-1926), o que contribuiu para a instauração, em 1926, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), considerada o embrião da atual universidade (UFV, 2023).

A incorporação da ESAV, juntamente a outras escolas superiores presentes no município entre as décadas de 1940 e 1960¹⁶, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) ocorreu no ato de criação desta, em 1948. Foram mantidas, logo, as bases rurais da educação superior em Viçosa, alinhadas às atividades socioeconômicas do território (*Ibidem*). A Escola Superior de Ciências Domésticas foi geminada nesse contexto no qual a Economia Doméstica teve seu processo de profissionalização, de acordo com Amaral Junior (2021), coincidente à agenda do Estado brasileiro entre as décadas de 1940 a 1960, que caracterizam o período liberal-populista. De modo análogo, a profissão mencionada, em suas fases de gênese e desenvolvimento, possui notável influência de instituições estadunidenses vinculadas à agricultura, em especial as *Land Grant Colleges* (*Ibidem*), na particularidade da formação profissional. Tal influência dessas mesmas instituições é mencionada no PPC (UFV, 2023) na direção da ESAV, coadunando com seu objetivo de fornecer uma formação técnica voltada à agricultura e à pecuária. A relevância dessa relação entre os primórdios da UFV e a Economia Doméstica é evidenciada mais adiante.

¹⁶ Quais sejam: Escola Superior de Ciências Domésticas; Escola de especialização do Serviço de Experimentação e Pesquisa; e Escola Superior de Florestas (UFV, 2023). Estas, nos marcos da reforma universitária da Ditadura Civil-militar, são extintas e cedem lugar aos seguintes centros universitários: “Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e Centro de Ciências Exatas” (Farias, 2012 *apud* UFV, 2023, p. 9).

Com o movimento da vida social na trajetória histórica brasileira, o cenário da modernização conservadora conduzida pela autocracia burguesa, na qual se insere a reforma universitária de 1968, impôs a conversão da UREMG em Universidade Federal de Viçosa (UFV) por intermédio do Decreto-Lei nº 570 (Brasil, 1969). A Escola Superior de Ciências Domésticas foi, então, dissolvida nos departamentos de Economia Doméstica, Nutrição e Saúde, Letras e, por fim, Pedagogia (Farias, 2012 *apud* UFV, 2023).

A Escola Superior de Ciências Domésticas é aqui mencionada entre os elementos originários da UFV, tanto pela influência estadunidense na gênese e desenvolvimento da Economia Doméstica no seu país de origem e no Brasil, sobretudo em razão de sua ênfase na qualificação técnico-científica da economia rural, quanto pelas aproximações que essa profissão resguarda com o Serviço Social, principalmente quando se trata de suas protoformas e fase de institucionalização. Como subsidia Amaral Junior (2021), as profissões apresentam uma relação dialética de similaridades e particularidades. Quanto às similaridades, o seu desenvolvimento nos marcos do capitalismo monopolista e ao tratamento das refrações da “Questão Social” – ainda que em níveis e espaços diferenciados. No que concerne às particularidades, de sua parte, a ênfase da intervenção de economistas domésticos(as) no campo intensificada pela política de extensão rural do Estado brasileiro, no período liberal-populista, ocorreu em contraste à atuação majoritariamente em cenário urbano-industrial dos(as) assistentes sociais em função das determinações do nacional-desenvolvimentismo (Branco, 2009)¹⁷.

Portanto, as bases rurais da Economia Doméstica no Brasil, sob influência estadunidense¹⁸, e da Universidade Federal de Viçosa se materializaram na criação do

¹⁷ Convém frisar que a discorrida interlocução entre o Serviço Social e a Economia Doméstica se apresenta nesse ponto do texto a partir das particularidades da fase de consolidação do capitalismo monopolista na sociedade brasileira, ao passo que o processo de renovação do Serviço Social resulta em um então novo projeto profissional, de direção social e referências teórico-metodológicas diametralmente opostas às da Economia Doméstica. A última, como assinala Amaral Junior (2021), em suas diferentes etapas não apresenta uma experiência semelhante, sendo mantidos, assim, os seus fundamentos conservadores de teor positivista, ainda que tenha avançado no que concerne ao seu nexo às relações de gênero patriarcais conforme a dinâmica da inserção das mulheres em distintas divisões sociotécnicas do trabalho coletivo e o avanço do movimento feminista nos moldes do liberal-pluralismo estadunidense. Tanto é que o autor aponta que até o momento de extinção dos cursos de graduação em Economia Doméstica no Brasil, esse campo não obtém êxito em estabelecer diretrizes teórico-metodológicas precisas, denotando um caráter sincrético ao incorporar bases do Serviço Social sem, contudo, conseguir superar seus próprios fundamentos conservadores, fator este que se enquadra entre as múltiplas determinantes para a sua supressão na divisão coletiva do trabalho.

¹⁸ No que tange o financiamento de políticas desenvolvimentistas no intuito de estreitar a ingerência dos Estados Unidos sobre o Brasil, assim como ocorre em outros países da América Latina, corroborando com a reatualização das relações de dependência (Marini, 2011). De modo análogo, a ingerência estadunidense se manifesta na formação da ESAV sob referência das *Land Grant Colleges*, o que notabiliza a reverberação da política internacional dos Estados Unidos na gênese da formação profissional em Economia Doméstica no Brasil.

primeiro curso de Economia Doméstica no país, no interior da UREMG, na década de 1950 (Amaral Junior, 2017). Desse modo, a UFV possui um papel de destaque no processo de institucionalização dessa profissão em território nacional, da mesma forma que a criação do curso de Serviço Social na instituição reflete as interações dialéticas entre essas especializações da divisão sociotécnica do trabalho. Isso poderia explicar, *verbi gratia*, a continuidade do programa de pós-graduação em Economia Doméstica nessa universidade, cuja classificação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é a mesma em que as pós-graduações em Serviço Social estão inseridas (Amaral Junior, 2021), em razão da tradicionalidade dessa área na trajetória da UFV, entre outras determinações, que, por seu turno, extrapolam as finalidades desta pesquisa.

Outra exteriorização desse encadeamento dialético está na criação do curso de Serviço Social na UFV de forma simultânea à extinção da graduação em Economia Doméstica na mesma instituição de ensino. As origens da formação profissional em Serviço Social na universidade estão contextualizadas no PPC em análise (UFV, 2023) por via da revisão sócio-histórica percorrida intercalada à indicação do processo de formulação das diretrizes do curso mediante a comissão formada por docentes e um assistente social no decorrer dos anos de 2015 e 2016. Por conseguinte, a criação do curso é aprovada nas instâncias superiores no ano de 2016, com a formação da primeira turma de ingressantes ocorrendo no primeiro semestre letivo do ano seguinte. Nesse sentido, pode ser apreendida a relação com o fim do curso de graduação em Economia Doméstica, a partir das determinações aqui expostas e referenciadas no próprio PPC em análise¹⁹.

No tocante à estrutura do programa do curso de Serviço Social em vigência na UFV (2023), em aspectos gerais, é possível capturar a ressonância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e do MEC (Brasil, 2002). As últimas – que de sua parte são analogamente referenciadas nas elaborações da entidade, mas que resguardam a particularidade de compor o instrumento de validação da organização da formação profissional frente as requisições da institucionalidade – se expressam na delimitação dos seguintes tópicos: i) o perfil

¹⁹ Diante do exposto, a substituição do curso de Economia Doméstica pela graduação em Serviço Social na UFV levanta questionamentos acerca do processo de transição e, sobretudo, nas possíveis reverberações das bases teórico-metodológicas e ético-políticas da Economia Doméstica na formulação do curso de Serviço Social nessa instituição, uma vez que os seus Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos são singulares com relação aos fundamentos da Economia Doméstica, apesar da proximidade entre essas áreas ser superdimensionada no PPC vigente (UFV, 2023, p. 10), ao indicar que “ambos os cursos têm sua base de formação teórica nas Ciências Sociais e Humanas, além de terem campos de atuação profissional que se assemelham, principalmente no âmbito das políticas sociais”, sem a mediação com os seus respectivos projetos profissionais. Assim, a possível reverberação das bases da Economia Doméstica, historicamente construídas, na planificação dos currículos do curso de Serviço Social na UFV constitui um problema de pesquisa enquanto desdobramento possível desta monografia, dada a sua complexidade.

profissional; ii) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas por intermédio da graduação; iii) a organização e lógica curricular; iv) as políticas de estágio supervisionado e de trabalho de conclusão de curso; e v) a definição das atividades e componentes curriculares complementares. A redação desses eixos se manifesta em concordância integral às diretrizes curriculares do MEC (Brasil, 2002), cuja redação em parte considerável do PPC (UFV, 2023) se dá pela reprodução exata do texto aprovado pelo órgão.

De maior relevância para as finalidades desta pesquisa, a organização curricular do curso está edificada de forma articulada aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional (ABEPSS, 1996), conforme a explicitação desses eixos é redigida no PPC (UFV, 2023) de forma coerente ao que se dispõe nas diretrizes da entidade. Analogamente, a ressonância entre os documentos da ABEPSS (1996) e da UFV (2023) se manifesta no reconhecimento pelo último quanto à indissociabilidade dos núcleos. Resguardado pela admissão das diretrizes curriculares quanto aos níveis distintos de abstração dos Núcleos de Fundamentação, o PPC (UFV, 2023) indica as disciplinas que se relacionam a cada núcleo, ao passo que parte dos componentes curriculares reincidem em mais de um núcleo, à vista da transversalidade dos conhecimentos²⁰.

À vista disso, o currículo pleno coaduna ao entendimento fortalecido entre a categoria profissional de que a aproximação da matéria básica de FHTMSS, em seu distinto nível de abstração, se dá com o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, na medida em que esse articula os conhecimentos atinentes ao Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo mediada por referências teórico-metodológicas e pelo movimento da realidade concreta na formação sócio-histórica brasileira, cuja dinâmica incide sobre as formas e condições objetivas e subjetivas da intervenção profissional. Assim, compõem o “núcleo duro” de FHTMSS, neste recorte, as disciplinas de Introdução ao Serviço Social e Fundamentos Históricos Teórico-metodológicos do Serviço Social I, II e III.

Não obstante, uma singularidade desse PPC (UFV, 2023) com relação ao documento equivalente da UFOP (2018) é a ausência do ementário dos componentes curriculares no primeiro. Estes estão contidos em documentos denominados de programas analíticos, disponibilizados em meio digital no portal da universidade. Desse modo, a investigação e

²⁰ A título de nota, o currículo do curso de Serviço Social da UFV (2023), em sua organização curricular, apresenta a particularidade de estabelecer eixos complementares aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, quais sejam: i) Debate das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena; ii) Debate das Políticas de Educação Ambiental; e iii) Debate da Educação em Direitos Humanos. Equitativamente, o PPC concebe esses eixos complementares a partir da perspectiva da unidade do diverso, cujas disciplinas são aproximadas por intermédio de seus distintos níveis de abstração, sendo possível, assim, a reincidência de componentes curriculares em mais de um eixo articulador ou núcleo de fundamentação.

análise das ementas das referidas disciplinas se dá pela apropriação de documentos externos ao PPC – os programas analíticos –, que são compostos, em acréscimo às ementas, de informações gerais acerca das disciplinas, tais como sua carga horária, objetivos, conteúdo programático, bibliografias básica e complementar, entre outras. Esta pesquisa, contudo, se atém às ementas em vista da sua caracterização

como um dispositivo que fornece ao corpo docente um horizonte dos conteúdos a serem contemplados em seus respectivos componentes curriculares. Assim sendo, se as ementas não expressam de maneira patente tópicos referentes aos Núcleos de Fundamentação (...) de forma articulada, esse movimento de pôr em dialética os distintos níveis de abstração (...) ficará a cargo tão somente da iniciativa individual do ministrante (Tomaz; Pires; Silva, 2022, p. 7).

Isto posto, justifica-se a escolha das ementas como ferramenta central de análise em razão do seu gênero prescritivo e, em decorrência disso, direcionador do processo de ensino-aprendizagem, cuja formulação ocorre geralmente de forma articulada aos currículos plenos, apesar desse encadeamento não estar evidenciado no PPC examinado (UFV, 2023). Não se encontra, ademais, por via da revisão desse documento, as motivações para que o ementário das disciplinas da matriz curricular não esteja reproduzido no mesmo, mencionando-se apenas a possibilidade de obtenção dos programas analíticos no endereço eletrônico da instituição.

Outrossim, à medida que os programas analíticos em sua composição possam suplantar as eventuais lacunas nas ementas por meio da descrição do conteúdo programático desdobrada nas subdivisões do semestre letivo, bem como via indicação bibliográfica, o percurso analítico desta pesquisa permanece voltado ao exame das ementas, o que vale para os demais currículos pormenorizados na continuidade deste trabalho. Esse conteúdo periodizado, entretanto, pode ser consultado como fonte de referência para as possibilidades de incremento das ementas, a partir do parâmetro de nitidez da reverberação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, na perspectiva da unidade do diverso.

Visualizadas essas considerações acerca do currículo pleno da graduação em Serviço Social na UFV (2023), sintetizam-se na sequência os resultados e discussões da análise das disciplinas de FHTMSS, em que o conteúdo de cada ementa é posto em contraposição ao que preconizam as diretrizes curriculares. Assim, avalia-se o nível de explicitação do movimento da realidade social na história, de suas matrizes do pensamento social hegemônicas e da reverberação dessas bases no exercício profissional, sob a perspectiva de totalidade.

3.2.1 Introdução ao Serviço Social: lacunas quanto à nitidez dos três Núcleos de Fundamentação

De acordo com a organização das disciplinas na matriz curricular do curso de Serviço Social na UFV (2023), inicia-se a sistematização da análise das ementas das disciplinas correspondentes à matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (ABEPSS, 1996) a partir de Introdução ao Serviço Social. Esta se localiza no primeiro período do curso, sendo, portanto, o contato inaugural com as bases da profissão.

A ementa é composta pelos seguintes tópicos: “O surgimento da profissão do Serviço Social e sua relação com a questão social. A direção social do Serviço Social brasileiro. Os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais” (UFV, 2025a, p. 1). O conteúdo da disciplina se orienta, então, a partir da gênese da profissão e sua relação com as expressões da “Questão Social”, prosseguindo-se ao debate de sua direção social na particularidade brasileira e à abordagem dos espaços possíveis de realização da intervenção profissional. Nota-se, além disso, a concisão em que o programa é apresentado.

O primeiro ponto, ao se referir à gênese do Serviço Social, apresenta-se sem a relevante articulação da conjuntura política, econômica e socioterritorial em que se dá o surgimento do Serviço Social e que, por sua vez, indicaria as determinações da pretendida relação com as manifestações da “Questão Social”. Diante disso, cabe posicionar as inflexões da crise econômica mundial de 1929 no deslocamento da hegemonia do setor de abastecimento de mercados externos, em especial a agropecuária, para a fração industrial da burguesia constituída como novo bloco histórico e, portanto, dirigente da sociedade brasileira. Essa mudança de direção no capitalismo monopolista na particularidade brasileira reverberou, como visto em Singer (1988) e Oliveira (2003), na instabilidade política que marca a instauração do regime conhecido como República Presidencialista (1930), coincidente com as protoformas do Serviço Social brasileiro e o incipiente tratamento das refrações da “Questão Social” sob perspectiva coercitiva, individualizante e doutrinária, sob o traço filantrópico da Doutrina Social da Igreja Católica.

Do mesmo modo, o panorama descrito requer a apropriação da agenda nacional-desenvolvimentista, materializada no incipiente processo de industrialização e a decorrente complexificação do espaço urbano acompanhada de deslocamentos originados a partir dos espaços agrícolas. Logo, a dialética entre espaços agrícola e urbano sem a revisão estrutural da questão agrária no país (Santos, 1993; Maricato, 2015) repercutiu nas refrações da “Questão Social”, tais como as desiguais condições de ocupação da cidade e de acesso às

preambulares políticas sociais. Essa quadra demanda, outrossim, situar a particularidade da questão étnico-racial, em vista do rebatimento diferenciado da conjuntura sobre a população negra na reprodução das relações sociais, visto o reflexo agudizado da superexploração da força de trabalho e da concentração fundiária sobre esses sujeitos coletivos.

Deslocando o debate para o tópico da direção social da profissão no Brasil, a forma como está descrito no recorte do documento em análise carece de contextualização sócio-histórica, uma vez que o Serviço Social em sua trajetória assume orientações distintas e mesmo antagônicas fundamentadas nos diversos momentos da vida social e política do país, sob a influência de diferentes matrizes do pensamento social. Logo, abordar a direção social do Serviço Social brasileiro no singular denota uma imprecisão ao não evidenciar a qual direção social se remete: àquela do Serviço Social Tradicional ou a que se constrói a partir do Projeto Ético-político Profissional (PEP). Portanto, falar de direção social pressupõe especificar também os projetos profissionais.

Contudo, ao visualizar o conteúdo da ementa em seu conjunto, infere-se a etapa de gênese da profissão no Brasil como nível de abstração a ser aprofundado, o que requisita explicitar no programa a direção social conservadora conferida pelo “arranjo teórico-doutrinário” (Iamamoto; Carvalho, 2005) concomitante aos objetivos da profissão nesse contexto, em que a reprodução das relações sociais tem como uma de suas determinações a tarefa de adequação dos sujeitos à perspectiva positivista e funcional da sociedade burguesa entendida como um organismo (Durkheim, 2004), mediados pelas relações entre o Serviço Social e o Estado brasileiro e destes com a Igreja Católica, sob perspectiva de totalidade.

Se a intenção da ementa, entretanto, for abordar a direção social na contemporaneidade, seu conteúdo deve abarcar, para mais, o processo de renovação da profissão no Brasil atravessado pelas movimentações da classe trabalhadora na resistência ao regime autocrático burguês, o que confere a orientação ético-política de alinhamento aos interesses dos(as) trabalhadores(as). Nessa linha, podem-se fazer necessárias a flexão do termo para o plural – direções sociais – e a referência ao Projeto Ético-político em contraposição ao Serviço Social Tradicional.

Conquanto o princípio de indissociabilidade dos conhecimentos na formação profissional admita a sua materialização nos currículos plenos em níveis diferenciadas de abstração, o que possibilita a modulação dos conteúdos em disciplinas, assume-se nas considerações posteriores a abordagem, no programa supramencionado, da direção social da profissão com ênfase na sua etapa de gênese na sociedade brasileira. Em contrapartida, devido ao caráter introdutório da disciplina às múltiplas características do Serviço Social, compete à

ementa abarcar as principais determinações da trajetória, objetivos, direções e projetos profissionais, para além das que estão circunscritas às suas origens no Brasil, como o conjunto do programa, da forma como está redigido, nos conduz a inferir.

Nesse sentido, ao se referir aos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais, a forma concisa em que a ementa é redigida dificulta a apreensão de que particularidades se pretende enfatizar no processo de ensino-aprendizagem, ao passo que as distintas conjunturas da realidade social e suas bases teórico-metodológicas incidem nos rumos da profissão e nas condições objetivas e subjetivas de seu exercício, dada a inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Isso significa que os processos de trabalho dos(as) assistentes sociais relacionam-se na totalidade dos processos de trabalho na organização geral do modo de produção capitalista, isto é, na divisão social do trabalho. Assim, a dinâmica das relações de produção sob as diferentes agendas e tendências do capitalismo monopolista constrói e modifica os processos de trabalho dos(as) assistentes sociais, inclusive os espaços sócio-ocupacionais onde se inserem.

Atendo-se à temporalidade do surgimento do Serviço Social no Brasil, discutir os espaços sócio-ocupacionais requer intercalar o debate com a gênese das políticas sociais do Estado brasileiro, que corresponde a um período histórico em comum disparado pelo Movimento de 1930, e com a Ação Social da Igreja Católica *idem*. Isto posto, os processos de trabalho com as incipientes políticas sociais enquanto ferramentas a serem manipuladas de acordo com a finalidade de intervenção sobre as expressões da “Questão Social”, conforme as particularidades da época, atribuiu às estruturas da burocracia estatal um espaço sócio-ocupacional de destaque. Tal-qualmente, a orientação filantrópica da ação social católica instituiu as próprias estruturas e ramificações da Igreja como espaços disponíveis ao exercício profissional. Assim, é pertinente ao texto da ementa mencionar o Estado, as políticas sociais e a Igreja Católica como determinantes dos espaços sócio-ocupacionais no contexto de gênese do Serviço Social brasileiro.

Porém, se a pretensão do debate dos espaços sócio-ocupacionais corresponder aos marcos da contemporaneidade, é necessário um resgate dos principais elementos no entorno das relações de produção e reprodução na trajetória da formação sócio-histórica brasileira a partir do surgimento do Serviço Social, tais como: a gênese e o desenvolvimento das políticas sociais; a agenda nacional-desenvolvimentista; a política social e econômica da autocracia burguesa; o neoliberalismo e a reestruturação produtiva; a política social e econômica da Nova República e a concepção de Seguridade Social impressa na Constituição Federal de 1988; o gerencialismo no Estado brasileiro sob influência do Consenso de Washington; e, por

fim, o ciclo novo-desenvolvimentista (Branco, 2009) seguido da ascensão da extrema-direita e do recente retorno do social-liberalismo ao comando do Estado.

Esse contingente de determinações confere totalidade ao debate dos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que modificam profundamente o mundo do trabalho e inflexionam o exercício profissional, em vista das políticas sociais como instrumento de proeminência na apresentação de respostas às refrações da “Questão Social” por via do Estado e da transferência de responsabilidades deste para o Terceiro Setor, constituindo o último como um espaço relevante de atuação. Ademais, a terceirização, a desregulamentação das relações de trabalho e a minimização das políticas sociais, bem como a consolidação do seu caráter residual e focalizado, são componentes desse universo de múltiplas determinações que alteram os espaços sócio-ocupacionais e inflexionam as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, corroborando, portanto, com a atualidade do trabalho enquanto categoria central.

De igual importância, consideramos a alusão às referências teórico-metodológicas que influenciaram o Serviço Social em seu surgimento, hegemônicas na particularidade da reprodução das relações sociais no contexto histórico aludido, e que atribuíram a direção da intervenção profissional sobre a realidade, em vista da unidade dialética entre teoria e prática. Assim sendo, é conveniente citar na ementa a matriz positivista e o neotomismo, que conduziram de maneira sincrética a atuação dos(as) assistentes sociais em sua etapa de gênese.

Íntima ao positivismo e à constituição do capitalismo *sui generis* brasileiro (Marini, 2011), o mito da democracia racial²¹ é uma dimensão cuja menção na ementa é profícua diante da incorporação da questão étnico-racial nas diretrizes curriculares. Isto porque a “democracia racial”, enquanto base conservadora e reacionária de pensar e produzir conhecimento ideologicamente determinada, desempenhou no Brasil, concomitantemente às transformações da década de 1930 aqui enfatizadas, um papel funcional ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo monopolista, de acordo com Elpidio (2020), de modo a

²¹ Embora não seja uma matriz teórica em termos estritos, até por não possuir amparo e método científicos, e sim uma construção ideológica, o mito da democracia racial é acionado nas análises deste trabalho uma vez que contém em si a fundamentação da negação das relações étnico-raciais no Brasil, com especial incidência na época concomitante às protoformas do Serviço Social. Uma vez que a profissão evidentemente não está deslocada das movimentações na realidade social, o mito da democracia racial pode ser considerado como alicerce de intervenções racistas em sua incipiente institucionalização no Brasil, como indica Ferreira (2010). De modo análogo, a idealizada “democracia racial” contém explicações funcionais ao ordenamento do capitalismo *sui generis* brasileiro, sobretudo pelas ocultações – nos termos referidos por Gonzales (1984) – de relações hierárquicas e coercitivas. Logo, mesmo não sendo uma matriz teórica, o mito da democracia racial expressa um modo de pensar e formular acerca das relações sociais na particularidade brasileira durante parte considerável do século XX e com resquícios na contemporaneidade.

ocultar as particularidades étnico-raciais na produção e reprodução das relações sociais. Tal perspectiva coaduna, de sua parte, com a perspectiva do ajustamento dos indivíduos e sua responsabilização pelas refrações da “Questão Social” à época, em detrimento de uma abordagem pautada em suas determinações estruturais e estruturantes.

Quando considerados os Fundamentos Teórico-metodológicos na totalidade histórica, despontam outras matrizes do pensamento social incidentes sobre a profissão, tais como, além do próprio positivismo, o funcionalismo e o estruturalismo na fase de institucionalização do Serviço Social, os quais permearam a incorporação dos métodos do Serviço Social de Caso, de Grupo e do Desenvolvimento de Comunidade. Suas intervenções ocorriam na ordem da individualização, da psicologização e da moralização das manifestações da “Questão Social”, bem como endossaram uma concepção voluntarista por meio das idealizações estadunidenses no entorno do Desenvolvimento de Comunidade e seu cunho participacionista (Ammann, 2003).

De seu turno, o processo de aproximação e assimilação do marxismo que confere a orientação teórica hegemônica no Projeto Ético-político Profissional (PEP) compõe um conteúdo imprescindível dada a sua centralidade para o amadurecimento da categoria profissional, o que resultou nos seus instrumentos político-normativos em voga, tais como a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012), as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), dentre outros. Uma breve pincelagem das elaborações anteriores, tais como os códigos de ética de perfil conservador (1947, 1965 e 1975), bem como dos projetos profissionais de cariz tecnocrático e de vertente neoconservadora, é de pertinência no intuito da explicitação dos Fundamentos do Trabalho Profissional e das bases teóricas e históricas associadas.

As relações entre a categoria profissional, as classes sociais e seus movimentos organizados, assim como as mudanças do relacionamento com o próprio Estado impulsionadas pelo movimento do real concreto, formam uma questão partícipe na apreensão dos fundamentos na perspectiva da totalidade. Isto em vista da relevância que a aproximação dos(as) assistentes sociais com as lutas da classe trabalhadora conferiu ao processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro na vertente da intenção de ruptura. Diante disso, a renovação do Serviço Social é um tema a fortalecer a nitidez dos fundamentos da profissão quando expressa no programa da disciplina.

Em suma, as múltiplas determinações evocadas, com ponto de partida nos termos generalistas observados na ementa de Introdução ao Serviço Social (UFV, 2025a), são desenvolvidas no presente texto no intuito de formular possibilidades de substanciar a

ressonância das diretrizes curriculares no programa dessa disciplina. A amplitude dos elementos acionados se justifica pelo teor introdutório da disciplina, o qual demanda uma síntese de conhecimentos que possibilite apreender a profissão e seu significado social de forma coerente ao projeto profissional hegemônico. Entende-se, em sentido análogo, que as disciplinas subsequentes denotam ocasião de aprofundamento dessas temáticas, em sintonia com o princípio de flexibilidade na organização dos currículos plenos e com o reconhecimento da abstração em níveis diferenciados, porém articulados (ABEPSS, 1996).

Portanto, as discussões desenvolvidas até aqui se deram no intuito de demonstrar como os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social podem se expressar de maneira evidente na ementa, considerando esta uma ferramenta central de direcionamento programático do processo de ensino-aprendizagem. O exame do programa vigente da disciplina em questão (UFV, 2025a) apresenta uma prescrição que, da forma como está redigida, indica uma coerência parcial às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), uma vez que expressa de forma insuficiente em seu conteúdo a indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.

3.2.2 Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I – FHTM I: ênfase nos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional

A continuidade da análise documental do currículo pleno do curso de Serviço Social na UFRV (2023) se dá subsidiada pelo caminho teórico-analítico percorrido por meio do programa da disciplina de Introdução ao Serviço Social. Esta, por seu teor inaugural quanto à apresentação da profissão ao corpo discente e pela forma sucinta e generalista como está escrita, suscitou um volume de abstrações que pode se repetir ou não no exame das demais disciplinas, posto que essas, em linhas gerais, contém a oportunidade de pormenorização do conteúdo aludido.

Mantida a finalidade de identificação e análise de consonâncias e eventuais divergências entre o ensino dos Fundamentos do Serviço Social e a indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, debruçamo-nos adiante sobre o programa analítico da disciplina de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I – FHTM I. Sua disposição na matriz curricular está situada no segundo período do curso. Seu conteúdo, na forma como se apresenta na ementa, é composto pelos seguintes temas: “A emergência do Serviço Social: protoformas e profissionalização no

contexto do capitalismo monopolista. Serviço Social no Brasil: gênese e o processo de institucionalização profissional” (UFV, 2025b, p. 1).

À primeira vista, observa-se um nível de concisão e generalidade semelhante ao programa de Introdução ao Serviço Social (UFV, 2025a). No entanto, apresenta um avanço pontual na direção da indicação dos Núcleos de Fundamentação, uma vez que a gênese e a institucionalização da profissão são articuladas na ementa ao fundamento sócio-histórico do capitalismo monopolista, na particularidade brasileira. O programa da disciplina, assim, infere a abordagem sócio-histórica da década de 1930, à medida que esse período corresponde às etapas mencionadas.

Destarte, é propício que a disciplina seguinte, Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II – enfatize as movimentações disparadas na década de 1940, no tocante ao metodologismo e o tecnicismo, porém tal como está escrito em sua ementa, infere-se a década de 1960 como seu marco sócio-histórico. Há, diante disso, duas possibilidades: ou se incorpora o conteúdo relativo ao contexto de 1945 a 1960 na disciplina em análise; ou adiciona-o na ementa da disciplina seguinte. Por ora, para prosseguimento das discussões aqui sistematizadas, optamos pela primeira alternativa.

A correspondência às diretrizes curriculares, não obstante, está incompleta uma vez que os Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social e do Trabalho Profissional encontram-se implícitos na ementa, cabendo à descrição do conteúdo programático periodizado a evidenciação dos conhecimentos concernentes aos núcleos, o que, por sua vez, extrapola os objetivos da pesquisa, vista a centralidade das ementas como instrumento prescritivo.

Visto isso, na direção de fortalecer o próprio Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira no programa, é possível complementar os marcos do capitalismo monopolista no Brasil, a exemplo do exercício analítico desempenhado por meio da disciplina anterior, ao evidenciar as movimentações na década de 1930, sobretudo no que compete às modificações das respostas do Estado brasileiro frente as manifestações da “Questão Social”.

Com finalidades comuns à Igreja Católica no entorno da moralização dos indivíduos e da responsabilização individual pelas expressões da “Questão Social” como orientações da forma de intervir sobre essas, o Estado instituiu as políticas sociais tanto no intento de garantia da reprodução social da classe trabalhadora, cujas condições são agudizadas pela urbanização desordenada, quanto na garantia da ordem por via do controle social dos sujeitos. Assim, as protoformas do Serviço Social e sua preambular institucionalização coadunam com os objetivos do Estado brasileiro de apaziguar a luta de classes através de concessões

pontuais, na forma das políticas sociais, tanto que a profissão foi convocada a atuar nos espaços e projetos do Estado voltados ao tratamento das manifestações da “Questão Social”.

Esse contexto, interligado à agenda nacional-desenvolvimentista e aos distintos períodos de estímulo à industrialização, promoveu mudanças tanto na exploração da força de trabalho, sem que houvesse a ultrapassagem da superexploração como fonte de obtenção acentuada de mais-valia, quanto na ocupação e organização do espaço urbano. Nesse panorama, a população negra é a que predominantemente está sujeita às agudizações da “Questão Social”, ao passo que Elpidio (2020) situa o racismo como uma expressão estruturada e estruturante das relações sociais capitalistas. Assim, é pertinente na ementa a menção à Lei Geral da Acumulação Capitalista, bem como da particularidade da questão étnico-racial em sintonia com o entendimento do racismo como um componente de sustentação do capitalismo em suas distintas fases e tendências, sendo, portanto, conteúdo relevante no estudo dos FHTMSS.

Quanto à profissionalização do Serviço Social no Brasil, convém explicitar o Regime Liberal-populista (1945-1964) como a conjuntura em que o desenvolvimento do Serviço Social enquanto especialização da divisão sociotécnica do trabalho se intensifica, como destaca Andrade (2008). É tributária desse período, além do avanço das Escolas de Serviço Social cujas origens remontam a meados da década anterior, a criação da então Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1945, assim como da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), no ano seguinte, e a promulgação da primeira lei de regulamentação do exercício profissional de assistentes sociais (Brasil, 1957).

No intuito de promover aproximações mais evidentes ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, por seu turno, consideramos oportuna a especificação na ementa das matrizes do pensamento social preeminentes no surgimento e na profissionalização do Serviço Social brasileiro, quais sejam: a influência franco-belga manifesta no tomismo e neotomismo, relevante em razão da supracitada ingerência da Doutrina Social da Igreja Católica sobre a profissão no Brasil, nas suas formas de intervir e mesmo no relacionamento com o Estado; a matriz positivista, alinhada ao movimento rumo à racionalização técnica da profissão no avanço de sua institucionalização; a sociologia funcionalista, que fundamenta o tratamento das expressões da “Questão Social” por via do ajustamento dos indivíduos à sociedade compreendida como um organismo cujas partes são interdependentes e vitais, em detrimento da perspectiva de totalidade (Yazbek, 2009a); e o

mito da democracia racial²², concepção que balizou as ações racistas e eugenistas no âmbito do Estado brasileiro a reverberar também nas refrações da “Questão Social” (Elpidio, 2020).

Tal-qualmente, é necessária a evidenciação na ementa de conteúdos na direção de estreitar as aproximações do programa da disciplina ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, uma vez que esses se edificam a partir da síntese dos demais núcleos, visto que cada ação profissional é, em seu âmago, orientada por ao menos uma matriz teórica, bem como está historicamente determinada, em especial pela produção e reprodução das relações sociais.

Dito isso, a partir da prescrição na ementa analisada de conteúdos relativos às protoformas do Serviço Social, sua gênese, desenvolvimento e profissionalização na particularidade brasileira, o programa é passível de ser complementado pelas seguintes temáticas:

- a) o encontro do humanismo católico, de corte conservador, com a matriz positivista a constituir o “arranjo teórico-doutrinário” (Iamamoto; Carvalho, 2005) proficiente para as finalidades de racionalização técnica da profissão no contexto aludido;
- b) o Serviço Social de Caso e de Grupo, a partir das referências estadunidenses, constituintes do que Andrade (2008) denomina como o metodologismo predominante entre 1947 e 1961 no Brasil, de caráter positivista;
- c) o Desenvolvimento de Comunidade e sua perspectiva voluntarista (Ammann, 2003), método alinhado ao modelo de desenvolvimentismo idealizado a partir dos países centrais da divisão internacional do trabalho;
- d) a construção do Código de Ética de 1947 em conformidade ao Serviço Social Tradicional;
- e) o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social;
- f) a particularidade da questão étnico-racial nas intervenções do Serviço Social em suas protoformas, gênese e profissionalização (Ferreira, 2010);
- g) a criação das primeiras entidades representativas da categoria profissional e dos primeiros instrumentos jurídico-normativos, tais como a Lei nº 3.252/1957, de regulamentação da profissão.

Vistas as discussões na análise do programa de FHTM I (UFV, 2025b), é constatada uma vinculação parcial do normativo mencionado com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), pois a forma como o programa vigente está registrado aponta para uma ênfase no

²² Cf. Nota 21.

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional. Tais apontamentos não constituem um desmerecimento da forma como o currículo analisado, no recorte da ementa da disciplina, está edificado, mas sim ocorrem no intuito de subsidiar a aproximação do ensino dos Fundamentos do Serviço Social, quando levada em conta a ementa como prescrição central de conteúdos, em termos integrais ao pressuposto de unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.

3.2.3 Fundamentos Históricos Teórico-Methodológicos do Serviço Social II – FHTM II: articulação integral dos núcleos

Expostas as considerações acerca da revisão crítico-analítica do programa da disciplina de FHTM I, os mesmos parâmetros são mobilizados no exame da disciplina de Fundamentos Históricos Teórico-Methodológicos do Serviço Social II – FHTM II –, situada na matriz curricular do curso como correspondente ao terceiro período regular. Evidentemente, a contraposição entre seu conteúdo e as diretrizes curriculares se dá pela ementa como principal ferramenta de análise, a qual se desdobra nos seguintes temas:

As bases da crise do tradicionalismo do Serviço Social brasileiro e a instauração da autocracia burguesa no Brasil: novas requisições para a profissão face às novas expressões da Questão Social. O movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil sob a autocracia burguesa: a “modernização conservadora” e a “reatualização do conservadorismo”. A Renovação crítica do Serviço Social: a vertente da “Intenção de Ruptura com o conservadorismo” e a interlocução com a tradição marxista (UFV, 2025c, p. 1).

A disciplina sublinha em seu programa a dinâmica do Serviço Social na particularidade brasileira a partir da década de 1960, tendo a instauração da Ditadura Civil-militar como marco da crise do Serviço Social Tradicional, em via das requisições da modernização conservadora. Assim, o conteúdo faz alusão ao processo descrito por Netto (2005) de corrosão das bases confessionais dos períodos de gênese e profissionalização do Serviço Social, no qual foi demandada à profissão a sua legitimação frente ao regime por meios tecnicistas, o que requisitava aportes teóricos de maior solidez em comparação ao “arranjo teórico-doutrinário”.

Desse modo, foi inquirido ao Serviço Social uma nova etapa de racionalização das suas formas de intervir, frente às transformações das políticas sociais – com destaque para a unificação do sistema previdenciário, via criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966 – e à expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais. O foco do

regime estava, portanto, na manutenção da operacionalidade das políticas sociais de forma domesticada, contudo qualificada nos moldes do projeto tecnocrático (Netto, 2005).

É relevante sinalizar como essa dinâmica de modernização incidiu sobre as bases do trabalho profissional, o que, à primeira vista, encontra-se implícito no conteúdo da ementa. Assim, convém situar de que forma a modernização conservadora e tecnocrática instituiu no cotidiano profissional padrões de desempenho alinhados à lógica empresarial de eficiência e produtividade diante de refrações da “Questão Social” agudizadas por um projeto socioeconômico desenvolvimentista excludente a reverberar na revisão das políticas sociais, cujo aparato institucional é transformado a partir de pactuações pelo alto, como indica o autor.

Nesse sentido, como visualizado na segunda seção deste trabalho, a dinâmica de racionalização técnica e formal da autocracia burguesa modificou a formação profissional de assistentes sociais. Até aquele momento, a formação estava restrita às Escolas de Serviço Social, cujo modelo de cátedra, em geral, era incompatível às requisições da política educacional do regime civil-militar, a qual demandava um rigor teórico-metodológico que as bases doutrinárias e ecléticas dessas instituições não satisfaziam.

As reformulações da estrutura estatal voltada às políticas sociais, setor onde majoritariamente atuam os(as) assistentes sociais, requisitou uma mudança no perfil profissional fundamentada em critérios tecnocráticos e coesos ao modelo asséptico de educação da autocracia burguesa. Houve, dessa maneira, uma expansão dos cursos universitários de Serviço Social, pela qual incrementou-se de 1.289 estudantes, em 1960, para 6.352 discentes, em 1971, de acordo com Netto (2005).

Entretanto, a presença do Serviço Social na universidade sob os ditames das contrarreformas da Ditadura, sobretudo com o advento da Lei nº 5.540 (Brasil, 1968), não ocorreu sem as contradições de praxe. Foi no interior do circuito universitário que a profissão encontrou vazão para as suas distintas tendências teórico-metodológicas, favorecidas pela estrutura educacional e suas condições materiais de produzir conhecimento. Com isso, fomentou-se o distanciamento das bases ecléticas e fragilizadas do tradicionalismo em direção a orientações de maior rigidez, processo que analogamente não aconteceu sem contradições. Dentre essas correntes, estava a de identificação com a matriz marxista, como citado na ementa, propiciando uma formação de quadros técnicos, mas com perfil crítico, assinalando a dialética de uma política educacional que forneceu, de maneira involuntária, os elementos de sua própria contestação, como corrobora Netto (2005).

No complexo dessas contradições, estavam dados os ingredientes para o processo de renovação e reconceituação do Serviço Social brasileiro, que, tensionado pela autocracia burguesa, se deu sob distintas perspectivas, a saber:

- a) a da modernização conservadora, com primazia da base teórico-metodológica estrutural-funcionalista, cujas manifestações da “Questão Social” eram encaradas como disfunções a serem ajustadas à ordem social;
- b) a de renovação do conservadorismo, alicerçada na fenomenologia, cuja intervenção sobre as subjetividades dos indivíduos não rompia com a direção da adaptação dos sujeitos à ordem vigente, embora se orientasse pela superação das bases doutrinárias; e
- c) a vertente da intenção de ruptura, à qual corresponde a matriz marxista explicitada na ementa, orientada por interpretação e intervenção críticas em unidade articulada sobre a realidade social (Yazbek, 2009a).

Salvo à última, as demais referências teóricas despontam no programa da disciplina implicitamente.

A reconceituação do Serviço Social na perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo foi a vertente que adquiriu hegemonia na categoria profissional em decorrência do salto qualitativo das lutas da classe trabalhadora a partir de meados da década de 1970, nos quais se sucedeu o desgaste da autocracia burguesa, conectado aos avanços da categoria profissional nas frestas da burocracia do regime ditatorial, em especial no interior das universidades. O marco dessa redefinição do Serviço Social brasileiro é atribuído às disputas e aos seus resultados no interior do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como “Congresso da Virada”, realizado em 1979 na cidade de São Paulo.

Disso é decorrente o Projeto Ético-político Profissional (PEP), que se materializa na intervenção orientada pela unidade dialética das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como indigita Guerra (2015). O gérmen do projeto profissional contemporâneo esteve contido, segundo a autora, no intercorrer das décadas de 1960 e 1970, desde as interlocuções de Paulo Freire com a Escola de Serviço Social de Pernambuco à atuação crítica de assistentes sociais inseridas no interior da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) quanto ao método de Desenvolvimento de Comunidade, dentre outras mediações. Foi como resultado do “Congresso da Virada”, contudo, que o PEP incidiu rigorosamente na direção social da profissão assumida na década

de 1980, sendo, portanto, o ponto de virada do recorte sócio-histórico anteposto pelo programa da disciplina.

Por conseguinte, a forma como o conteúdo está disposto na ementa da disciplina de FHTMSS II indica uma maior correspondência com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, dado que o movimento da realidade social está demarcado de modo patente. Em menor medida, denota aproximação aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, posto que o programa evidencia a matriz do pensamento social marxista, embora menções diretas às matrizes estrutural-funcionalista e fenomenológica das vertentes modernizadora e de reatualização do conservadorismo, respectivamente, sejam pertinentes para o fortalecimento da visibilidade desse Núcleo de Fundamentação.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, no que lhe toca, poderia se manifestar mais notoriamente na ementa ao se fazer registro em seu texto dos componentes interventivos do Serviço Social como produto das suas matrizes teóricas instrumentalizadas conforme as conjunturas em tela, quais sejam:

- a) a crítica do Desenvolvimento de Comunidade na década de 1960;
- b) as transformações no aparato institucional pelo qual o Estado brasileiro, sob comando autocrático burguês, pretendia responder às refrações da “Questão Social”, sobretudo nas estruturas dedicadas às políticas sociais;
- c) a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais no setor privado; e
- d) o novo perfil profissional requisitado pelo projeto modernizador da Ditadura Civil-militar, tecnocrata e subordinado à ordem, em tensão à revisão crítica do Serviço Social, inclusive por intermédio da formação profissional mediada pela política educacional do regime.

No entanto, ao mencionar as expressões da “Questão Social” renovadas no contexto de autocracia burguesa e corrosão do Serviço Social Tradicional, a inflexionar as requisições profissionais, bem como ao indicar o processo de renovação da profissão em suas distintas vertentes, a ementa realiza a articulação com o referido núcleo.

A respeito do debate étnico-racial e sua incorporação como parte constituinte dos Fundamentos do Serviço Social, as particularidades da questão étnico-racial frente às expressões da “Questão Social” no contexto da autocracia burguesa, bem como a interlocução dos movimentos negros com a reconceituação do Serviço Social, são possibilidades de promover a aproximação da ementa da disciplina com o referido debate como componente das bases da profissão. Reconhece-se, contudo, os desafios postos a essa empreitada, em vista

da escassa produção que particulariza a questão étnico-racial no Serviço Social em contexto ditatorial.

Em suma, a ementa em análise imprime uma consonância integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), no quesito da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação, uma vez que o seu conteúdo articula os três eixos direcionadores da formação profissional, ainda que com proporções diferenciadas de ênfase. Logo, além da justificabilidade de equacionar as referências teóricas na descrição textual do programa, a exteriorização de elementos de maior apropinuação ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, assim como ao debate étnico-racial, é considerada como um ação de robustecimento da unidade articulada identificada no receituário da disciplina e não de negação de sua correspondência às diretrizes curriculares.

3.2.4 Fundamentos Históricos Teórico-Methodológicos do Serviço Social III – FHTM III: foco nos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional

Em sequência, a disciplina de Fundamentos Históricos Teórico-Methodológicos do Serviço Social III – FHTM III –, situada na matriz curricular como componente a ser ministrado a partir do quarto período, é identificada no PPC em análise como a última correspondente à matéria básica de FHTMSS. Por conseguinte, é a última disciplina do curso de Serviço Social da UFV a ser posta em análise com parâmetro na sua ementa, que se distribui como reproduzido a seguir:

A construção do projeto ético-político profissional e a consolidação da ruptura com o tradicionalismo. Transformações do capitalismo contemporâneo e o Serviço Social. Neoliberalismo, neoconservadorismo e pós-modernidade: expressões na profissão e o debate contemporâneo do Serviço Social (UFV, 2025d, p. 1).

Pelo conteúdo exposto, infere-se o recorte espaço-temporal do Brasil pós-Ditadura Civil-militar, ou se preferir, da Nova República, como fio condutor dos temas propostos no documento de orientação do processo de ensino-aprendizagem. O ponto de partida notabilizado se dá pela consolidação do processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro, descrito na ementa da disciplina anterior, do qual a vertente da intenção de ruptura com o conservadorismo é a que se sobressai e redundante na edificação do Projeto Ético-político Profissional (PEP). De mais a mais, são apresentados o neoliberalismo, a pós-modernidade e o neoconservadorismo como expressões de um projeto societário alinhado à manutenção das relações sociais capitalistas, que uma vez incidentes na totalidade da vida social, isto é, nos

âmbitos político, econômico e cultural da realidade social, repercutem no trabalho profissional e nos debates do Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento.

De antemão, visualiza-se um destaque de elementos de maior aproximação ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, uma vez que os conteúdos, em seu conjunto, se referenciam no tempo histórico contemporâneo, inaugurado com o esgotamento da autocracia burguesa. Subscreeve-se, contudo, que essas indicações poderiam aparecer em maior relevo na redação da ementa, com menções diretas à Nova República e a momentos conjunturais de significância para as mencionadas transformações do modo de produção capitalista na contemporaneidade, tais como: a política gerencialista do Estado brasileiro em decorrência dos ditames do Consenso de Washington, predominante na década de 1990; a agenda social-liberal ou novo-desenvolvimentista do ciclo de governos petistas, de 2003 a 2016; e a etapa de avanço do neoconservadorismo como uma associação da política econômica neoliberal com o conservadorismo na ordem dos desvalores e costumes. Deste enumerado, o neoconservadorismo é o tema que desponta com maior nitidez na ementa.

Essas movimentações conjunturais reverberam no exercício profissional, como o texto da ementa bem sugere, uma vez situado o Serviço Social no plano da totalidade da produção e reprodução das relações sociais. Tal conexão é demonstrada no programa da disciplina ao se mencionar o Projeto Ético-político como a projeção profissional que fornece as vias de uma intervenção sob horizonte emancipatório, por sua vez, constantemente desafiado pela tendência de desregulamentação da vida social agudizada em tempos de capital fetiche, isto é, na ocultação, ou “coisificação”, das relações sociais na forma de mercadorias, conforme Iamamoto (2015).

Contudo, a manifestação do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional no programa da disciplina em análise poderia adquirir maior robustez ao exteriorizar os instrumentos jurídico-normativos decorrentes da direção social renovada da profissão, quais sejam a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Brasil, 1993), o Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais de 1993 (Brasil, 2012) contraposto ao seu antecedente no recorte histórico evocado (1986), as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), dentre outros. Na mesma direção, cabe abordar de maneira mais explícita as reverberações da agenda social e econômica no exercício profissional e nos espaços sócio-ocupacionais, sobretudo, no que tange à fragmentação, seletividade e retração do Estado no tratamento das expressões da “Questão Social”, bem como a precarização das condições de trabalho diante da operacionalização de políticas sociais focalizadas e da crescente inserção no Terceiro Setor enquanto campo de projeções societárias diversas e por vezes antagônicas.

Associada ao ciclo dos governos petistas como base sócio-histórica, a dialética de avanços e precarização na formação profissional se constitui como uma temática relevante, à medida que uma formação qualificada é requisito para a intervenção nos trilhos do PEP, ao mesmo tempo que a ampliação do acesso ao ensino superior denota a oportunidade de interiorizar nas instituições de ensino a multiplicidade dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, em especial as pessoas racializadas. O reflexo da política de ações afirmativas é um debate que poderia proporcionar à ementa da disciplina uma aproximação à questão étnico-racial. De modo semelhante, situar a divisão racial do trabalho como particularidade da superexploração, visto que Ferreira e Fagundes (2021) a concebem como uma estratégia das classes dominantes para o rebaixamento do valor da força de trabalho da classe trabalhadora como um todo²³, também atuaria no sentido de fortalecer o espelhamento das diretrizes curriculares no programa da disciplina.

No tocante à precarização da formação profissional, convém apontar as contradições entre a ampliação do acesso ao ensino superior e a transferência de recursos do Fundo Público para o setor privado, ao mesmo tempo que se suprime o investimento nas instituições públicas de ensino. Essa face da predileção do Estado brasileiro pelas chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP) contrapõe o projeto de formação expresso nas diretrizes curriculares à medida que as instituições privadas preconizam uma formação voltada precipuamente ao mercado de trabalho – precarizado e desregulamentado, por sinal – e suas requisições muitas vezes destituídas do viés crítico-interventivo que as projeções profissionais da categoria advogam. Assim, nos marcos da contemporaneidade, a categoria profissional se depara diante de uma encruzilhada entre o PEP e o perfil de profissionais que está sendo formado no sistema privado de ensino superior (CFESS, 2015).

Em sequência, o que a leitura da ementa não indica de forma evidente são as matrizes do pensamento social correlacionadas aos componentes das distintas conjunturas sócio-históricas e de suas inflexões sobre o trabalho profissional. A matriz marxista, no que lhe diz respeito, está implícita na menção ao PEP e ao seu semblante de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social. A citação direta da teoria social crítica na ementa poderia fortalecer a exteriorização do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social em sua forma e conteúdo. Concomitantemente, a menção à reatualização de matrizes

²³ Uma evidente manifestação dessa particularidade é apresentada pelos autores a partir do exemplo do trabalho doméstico, majoritariamente ocupado por pessoas negras e com um estridente recorte de gênero. Nesse contexto, o racismo e o heteropatriarcado são conjugados na direção de suprimir o valor da força de trabalho despendida na viabilização da reprodução social de outros sujeitos, em geral, homens e brancos (Ferreira; Fagundes, 2021).

proeminentes do Serviço Social Tradicional, tais como o positivismo, o estrutural-funcionalismo e a fenomenologia, favorecida pelo avanço do neoconservadorismo e da ofensiva dos setores privatistas, filantrópicos e religiosos sobre a formação e o trabalho profissional, poderia conferir atualidade aos movimentos detectados e problematizados na conjuntura atual.

No geral, o modo como a ementa analisada está redigida aponta para um realce dos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e de Fundamentos do Trabalho Profissional, indicando, logo, uma coerência em proporção parcial às diretrizes curriculares. Ajustes no sentido de exteriorizar as matrizes do pensamento social incidentes sobre as determinações expostas no programa, por conseguinte, atuariam na perspectiva de ampliar a correspondência entre a disciplina de FHTM III e o princípio da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação.

3.2.5 O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFV com congruência parcial às diretrizes curriculares no ementário das disciplinas de Fundamentos

A título de síntese, o PPC da Universidade Federal de Viçosa (UFV) apresenta de pronto uma contextualização da origem do curso de Serviço Social intercalada com a trajetória da Economia Doméstica na instituição de ensino com alicerce nas determinações da formação sócio-histórica do território que notabilizam essa relação entre distintas especializações da divisão sociotécnica do trabalho frente ao cenário nacional e com influência estadunidense, indicando as proximidades e os distanciamentos entre uma área e outra. Em que pese a constante diferenciação das bases históricas e teórico-metodológicas do Serviço Social com relação à Economia Doméstica no movimento da realidade social, essas vinculações suscitam na análise do documento um quantitativo de abstrações que não necessariamente é igualado nos exames documentais subsequentes, posta neste momento a necessidade de evidenciar a especificidade do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na reprodução das relações sociais.

No que diz respeito às consonâncias entre a organização curricular do curso impressa no documento e as diretrizes gerais da ABEPSS (1996) – em seu complexo de pressupostos, princípios, diretrizes, lógica curricular e núcleos de fundamentação – avalia-se uma correspondência integral ao conteúdo das elaborações da entidade, adicionadas das prescrições das diretrizes do MEC (Brasil, 2002), sobretudo no tangente à delimitação do perfil profissional e das competências e habilidades projetadas na organização do curso. Os

Núcleos de Fundamentação são explicitados como eixos articuladores da matriz curricular, assim como suas descrições contemplam a indicação de disciplinas a partir dos seus distintos níveis de abstração e, por conseguinte, de vinculação a cada núcleo. Nesse sentido, o PPC coaduna com o entendimento maturado pela categoria profissional de maior correspondência dessas disciplinas ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Quando se desloca a análise ao ementário, obtém-se uma congruência parcial no exame de quatro das cinco disciplinas, como sintetizamos no Quadro 2. Cada ementa apresenta em sua construção uma ênfase em conteúdos relativos a um ou dois núcleos de fundamentação, estando a correspondência integral na ordem das inferências, pois é recorrente a manifestação de matrizes do pensamento social, de movimentações na particularidade da formação sócio-histórica brasileira e da síntese dessas determinações no trabalho profissional, de modo implícito. A ementa de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos II, de sua parte, é a que melhor expressa a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação, denotando correspondência integral às diretrizes curriculares.

Quadro 2 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFV (2023).

Disciplina	Avaliação
Introdução ao Serviço Social	Lacunas referentes aos três núcleos.
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I – FHTM I	Ênfase nos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional.
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II	Articulação integral dos Núcleos de Fundamentação.
Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III – FHTM III	Demanda explicitar o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.

Fonte: Elaboração própria.

O debate apresentado nas subseções correspondentes a cada disciplina em análise se deu mediante as bases históricas, teóricas e metodológicas introduzidas na segunda seção deste trabalho, desenvolvida de modo a externalizar as linhas de investigação e análise conforme as categorias analíticas descritas na introdução desta monografia. Assim, o caminho de pesquisa percorrido na segunda seção é revisitado no intuito de substancializar quais fundamentos conferem o nível de congruência de cada ementa com os Núcleos de

Fundamentação em unidade dialética como eixos articuladores dos conteúdos, concepção expressa no próprio PPC da UFV (2023).

Por ser o primeiro currículo pleno analisado – ao passo que os resultados e discussões acerca do PPC da UFOP (2018) são revisados sob a finalidade de apresentar o caminho de pesquisa já concluída e apresentada em ocasiões anteriores, mas que confere a gênese dos objetivos deste trabalho –, a análise de cada disciplina aqui exposta apresenta uma extensão ampliada de abstrações que não se reproduz tal e qual nas análises seguintes, de forma a evitar que o conteúdo se repita em demasia. A ênfase prossegue na direção de abstrair das ementas o teor de exteriorização dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional em unidade articulada.

3.3 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem suas origens vinculadas à etapa de profissionalização empreendida no decorrer das décadas de 1940 a 1960, sendo engendrada formalmente a Faculdade de Serviço Social (FSS) por intermédio do Decreto nº 43.566 (Brasil, 1958), que autorizou o seu funcionamento. O Projeto Político-pedagógico do Curso (UFJF, 2023) expõe em sua contextualização histórica o enlace com a Doutrina Social da Igreja Católica, uma vez que a FSS era mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, que por sua vez se vinculava à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

Visualiza-se, assim, nas origens da FSS, a evidenciação do cariz doutrinário e filantrópico do Serviço Social brasileiro em sua gênese e desenvolvimento, a incidir inclusive nos currículos dos cursos, que, no caso da FSS, tinha a disciplina de Cultura Religiosa dentre os componentes da etapa básica de formação. As bases metodológicas do Serviço Social estavam igualmente explicitadas no currículo da FSS em 1958 por meio das disciplinas de “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Desenvolvimento e Organização de Comunidade”, integralizadoras, junto a “Introdução ao Serviço Social”, da etapa profissionalizante do curso. Isto posto, é possível mensurar uma ênfase no processo de ensino-aprendizagem voltado ao domínio dos métodos de intervenção proeminentes na época, corroborando com Andrade (2008) ao caracterizar o metodologismo fincado no ajustamento dos indivíduos à ordem social como direção hegemônica do Serviço Social no período de 1947 a 1961.

Como efeito da política educacional da autocracia burguesa, com destaque para a contrarreforma universitária de 1968, a Faculdade de Serviço Social (FSS) foi incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por intermédio da Lei nº 6.139 (Brasil, 1974), o que iniciou um processo de adequação da formação profissional nessa instituição consoante aos objetivos modernizadores, em perspectiva conservadora, do regime ditatorial. Modificaram-se, assim, as suas estruturas internas e, ao mesmo tempo, aproximou-se das movimentações da categoria profissional no interior das universidades na direção de um pretendido rigor teórico-metodológico mediado pelas requisições modernizadoras, consolidando logo mais um distanciamento das bases confessionais.

Essa influência da dinâmica do movimento da realidade social no percurso histórico brasileiro sobre a formação profissional na UFJF se manifestou, ademais, nas transformações decorrentes do processo de renovação do Serviço Social na virada da década de 1970 para 1980, reverberando no interior da FSS a necessidade de reformas no currículo do curso. Em simultâneo, discutia-se nacionalmente, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), as bases para o que viria a ser o Currículo Mínimo de 1982. Materializou-se, com isso, a reforma curricular do curso de Serviço Social da UFJF, no ano de 1983, sob influxo do processo de reconceituação na vertente da intenção de ruptura, sendo, logo, um indício de virada na formação profissional nessa instituição rumo às projeções do PEP.

Acompanhando os passos da categoria profissional nos trilhos da formação sócio-histórica brasileira na contemporaneidade, a FSS teve participação nos níveis local e nacional dos debates de revisão do currículo mínimo de 1982 (UFJF, 2023), culminantes na elaboração das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) e mais tarde, nas diretrizes apresentadas ao MEC (Brasil, 2002). Desse modo, a trajetória do curso de Serviço Social na universidade se apresenta de maneira articulada às movimentações da categoria profissional no âmbito da totalidade, sendo copartícipe na formação da nova direção social. Isto, nos marcos da graduação, se expressa desde a organização curricular alicerçada na complementaridade dos Núcleos de Fundamentação à criação do curso noturno, no ano de 2010, em sintonia com o projeto de democratização do acesso ao ensino superior público, preconizando o mesmo patamar de qualidade do curso diurno (UFJF, 2023), tal como disposto nos princípios da formação profissional da ABEPSS.

Visto isso, o PPC em tela (UFJF, 2023) tem em sua estrutura a explicitação dos princípios da formação profissional em coerência integral às diretrizes curriculares, cuja redação é idêntica ao texto da entidade, com destaque ao “rigoroso trato teórico, histórico e

metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (UFJF, 2023, p. 11). Em consonância às diretrizes do MEC (Brasil, 2002), é descrita a projeção do perfil profissional, demarcando a sua intervenção sobre as expressões da “Questão Social”, assim como se indica as competências e habilidades pretendidas, na ordem das capacidades de interpretar e intervir na realidade social na perspectiva de totalidade.

A tônica dessa conexão se evidencia, ademais, na explicitação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como eixos articuladores dos conhecimentos instrumentalizados na forma de disciplinas e demais componentes curriculares, indicando a referência na lógica curricular da ABEPSS e sua direção de indissociabilidade dos conteúdos, ainda que passíveis de ramificação na matriz curricular, dadas suas proporções diferenciadas de abstração. Por conseguinte, as disciplinas são apresentadas no documento, a princípio, a partir de suas preponderâncias de afinidades aos Núcleos de Fundamentação, reincidindo, tal como na análise dos currículos da UFOP (2018) e da UFV (2023), a associação das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

De antemão, salta aos olhos uma singularidade na nomenclatura dessas disciplinas no currículo da UFJF (2023), denominadas de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV, uma vez que a forma como está escrita pode sugerir uma supressão dos Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica Brasileira em seu conteúdo²⁴. Logo, em termos formais e no âmbito das aparências, a terminologia dessas disciplinas não expressa a indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional de forma satisfatória, apenas indica uma unidade entre Teoria e Método, sendo inferidas as reverberações do movimento da realidade social na História. Demanda-se, com isso, investigar se essa avaliação se confirma no âmbito da essência, ao se promover sucessivas aproximações às múltiplas determinações do objeto, acionando como critério analítico o ementário das referidas disciplinas.

²⁴ Mas, isso não significa, de imediato, que eventuais supressões se materializem de fato.

3.3.1 Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I: articulação integral dos Núcleos de Fundamentação

O itinerário analítico das afinidades e eventuais divergências entre as ementas das disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS no curso da UFJF e as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) tem início na pormenorização do programa de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, ministrada no segundo período da matriz curricular²⁵. Sua ementa é composta pelos seguintes tópicos:

A institucionalização do Serviço Social no contexto do capitalismo tardio até a Segunda Guerra: emergência da questão social no Brasil; formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais; a ação social da Igreja; a emergência e institucionalização do Serviço Social; formação do mercado de trabalho do assistente social; modelos de intervenção profissional. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão (UFJF, 2023, p. 57).

O texto da ementa indica o período de 1930, embora de forma implícita, como o plano de fundo dos processos de gênese e institucionalização do Serviço Social brasileiro, permeado por transformações na política brasileira que compreendem o tratamento das expressões da “Questão Social” deslocado do âmbito voluntarista e mesmo policial para o interesse do Estado. Essa dinâmica foi atravessada pela Doutrina Social da Igreja Católica de tal modo que a incipiente abordagem do Estado sobre as manifestações da “Questão Social” não aconteceu de forma desvinculada da ingerência religiosa sobre amplos setores da vida social.

O conteúdo do programa aponta para uma ênfase nos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e, em menor medida, do Trabalho Profissional, em vista da articulação entre as distintas fases de abordagem do Estado sobre as refrações da “Questão Social”, em contexto de capitalismo tardio, e o modo como recaíram nas formas de intervir dos(as) assistentes sociais no período aludido, atravessadas pela Ação Social Católica e os semblantes filantrópico e doutrinário impressos.

Contudo, tal como identificado na ementa da disciplina equivalente no PPC da UFV (2023), o período que compreende o Serviço Social na conjuntura brasileira do período pós-Segunda Guerra Mundial à instauração da autocracia burguesa não é abarcado na ementa do componente curricular subsequente. Logo, as análises do programa em questão se efetuam segundo a possibilidade de incorporação nesta disciplina das determinações da profissão no período evocado.

²⁵ Não há identificação da disciplina de “Introdução ao Serviço Social” ou outra equivalente no Projeto Político-pedagógico do Curso (PPC) em análise (UFJF, 2023).

Todavia, consideramos que essas conexões poderiam se fortalecer pela manifestação nítida no texto de referências como os regimes presidencialista (1930-1937), estado-novista (1937-1945) e liberal-populista (1945-1964), assim como menções diretas ao surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no país e à implementação de métodos como o Serviço Social de Caso, de Grupo e o Desenvolvimento e Organização de Comunidade a reiterar a intervenção na ordem do ajustamento e da individualização das expressões da “Questão Social”.

No que concerne aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, esses são aludidos no tópico que sugere a análise crítica das bases teóricas e metodológicas do tempo ao qual a ementa se reporta. Contudo, não se especifica as matrizes do pensamento social que permitem substancializar a crítica projetada, uma vez que essas se interconectam e se retroalimentam pela conjuntura, bem como atribuem o direcionamento da intervenção profissional e seus métodos, considerada a unidade teoria e prática. Logo, a fortificação desse núcleo poderia ser obtida pela indicação explícita do neotomismo, do positivismo e do funcionalismo como as principais referências teóricas na condução do exercício profissional, a refletir tanto na inserção em espaços sócio-ocupacionais majoritariamente ligados à Igreja Católica, quanto nas finalidades priorizadas pelo Estado no que dizia respeito ao tratamento individualizante e correccional das manifestações da “Questão Social”. Analogamente, a indicação do mito da democracia racial²⁶ como concepção dirigente das práticas racistas e eugenistas nos âmbito do Estado e da sociedade, a refletir conseqüentemente nas protoformas e institucionalização do Serviço Social, atuaria tanto na evidenciação do núcleo, quanto no alinhamento à incorporação do debate étnico-racial nas diretrizes curriculares.

Os núcleos, desse modo, são referenciados na ementa por intermédio de termos genéricos, cuja exteriorização dos conteúdos muitas vezes se materializa em documentos complementares, tais como “planos de ensino”, “programas analíticos” e similares. É reforçada, com isso, a tendência observada até este ponto de construção dos ementários em termos abrangentes de forma a transferir a nitidez do conteúdo proposto para o campo das inferências. Sem embargo, há indícios de articulação dos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional no programa da disciplina, ainda que uma maior nitidez nas ementas possa ser profícua, sobretudo no que diz respeito à evidenciação das matrizes teóricas e orientações metodológicas predominantes, considerando a ementa na qualidade de elemento prescritivo e de contato imediato com o conteúdo. Inobstante, confere-se à disciplina em

²⁶ Cf. Nota 21.

questão uma congruência integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) quanto à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação.

3.3.2 Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II: Núcleos de Fundamentação evidenciados na redação da ementa

Em sequência, a disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II está localizada no terceiro período da matriz curricular e apresenta nível de abstrações próprio ao intercalar as bases teóricas e metodológicas da profissão no contexto sócio-histórico da autocracia burguesa no Brasil, como pode ser visualizado na totalidade de sua ementa, que se reproduz da seguinte maneira:

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil: momentos, características, direções e tendências. As três vertentes da renovação: “perspectiva modernizadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. A perspectiva de modernização conservadora: Araxá e Teresópolis. A perspectiva de atualização do conservadorismo. A intenção de ruptura: bases sócio-históricas, a emergência (BH) e a consolidação. A interlocução com a tradição marxista. No contexto das Lutas sociais e mudanças societárias: bases da crise do Serviço Social Tradicional no Brasil e América Latina nos anos de 1960. Movimento de Reconceituação na América Latina. As novas configurações da questão social na consolidação do monopólio sob a autocracia burguesa no Brasil (UFJF, 2023, p. 58).

A prescrição de conteúdos aborda o contexto de dialética do recrudescimento do aspecto coercitivo do Estado brasileiro por intermédio da instauração da autocracia burguesa e os avanços da profissão na direção da qualificação de suas bases teórico-metodológicas, fomentados em parte pelas políticas educacional e cultural da Ditadura Civil-militar no seu complexo de contradições. Ao mesmo tempo que o regime requisitava a adequação das especializações da divisão sociotécnica do trabalho, dentre as quais o Serviço Social, aos parâmetros tecnicistas e de racionalidade modernizadora, o que pressupõe transformações na formação profissional voltada à qualificação de força de trabalho apta às finalidades do regime, forneceu, em contraponto e de modo involuntário, condições materiais para tonificação das referências teórico-metodológicas da categoria profissional, distanciando-se dos fundamentos doutrinários, numa dinâmica de resistência e habilidade de transitar entre as fendas da ordem.

Nesse sentido, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro é o conteúdo de maior relevo na construção da ementa e que manifesta em proporção diferenciada a articulação do programa da disciplina com os núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira. Em vista disso, a evidenciação das distintas vertentes do processo renovador – modernização conservadora, reatualização do

conservadorismo e intenção de ruptura – indicam os alicerces do exercício profissional nesse transcurso como síntese das transformações e disputas do seu tempo histórico. A alusão ao “Método BH” como componente da vertente da intenção de ruptura fortalece a demonstração dos Fundamentos do Trabalho Profissional na ementa, ao mesmo tempo que a menção direta à consolidação do capitalismo monopolista nos marcos da autocracia burguesa fortifica os indícios de articulação aos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira.

Caberia, no entanto, situar as particularidades da questão étnico-racial diante do caráter repressor da Ditadura, assim como abordar a participação dos movimentos de negritude no processo de reconceituação do Serviço Social, dado que a interlocução da categoria profissional com os movimentos sociais e com a amplitude das frentes de luta da classe trabalhadora é tópico de relevância para as transformações referenciadas. Na mesma direção, convém situar a posição das pessoas racializadas no contexto do desenvolvimentismo excludente e dos subsequentes efeitos da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho e de reprodução da classe trabalhadora, reiterando as considerações de Elpidio (2020) acerca das relações étnico-raciais como estruturadas e estruturantes da reprodução das relações sociais.

No tocante aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, a indicação mais nítida às matrizes do pensamento social preponderantes no contexto apresentado consiste na temática da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, uma determinante da hegemonia conquistada pela vertente da intenção de ruptura, uma vez assimilado pelo conjunto profissional, em sua maioria organizada em entidades de representação e frentes de luta, o método do materialismo histórico-dialético como meio de análise e ação sobre as manifestações da “Questão Social”, entendendo-as como componentes determinados na totalidade da vida social. Portanto, o processo de apropriação da crítica da economia política muniu o Serviço Social brasileiro de ferramentas para objetivar o rigor teórico-metodológico projetado à época, porém em uma direção oposta àquela historicamente atribuída pelo Estado e pela estrutura da sociedade de classes como um todo.

Essa dimensão teórico-metodológica da formação profissional poderia ainda avigorar-se por via da exposição direta de matrizes teóricas incidentes sobre a renovação nas vertentes da modernização conservadora – estrutural-funcionalista – e da atualização do conservadorismo – fenomenológica –, que, ainda minoritárias, após o “Congresso da Virada”, tensionam a matriz da teoria social crítica pelo fato de melhor se adequarem à sociabilidade burguesa e às expectativas dessas quanto ao Serviço Social. Essa possibilidade de substancialização da ementa, entretanto, não invalida a avaliação de que a indicação explícita

à tradição marxista imprime a reverberação do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social em sua composição.

Portanto, a ementa da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II, em sua totalidade articulada, manifesta a unidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, mesmo que de forma sucinta. Diante disso, avalia-se que a consonância de seu programa se dá em proporção integral quando equiparado às diretrizes curriculares e à concepção de que os Fundamentos se tornam inteligíveis a partir da indissociabilidade do conteúdo estruturado nesses núcleos, ainda que contenham distintos níveis de abstração, como corrobora Teixeira (2019).

3.3.3 Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III: reincidência da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação

Ato contínuo, situada no quarto período da matriz curricular do curso da UFJF, a disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III se desloca das particularidades sócio-históricas do período anterior, marcado pela dialética da reconceituação do Serviço Social em pleno regime autocrático burguês, para as que se abriram com o desgaste da Ditadura Civil-militar, notadamente a década de 1980, particularizadas na consolidação da vertente da intenção de ruptura em contraposição às inflexões da década seguinte, na qual o neoliberalismo se solidifica na vida social e econômica brasileira, incidindo na precarização das condições de reprodução da classe trabalhadora e na agudização das expressões da “Questão Social”. Esse panorama está expresso na ementa da disciplina no seguinte formato:

A consolidação da ruptura com o Serviço Social tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980: a apreensão e análise do significado sócio-histórico da profissão; alterações no debate sobre o Estado e as políticas sociais; referências teóricas para a atuação profissional. O debate sobre a profissão na década de 1990: transformações societárias e Serviço Social; mudanças no mercado de trabalho; diretrizes curriculares para a formação acadêmica e consolidação da ruptura no âmbito jurídico-normativo (UFJF, 2023, p. 59).

O programa da disciplina enfatiza o Serviço Social em sua direção reformulada, a partir do acúmulo das produções teórico-metodológicas da categoria profissional, que consolidou a compreensão de seu significado social, qual seja as determinações de sua caracterização enquanto especialização da divisão sociotécnica do trabalho, que é convocada a atuar na reprodução das relações sociais, tanto por via da reprodução das condições de manutenção e resguardo do capital quanto da viabilização de condições para a reprodução

social da própria classe trabalhadora, da qual o capital extrai a mais-valia. Essa atuação transcorre nas respostas profissionais técnica e instrumentalmente qualificadas às expressões da “Questão Social” (Yazbek, 2009b).

Isso não significa que os(as) assistentes sociais orientados(as) pelo PEP tenham suas ações circunscritas ao significado sócio-historicamente atribuído por meio de sua aceitação, como observa a autora. Mas, em função de sua posição face a face junto à população usuária, têm a possibilidade de redirecionar a sua intervenção conforme os interesses da classe trabalhadora pela viabilização do acesso aos direitos sociais e do fomento à organização política dos sujeitos. Assim, ao mesmo tempo que a categoria entende a existência da profissão condicionada às classes sociais relacionadas entre si, bem como imersa na totalidade da vida social em suas múltiplas dimensões de ordem material e subjetiva, ela projeta a sua ação no caminho a transcender o que é requisitado pelas vias institucionais – embora não esteja a seu alcance suprimir tais requisições por completo, uma vez regidas por forças maiores contidas na totalidade da vida social –, rumo aos interesses da população usuária sob horizonte emancipatório, de modo a auxiliar os sujeitos na interlocução com ferramentas de luta e disputa política.

Desse modo, o significado sócio-histórico do Serviço Social se apreende a partir de relações dialéticas, tal qual a totalidade da vida social é permeada por múltiplos componentes contraditórios. Nesse complexo, o exercício profissional se dá mediado pela direção social referenciada no Projeto Ético-político e pelas demandas na ordem da reprodução das relações sociais, o que coloca os(as) assistentes sociais diante de condições reconfiguradas e desafiadoras no cotidiano profissional.

Visualizamos até aqui debates que fazem referência aos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira, posto que as décadas de 1980 e 1990 são apresentadas como o chão histórico das referidas movimentações. No tocante à última, a ementa faz alusão a mudanças no mundo do trabalho, sem especificar quais, e à consolidação do novo projeto profissional nos âmbitos jurídico e formativo. Estes, de sua parte, poderiam ser explicitados pelo Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012) e pela Lei nº 8.662 (Brasil, 1993). As mudanças no projeto de formação profissional, por seu turno, se evidenciam diretamente na citação às diretrizes curriculares no documento em exame.

Diante disso, as dimensões do trabalho profissional e da particularidade da formação sócio-histórica brasileira poderiam ser reforçadas ao apontar diretamente a precarização das relações trabalhistas, tanto no campo dos processos de trabalho dos(as) assistentes sociais quanto no escopo macrosocietário dos processos de trabalho do modo de produção capitalista

em si, como consequência da reestruturação produtiva e do gerencialismo na condução do Estado brasileiro por via da desregulamentação da vida social e da terceirização de responsabilidades à dita sociedade civil. Ademais, o teor residual, minimalista e focalizado das políticas sociais é um debate relevante de ser citado, dado o manuseio dessas ferramentas pelos(as) assistentes sociais.

Nessa mesma linha, é oportuna a indicação da particularidade do debate étnico-racial, dado que as pessoas racializadas sofrem impacto acentuado da desvalorização da força de trabalho e da formação de exércitos industriais de reserva, bem como da informalidade e do desmonte das políticas sociais, entre outras agudizações da “Questão Social”, tal como se vê em Ferreira e Fagundes (2021).

Quanto à dimensão teórico-metodológica, está implícita na redação da ementa a matriz marxista, que confere os referenciais da práxis obtidos na teoria social crítica e no materialismo histórico-dialético como método de leitura e ação críticas sobre a realidade social, o que requer um esforço de sucessivas aproximações às múltiplas determinações do sujeito-objeto. Sendo assim, a incidência mais notória do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social no programa da disciplina poderia ser alcançada por meio da citação explícita ao marxismo como matriz do pensamento social que orienta dialeticamente a intervenção profissional, bem como se alimenta e é alimentada dos processos renovadores na vertente de intenção de ruptura, cujo legado se objetiva no projeto profissional hegemônico, o PEP. Entretanto, ao indicar “referências teóricas para a atuação profissional” (UFJF, 2023, p. 59), a ementa prescreve, em mediação com a autonomia do corpo docente, a abordagem do marxismo, bem como os tensionamentos com matrizes opostas, o que manifesta a articulação do núcleo.

Portanto, avalia-se que a coerência do programa da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, do curso de graduação da UFJF, com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), no que diz respeito à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, se dá em nível integral. Inobstante, considera-se que essa correspondência, no parâmetro circunscrito à ementa, poderia ser reiterada via explicitação em seu conteúdo da matriz teórica relacionada às demais dimensões evocadas, a saber a matriz marxista.

3.3.4 Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social IV: indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação em sintonia com as diretrizes curriculares

Por fim, a disciplina de Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social IV foi criada em ocasião da reforma curricular do curso de graduação da UFJF, consumada no ano de 2023, pela qual as ementas das demais disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS são revisadas e exteriorizadas no currículo reformado e que, de sua parte, são objeto de análise deste trabalho. A disciplina em questão surge, uma vez identificada a necessidade de particularizar as bases teóricas e metodológicas da profissão na contemporaneidade, tendo como marco temporal o século XXI, ao passo que os demais PPCs examinados até o presente momento abordam esse recorte sócio-histórico juntamente ao debate do Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990. Essa característica é indicada na ementa da disciplina, situada no quinto período da matriz curricular, a se desdobrar nos seguintes temas:

Os desafios do século XXI postos ao Serviço Social. As principais tendências teórico-metodológicas presentes na profissão. Os distintos projetos profissionais em disputa no cenário contemporâneo. O projeto profissional crítico e seus desafios na contemporaneidade. A importância das dimensões investigativa e formativa para a construção de um trabalho profissional crítico do assistente social (UFJF, 2023, p. 60).

O programa da disciplina é organizado de modo a abordar a atualidade das bases teóricas e metodológicas da profissão hegemônicas no movimento da realidade social em face das tendências do tempo presente, o que confere o reflexo do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira em sua construção. De maneira semelhante, os Fundamentos do Trabalho Profissional são evidenciados ao apontar o projeto profissional crítico sendo desafiado pela conjuntura, ao passo que as dimensões formativa e investigativa do exercício profissional são intercaladas nesse debate.

A ementa indica ainda que os desafios postos ao Serviço Social e à sua projeção ético-política na contemporaneidade são atravessados por tendências teóricas, visibilizando o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, ainda que careça de menções mais diretas. Destarte, a redação da ementa reforça a propensão de concisão e generalização na prescrição dos conteúdos, conforme examinado nos demais documentos até o presente momento da descrição dos resultados da pesquisa.

Consideramos, então, que, além da demarcação do século XXI como recorte temporal, a dimensão sócio-histórica é possível de ser fortalecida na ementa por meio do deslindamento do ciclo petista e da relação dialética do Serviço Social e os governos de conciliação de classes. Isto pois, a profissão avançou no quesito de participação ativa em cargos da estrutura

estatal e em conselhos, subsidiando na formulação de políticas públicas e processos reguladores, dentre os quais o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2011), mas concomitantemente se deparou com a ambiguidade da agenda econômica do Estado, em especial na captura do Fundo Público pelos agentes da financeirização acentuada pela política de Desvinculação de Receitas da União (DRU) a sufocar o orçamento das políticas sociais.

A respeito da dimensão do trabalho profissional, a priorização das políticas de assistência social durante os governos de orientação social-liberal ocasionou mudanças nas condições do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, em especial pelo reflexo da assistencialização da Seguridade Social (Mota, 2007) e a consequente intensificação de demandas nos aparelhos da rede socioassistencial diante de recursos que não se incrementaram de forma proporcional e sim, o oposto disso. Diante dessa dialética, o trabalho profissional na conjuntura descrita caracterizou-se por aproximações pontuais aos governos petistas e ao mesmo tempo por embates diretos no âmbito das lutas da classe trabalhadora, em consonância ao Projeto Ético-político, quando tais governos agiam em seu desfavor.

Outro ponto passível de evidenciação é a política universitária expansionista do período novo-desenvolvimentista, que incide sobre a formação profissional em Serviço Social em dois aspectos centrais e contraditórios quando contrapostos. Pelo primeiro, amplia-se a quantidade de graduações na área e, por conseguinte, mais assistentes sociais são formados(as) e inseridos(as) no mercado de trabalho, bem como o perfil profissional dos(as) formandos(as) é diversificado sob o horizonte de refletir a diversidade no interior da classe trabalhadora, com destaque para a implementação da reserva de vagas para pessoas racializadas. No sentido contrário, a expansão do ensino superior é alicerçada na política de parcerias público-privadas, redundando na transferência de recursos da educação pública ao empresariado, o qual prioriza a formação de força de trabalho apta a atender demandas de cunho mercadológico e congruentes à razão formal-abstrata, muitas vezes em condições precarizadas de garantir a unidade ensino-pesquisa-extensão, bem como de supervisão de estágio em conformidade às diretrizes da ABEPSS (1996) e à Política Nacional de Estágio em Serviço Social (*Idem*, 2010), segundo apontam relatórios do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2015) em conjunto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

O debate das dimensões interventiva e formativa do trabalho profissional requisita a articulação das múltiplas e contraditórias determinações da política de ensino superior do país. Isto posto, uma vez que a dimensão investigativa se expressa na possibilidade diferenciada do(a) assistente social de construir conhecimento por meio do contato privilegiado com as múltiplas determinações das vidas dos(as) usuários(as) de sua intervenção, como assinala

Guerra (2009), essa capacidade possui o momento da formação profissional como ponto de partida. Logo, a pesquisa, em unidade articulada ao ensino e à extensão, detém centralidade na formação profissional para o desenvolvimento da dimensão investigativa, na direção de desenvolver as informações obtidas da análise e ação sobre a realidade social na produção de conhecimento a serviço da classe trabalhadora e da própria profissão na concepção do PEP, posto que qualifica a intervenção profissional e coaduna com a caracterização do Serviço Social como, além de especialização da divisão sociotécnica do trabalho, área de produção de conhecimento (Mota, 2013). Portanto, fornecer nitidez à articulação entre a dimensão investigativa e as condições objetivas e subjetivas do desenvolvimento de pesquisa na formação, além dos tensionamentos do cotidiano profissional nos espaços sócio-ocupacionais sobre a produção e sistematização qualificada de informações, reitera o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional na ementa.

Para mais, esgotada a experiência do primeiro ciclo social-liberal²⁷, a ofensiva materializada na abrupta interrupção dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, recrudesceu a ingerência do capital financeiro sobre as múltiplas dimensões da vida social, terreno propício ao avanço do neoconservadorismo. Diante disso, as expressões da “Questão Social” se agudizam de tal modo que as respostas constantemente subtraídas de substância material e subjetiva, em decorrência do desfinanciamento das políticas sociais e da pretensa diminuição do Estado²⁸, são insuficientes para a garantia de condições mínimas para a reprodução da maior parcela da classe trabalhadora nos padrões de outrora, intensificando manifestações como o desemprego, a insegurança alimentar, a violência, dentre outras. O contexto neoconservador incide, outrossim, no agravamento das violências de gênero e sexualidade, bem como de práticas racistas, tais como o extermínio das juventudes negra e periférica. Portanto, evidenciar o neoconservadorismo e o seu projeto de negação dos direitos humanos, inclusive no que tange ao debate étnico-racial, poderia conceder firmeza à correlação da ementa com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira.

No que diz respeito às matrizes do pensamento social que reiteram e são reiteradas na conjuntura descrita, em disputa com a teoria marxista – que poderia ser explicitada no programa da disciplina enquanto matriz hegemônica do projeto profissional em voga –,

²⁷ Considerando que o atual governo carece de distância temporal para uma delimitação mais precisa, mas que por ora aponta indícios de continuidade da estratégia pautada na conciliação de classes.

²⁸ Reitere-se que a perspectiva neoliberal de “Estado mínimo” é restrita ao esvaziamento da concepção de Estado como regulador da vida social, das relações de trabalho e das condições para a reprodução social. Para as frações da burguesia vinculadas ao mercado financeiro, a lógica predominante pode ser denominada como “Estado máximo”, em vista da crescente transferência de recursos do Fundo Público para atividades especulativas e à maximização de ganhos privados, leitura amparada em Salvador (2010).

caberia apontar com todas as letras na ementa a tendência de recuperação dos referenciais positivistas e estrutural-funcionalistas no interior da profissão, uma vez que o PEP, mesmo hegemônico, convive com correntes minoritárias – na perspectiva do pluralismo com hegemonia – impulsionadas pelo contexto neoconservador a se desdobrar em propostas como a do Serviço Social Libertário²⁹ (Chagas; Lisboa, 2022). Assim sendo, a indicação nítida das principais matrizes do pensamento social reatualizadas em contraposição ao projeto profissional em vigor na contemporaneidade fortaleceria o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social como um dos eixos articuladores da ementa em questão.

Apesar disso, consideramos que o alinhamento do programa da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV às diretrizes curriculares se dá em nível integral, uma vez que há indicação das “principais tendências teórico-metodológicas presentes na profissão” (UFJF, 2023, p. 60), mesmo com o traço generalista, cabendo à descrição do conteúdo programático periodizado – elemento não considerado como categoria analítica desta pesquisa – a especificação desse conteúdo. Em termos gerais, contudo, entendemos que isso não anula a expressão da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional no programa de forma integralmente perfilada ao documento da ABEPSS (1996).

3.3.5 A expressão das diretrizes curriculares no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFJF e a consonância integral no ementário

Em suma, a construção do Projeto Político-pedagógico (PPC) do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 2023) demonstra em sua totalidade uma correspondência integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), tanto na descrição dos princípios da formação profissional quanto na indicação dos Núcleos de Fundamentação como eixos estruturantes e articuladores da organização curricular.

Na mesma direção, o resgate histórico da Faculdade de Serviço Social (FSS) na trajetória de Juiz de Fora está sintetizado de forma articulada à trajetória da profissão na realidade brasileira, desde sua formalização, na década de 1950, vinculada à Doutrina Social

²⁹ Movimento com incidência predominante em meios digitais, que nega o pluralismo com hegemonia do Projeto Ético-político, pois o consideram como vetor daquilo que concebem como uma suposta doutrinação marxista. Propõe, de acordo com Chagas e Lisboa (2022), a incorporação de valores associados ao liberalismo, porém fincados no conservadorismo, ao negar a aproximação com as pautas de combate às opressões e de direitos reprodutivos. Os autores consideram o Serviço Social Libertário como um projeto funcional à ordem burguesa, visto que preconiza a formação profissional de um perfil tecnicista, asséptico e pretensamente neutro.

da Igreja Católica, às transformações vivenciadas junto à completude da categoria profissional no processo de reconceituação e de consolidação do Projeto Ético-político.

Quando se particulariza as disciplinas correspondentes à matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS), o PPC coaduna com o entendimento de que a matéria em seu distinto nível de abstração está mais próxima ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, ao passo que esse sintetiza as determinações teórico-práticas no movimento da realidade social na particularidade brasileira.

Ao se deslocar, contudo, ao recorte do ementário das disciplinas evocadas, em um primeiro momento a nomenclatura já causa estranhamento ao serem denominadas de “Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social” – I, II, III e IV –, estando assim implícita a dimensão sócio-histórica das bases da profissão. A análise das ementas, contudo, não corrobora com a primeira impressão induzida pela terminologia das disciplinas, como podemos observar no Quadro 3. Isto porque os quatro componentes curriculares expressam em suas respectivas ementas conteúdos concernentes ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, articulados aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, explícitos nos títulos das disciplinas, e ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, corroborando o alinhamento do curso às diretrizes curriculares.

Quadro 3 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFJF (2023).

Disciplina	Avaliação
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	O ementário, em sua totalidade, expressa a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	

Fonte: Elaboração própria.

Em que pese, portanto, a reiteração, até este ponto da discussão dos resultados da pesquisa, da tendência de concisão e generalidade no texto das ementas, apresentam-se de forma majoritária os indícios de correlação entre os PPCs da UFJF e das demais universidades analisadas até aqui com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Há, entretanto, pontos que pressionam essa congruência para níveis parciais, quando particularizadas as ementas

com a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como parâmetro. O conjunto das disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS na UFJF, de sua parte, manifesta a ressonância da indissociabilidade dos núcleos de forma integral, diferenciando-se das demais analisadas até este ponto.

O intuito desta pesquisa, contudo, não é apontar para o ementário das disciplinas a partir das categorias de certo ou errado, tampouco possuímos a pretensão de expressar juízos de valor, mas sim é conduzida pela finalidade de sistematizar o processo de imersão crítico-analítica nos documentos, de modo de identificar em que medidas suas vinculações são demonstradas e quais caminhos seriam possíveis para seu fortalecimento. Essa observação vale tanto para as sistematizações feitas até o presente momento, quanto para as subsequentes, no recorte das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas no território mineiro que ofertam o curso de graduação em Serviço Social.

3.4 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

As universidades cujos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) foram analisados até aqui – quais sejam: a UFOP (2018), a UFV (2023) e a UFJF (2023) – têm seus processos de institucionalização e federalização conduzidos pela agenda desenvolvimentista, em bases excludentes, do final da década de 1950, e meados dos anos 1960 sob a autocracia burguesa, sendo portanto instituições consideradas tradicionais e fundadas no projeto de tecnificação da formação superior. No caso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a sua federalização aconteceu, de acordo com a leitura do PPC de Serviço Social (UFVJM, 2007), através da Lei nº 11.173, que instituiu a conversão das Faculdades Integradas de Diamantina na referida universidade (Brasil, 2005), em meio à política expansionista preconizada pelos governos petistas para a educação superior brasileira.

De modo semelhante ao curso de Serviço Social da UFOP (2018), cuja criação data de 2008 enquanto uma das primeiras reverberações do REUNI, a graduação em Serviço Social da UFVJM (2007) tem seus primeiros passos sobre um terreno dificultoso em face da incipiência do próprio programa do Governo Federal, como no primeiro caso, e da estrutura embrionária da recém-criada universidade, particularmente no segundo. Isto posto, o PPC de Serviço Social da UFVJM justifica sua construção pela finalidade de suplantare debates ultrapassados na concepção do primeiro currículo do curso, datado de 2006, a se expressar,

por exemplo na disciplina chamada “História do Serviço Social I”³⁰, logo depois convertida em Introdução ao Serviço Social, no currículo em vigor. Desse modo, expõe-se que o currículo de 2007 é reformulado na direção de correspondência às diretrizes curriculares.

Quanto à razão de ser do curso de graduação na instituição, é apontado no PPC (UFVJM, 2007), amparado em uma breve análise socioterritorial, um índice de desenvolvimento humano e socioeconômico abaixo da média estadual na região do Vale do Mucuri³¹. Diante disso, a formação de assistentes sociais para atuar na região é considerada nas formulações do documento como uma alternativa para responder às expressões da “Questão Social” na particularidade regional apresentada, coadunando ao significado sócio-histórico do Serviço Social como especialização da divisão sociotécnica do trabalho cuja existência está condicionada às classes sociais relacionadas entre si na totalidade da vida social, conforme se assimila da leitura de Yazbek (2009b).

Os princípios da formação profissional por via do curso de Serviço Social na UFVJM (2007) são apresentados de forma coerente às disposições contidas nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), assim como essa exposição é intercalada aos marcos históricos da institucionalização da profissão no Brasil, com ênfase no período que se abriu com a Reconceituação do Serviço Social na vertente da intenção de ruptura. É destacado, nessa linha, o Projeto Ético-político Profissional e a sua reverberação no Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais de 1993 (CFESS, 2012), na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662 (Brasil, 1993) – e na atuação da categoria profissional na construção de instrumentos como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, bem como na própria elaboração das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Outro ponto que confere substância ao alinhamento do PPC com as diretrizes curriculares é a reincidência, tal como constatado na análise dos demais PPCs sistematizada até esta altura do texto, da indicação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como eixo articulador do processo de ensino-aprendizagem das matérias a se desdobrar em disciplinas, oficinas, seminários e outras modalidades de componente

³⁰ Como defendido ao longo da pesquisa, o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) desprovido dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como eixos articuladores pode incorrer na recuperação da antiga fragmentação entre História, Teoria e Método, tal como reiterada no Currículo Mínimo de 1982. Assim, a indissociabilidade dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional é um componente primordial para a apreensão dos Fundamentos do Serviço Social em sua totalidade, como endossa Teixeira (2019), contribuindo para transpassar equívocos na linha de assimilar o estudo da referida matéria como equivalente à “História do Serviço Social”, uma preocupação que exerce o papel de engendramento da problemática inicial da pesquisa aqui sistematizada.

³¹ Onde está instalado o Campus Avançado do Mucuri, no município de Teófilo Otoni, sede da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, à qual o curso está vinculado.

curricular. Uma diferença detectada, em especial quando comparado aos PPCs da UFV (2023) e UFJF (2023), é a conexão do conjunto de disciplinas referentes à matéria básica de FHTMSS³² ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, embora mantenha alinhamento quanto ao reconhecimento da articulação dos conhecimentos seja qual for a maneira de esquematizar as disciplinas na matriz curricular. Não são identificáveis no documento da UFVJM (2007) as justificativas para tal associação, em detrimento da concepção majoritária da matéria de FHTMSS como detentora de maior nível de aproximação ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional³³.

Nota-se nas demais formulações do documento uma iniciativa de intercalar o debate com referência nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) – e daquelas contidas na proposta de 1999 apresentada e referendada em partes pelo MEC (Brasil, 2002) – com as particularidades socioterritoriais do Campus Avançado do Mucuri. Uma evidenciação disso, em consonância com as finalidades desta pesquisa, está na apresentação das determinações dos espaços sócio-ocupacionais e da organização de classe – profissional e estudantil – das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na ementa da disciplina de Introdução ao Serviço Social, que, de sua parte, dá início à pormenorização do PPC sob o recorte do ementário das disciplinas evocadas.

3.4.1 Introdução ao Serviço Social: lacunas quanto ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

O primeiro contato que o corpo discente do curso de Serviço Social na UFVJM tem com as bases históricas, teóricas e metodológicas da profissão sucede-se pela disciplina de Introdução ao Serviço Social, situada no primeiro período da matriz curricular do curso. Seu conteúdo intercala determinações da origem e profissionalização do Serviço Social nos marcos do capitalismo monopolista com conteúdos de maior correspondência ao tempo atual, além de incluir o debate da particularidade regional da profissão, tal como se visualiza na ementa reproduzida a seguir:

³² Quais sejam: Introdução ao Serviço Social; e Fundamentos do Serviço Social I, II, III e IV.

³³ Ao passo que a perspectiva da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional é apreendida no PPC (UFVJM, 2007) de forma coerente às diretrizes curriculares, além de discernida a “flexibilidade de organização dos currículos plenos” em consonância às referidas diretrizes (*Ibidem*, p. 6), entendemos que polemizar essa divergência entre os documentos analisados até aqui acerca da vinculação das disciplinas de FHTMSS a esse ou àquele núcleo transcende os objetivos desta pesquisa. Pontuamos essa diferença não mais que a título de demonstração da flexibilidade na organização dos PPCs sem que haja, contudo, um distanciamento aos pressupostos e princípios gerais da formação profissional na concepção da ABEPSS (1996).

Considerações sobre o processo sócio-histórico de profissionalização do serviço social e sua articulação com a monopolização do capital e com a especialização do trabalho. A relação do serviço social com a questão social e sua contextualização sócio-histórica. O projeto de formação profissional em serviço social e sua direção social historicamente construída. O serviço social na contemporaneidade e o mercado de trabalho. Considerações sobre a organização profissional e estudantil, o mercado de trabalho e a realidade profissional dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha (UFVJM, 2007, p. 24).

O primeiro ponto faz referência ao processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social situado sócio-historicamente ao capitalismo na fase dos monopólios, que direcionou a sua especificação na divisão sociotécnica do trabalho. São evidenciados, até aqui, os núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica, embora sem menção direta à particularidade brasileira, e do Trabalho Profissional, sobretudo por apontar a sua condição de especialização do trabalho coletivo. A explicitação desses núcleos poderia ser reforçada, inobstante, com menções ao processo de industrialização disparado na década de 1930 e suas consequências sobre a questão agrária e urbana, bem como à Doutrina Social da Igreja Católica a conferir o teor confessional e filantrópico das intervenções na era das protoformas.

O segundo ponto faz referência às expressões da “Questão Social”, ainda que não com as mesmas palavras, o que lhe infere componente do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, uma vez que são as manifestações da “Questão Social” o objeto da intervenção na direção sócio-historicamente atribuída de reprodução das relações sociais. Mesmo citando a sua “contextualização sócio-histórica”, não é delimitado o elemento que o indique, cabendo buscá-lo na totalidade do conteúdo da ementa, o que, por ora, não compromete a dimensão sócio-histórica do programa.

Um ponto de possível substancialização do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira é o debate da particularidade étnico-racial das expressões da “Questão Social” no período aludido até esse ponto do documento, no qual há relatos de práticas racistas na interlocução, tanto institucional quanto profissional, com usuários(as) negros(as), como subsidia a leitura de Ferreira (2010).

Os demais tópicos apresentam em sua construção conteúdos remetentes aos núcleos de Fundamentos da Particularidade Sócio-histórica Brasileira e, sobretudo, do Trabalho Profissional, evidenciados pelas indicações da direção social historicamente construída na formação profissional e das relações entre as determinações da profissão na contemporaneidade e seus espaços de atuação. Há, no entanto, a persistência do aspecto generalista na redação desses tópicos, uma vez que não há detalhamentos plausíveis, tais como a incidência do processo de reconceitualização do Serviço Social nas concepções de projeto

e formação profissionais em vigor, bem como as reverberações da reestruturação produtiva e da consolidação do neoliberalismo nas condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional na atualidade.

O último tópico, ao abordar a particularidade regional dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é o que expressa com mais intensidade a articulação dos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira, uma vez que apresenta elementos de organização política e do panorama sócio-ocupacional e mercadológico do território, ainda que a contextualização desponte sem demarcação temporal precisa. Esse conteúdo, outrossim, se destaca por ser o único dentre as ementas analisadas até este ponto da sistematização da pesquisa a abordar a particularidade regional dos seus respectivos cursos.

No concernente ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, não há explicitação de elementos capazes de fornecer explicações sobre o ser social, como preconizam as diretrizes curriculares. Em outras palavras, não há na ementa da disciplina a demonstração nítida das formas de pensar e explicar a realidade e as múltiplas dimensões da vida social que permeiam as determinações aludidas, tais como:

- a) a matriz positivista, que, ao ser incorporada na profissão de forma eclética à Doutrina Social da Igreja Católica, constituiu o “arranjo teórico-doutrinário” (Iamamoto; Carvalho, 2005);
- b) o mito da democracia racial³⁴, instrumentalizado na política eugenista proeminente à época; e
- c) a interlocução com o marxismo no processo de reconceituação a se consolidar com o Projeto Ético-político Profissional, dentre outras possibilidades, conforme as abstrações desenvolvidas nas análises anteriores.

Logo, porquanto o conteúdo da ementa em seu todo enfatiza uma maior articulação dos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira, avaliamos que a sua ressonância à indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional se dá de maneira parcial. Isto porque a articulação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social demanda a explicitação das matrizes do pensamento social correlatas aos demais conteúdos referenciados para que a unidade articulada dos núcleos se manifeste de forma completa na ementa.

³⁴ Cf. Nota 21.

3.4.2 Fundamentos do Serviço Social I: indícios da unidade articulada dos núcleos

O itinerário do estudo das bases históricas, teóricas e metodológicas da profissão tem sequência, regularmente no segundo período da matriz curricular, na disciplina de Fundamentos do Serviço Social I. Seu programa enfatiza as determinações das protoformas e do processo de profissionalização do Serviço Social brasileiro, no contexto compreendido até 1945, como pode ser observado na ementa a seguir:

A questão social e a profissionalização no serviço social a partir de suas protoformas e sua relação com a lógica monopólica. O desenvolvimento do serviço social no Brasil e na América Latina até o período pós II guerra. As elaborações teórico-metodológicas deste período que influenciaram a profissão. O serviço social de caso e grupo (UFVJM, 2007, p. 27).

A delimitação do contexto sócio-histórico está expressa, além do pós-Segunda Guerra, na “era monopólica”, fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que seus ordenamentos são deslocados do modelo concorrencial para a formação de monopólios sob a finalidade de viabilizar “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (Netto, 2011a, p. 20). Considerado como a fase de amadurecimento do modo de produção, o capitalismo monopolista impõe manifestações da “Questão Social” agudizadas pela reiterada contradição inerente entre capital e trabalho.

Ao remeter aos processos de gênese e profissionalização do Serviço Social, articulados ao capitalismo monopolista e ao contexto delimitado ao pós-Segunda Guerra (1945), assim como ao indicar as metodologias de Serviço Social de Caso e Grupo, que demarcam o deslocamento das referências franco-belgas para as estadunidenses, o conteúdo da ementa articula os núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional. Essa articulação, porém, poderia ser fortalecida com a indicação explícita do debate da dialética da dependência, das contradições do modelo nacional-desenvolvimentista e suas reverberações sobre a “Questão Social”, a agudização da questão agrária e urbana, que contém em si a particularidade étnico-racial no sentido de que os rebatimentos da concentração fundiária, em especial no contexto urbano-industrial, recaem de forma diferenciada sobre as pessoas negras, e, por fim, mencionar o arranjo “teórico-doutrinário” caracterizador das bases confessionais das protoformas do Serviço Social.

A evidenciação do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social se expressa ao reportar-se às “elaborações teórico-metodológicas deste período que influenciaram a profissão” (UFVJM, 2007, p. 27), que, mesmo sendo uma formulação genérica, o seu caráter preceituado possibilita demonstrar a articulação desse Núcleo de

Fundamentação com os demais. Uma direção possível para revigorar essa interlocução está na explanação de matrizes do pensamento social, teorias e formas de pensar correlacionadas aos demais elementos do programa, tais como: o neotomismo incidente nas protoformas de cariz confessional e filantrópico; o mito da democracia racial³⁵ na particularidade brasileira, a conferir a tônica da ocultação das relações raciais alicerçada nas idealizações de Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala”, segundo Ferreira (2010) e Gonzales (1984); e a matriz positivista no que tange ao Serviço Social de Caso e de Grupo.

Portanto, a análise da ementa de Fundamentos do Serviço Social I, em sua completude, indica uma ênfase nos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional, à medida que seus conteúdos se apresentam de forma mais nítida do que aqueles identificados com o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. No entanto, a ementa faz a indicação de que se aborde o referencial teórico-metodológico incidente sobre a profissão entre 1930 e 1945, ainda que não os explicitite. Logo, em termos gerais, é em proporção integral que ocorre a congruência da ementa às diretrizes curriculares, uma vez que indicar possibilidades de consubstanciação não significa necessariamente anular a articulação dos núcleos na súmula da disciplina.

3.4.3 Fundamentos do Serviço Social II: ementa coerente às diretrizes curriculares ao articular os Núcleos de Fundamentação

A progressão do estudo dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos da profissão ocorre no terceiro período da matriz curricular por intermédio da disciplina de Fundamentos do Serviço Social II. Seu conteúdo sumariza elementos e etapas de desenvolvimento da profissão e da realidade social que compreendem o período sócio-histórico aberto com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Posteriormente, infere-se a instauração da autocracia burguesa como recorte temporal expandido, uma vez que é concomitante ao mencionado processo de erosão do tradicionalismo no Serviço Social, tal como se visualiza em sua ementa:

A questão social e seu enfrentamento pelo Estado e pela sociedade civil no pós 2ª guerra. O serviço social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista. A modernização do Serviço Social, suas elaborações teórico-metodológicas do funcionalismo e do estrutural funcionalismo. O Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil e seu reatamento no Serviço Social. O processo de erosão do serviço social tradicional na América Latina (UFVJM, 2007, p. 32).

³⁵ Cf. Nota 21.

Na totalidade de seu conteúdo, a ementa, além de sugerir o período entre 1945 e 1960 como plano de fundo, indicando o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, situa diversos elementos do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, tais como as formas de enfrentamento às expressões da “Questão Social” no âmbito do Estado e da dita sociedade civil, a “modernização” profissional preconizada conforme as requisições da racionalidade técnica às quais o “arranjo teórico-doutrinário” já não responde, o método do Desenvolvimento e Organização de Comunidade conforme a agenda desenvolvimentista e a sociologia funcionalista, assim como o desgaste do tradicionalismo no Serviço Social, que delimita o recorte temporal da disciplina a 1960. Assim, são evidenciadas articulações entre os núcleos, que tal como as demais disciplinas analisadas, poderiam ser corporificadas ao mencionar, por exemplo, os primeiros instrumentos jurídico-normativos do Serviço Social, assim como promover aproximação ao debate étnico-racial, de acordo com sua incorporação nas diretrizes curriculares.

Quanto ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, este é evidenciado por conta da menção explícita às matrizes funcionalista e estrutural-funcionalista, que orientavam as intervenções profissionais sob sua fase metodologista-tecnicista, tal qual se destaca o Desenvolvimento de Comunidade diretamente influenciado pela concepção funcionalista da vida social, no sentido da adequação dos sujeitos à organicidade societária. As referidas matrizes, outrossim, compuseram o arsenal teórico dirigente da vertente de modernização conservadora do posteriormente pomenorizado, em Fundamentos do Serviço Social III, processo de renovação profissional.

De modo a não reprisar os debates já desenvolvidos nas análises do ementário anterior, avaliamos que a disciplina de Fundamentos do Serviço Social II, na totalidade de sua ementa, expressa de forma visível, mesmo com possibilidades de substancialização, a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, condizente de modo integral com o seu próprio PPC (UFVJM, 2007), que estabelece os núcleos como eixos articuladores da matriz curricular, bem como com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

3.4.4 Fundamentos do Serviço Social III: correspondência integral à unidade dos núcleos

A continuidade da imersão nas bases históricas, teóricas e metodológicas da profissão acontece por meio da disciplina de Fundamentos do Serviço Social III, prevista para ser ministrada no quarto período da matriz curricular. Seu enfoque está nos processos de renovação e reconceituação do Serviço Social latino-americano e brasileiro, apresentando as

distintas perspectivas em disputa, e adentrando na década de 1980, onde despontam as primeiras manifestações da reconceituação da profissão na vertente da intenção de ruptura pós-“Congresso da Virada”. Esses pontos podem ser visualizados na ementa reproduzida a seguir:

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e suas expressões particulares na América Latina e no Brasil. As perspectivas da Modernização Conservadora, a reatualização do conservadorismo, a intenção de ruptura e a interlocução com a tradição marxista no Serviço Social. O debate profissional nos anos oitenta: a polêmica história, teoria e método. A produção de conhecimentos em Serviço Social nos anos 1980 (UFVJM, 2007, p. 37).

Podemos observar, diante do exposto, a evidenciação dos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira na assinalação das vertentes de modernização conservadora – segundo Yazbek (2009a), de cunho estrutural-funcionalista e positivista – e de reatualização do conservadorismo – de orientação fenomenológica, centrada, portanto, no indivíduo e no empirismo (*Ibidem*) – do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, condizente ao momento histórico do desenvolvimentismo em bases tecnocráticas e excludentes da autocracia burguesa. Ao mesmo tempo, por esses elementos, são conferidas as associações aos Fundamentos do Trabalho Profissional.

Ao abordar a reconceituação na perspectiva da intenção de ruptura, a ementa promove a aproximação aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, por meio da explicitação da matriz marxista como correlata ao processo de transformações no arcabouço teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social. Sequencialmente, é introduzida a dinâmica profissional dos anos 1980, inferindo-se acerca dos novos marcos teóricos da produção de conhecimento, onde não se expõe de modo nítido na ementa, mas pode-se apreender o reflexo dessas movimentações na consolidação do entendimento do significado sócio-histórico do Serviço Social não só como especialização da divisão sociotécnica do trabalho, mas também como área de produção do conhecimento (Mota, 2013).

Outra consequência da reconceituação, para além do novo entendimento acerca da direção social da profissão e da construção do PEP, está explicitada na ementa ao referir-se à polêmica entre História, Teoria e Método, impressa no Currículo Mínimo de 1982 sob uma concepção compartimentada. O itinerário de discussões e formulações acerca desse trinômio, por sua vez, se prolongou até meados da década seguinte, cuja superação da perspectiva fragmentada em três matérias cedeu espaço à maturação do entendimento de História, Teoria e Método como uma unidade articulada, a se exprimir nos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional da ABEPSS (1996), onde se substitui a noção de três matérias

autonomizadas pela concepção de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos com proporções diferenciadas de aproximação às múltiplas determinações da realidade social. É reforçada, com isso, a reverberação do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional conectado aos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira no conteúdo da ementa.

Tal como nos demais componentes curriculares analisados, o debate étnico-racial não é evidenciado, corroborando com a avaliação de que sua incorporação nos Núcleos de Fundamentação é um processo ainda em construção e em disputa. Uma possibilidade de fazer aproximações nesse sentido, assim como nas demais disciplinas com enfoque temporal similar, seria versar a respeito da participação dos movimentos de negritude nos processos de luta da classe trabalhadora concomitante à reconceitualização do Serviço Social brasileiro.

Feitas essas considerações, nota-se referências articuladas aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional em sua integralidade, mesmo com as possibilidades de qualificação nos termos propostos no debate desenvolvido. Desse modo, a ressonância da ementa de Fundamentos do Serviço Social III às diretrizes curriculares é integralmente confirmada. Resta saber como essa relação se expressa na última disciplina do itinerário formativo de FHTMSS no curso de graduação da UFVJM (2007), Fundamentos do Serviço Social IV.

3.4.5 Fundamentos do Serviço Social IV: predominância da indissociabilidade dos núcleos

Por fim, a jornada sobre os princípios e as noções teórico-metodológicas e sócio-históricas da profissão, no nível de aprofundamento que a matéria básica de FHTMSS propõe, se completa no quinto período da matriz curricular com a disciplina de Fundamentos do Serviço Social IV. O ponto de partida de seu conteúdo está numa conjuntura marcada pela dialética da consolidação do Projeto Ético-político Profissional (PEP) e o avanço do neoliberalismo no Estado e sobre demais componentes da multiplicidade da vida social. Demonstra-se, com isso, que enquanto a categoria avança nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a dinâmica da sociedade de classes impõem desafios constantes e acentuados às projeções profissionais. Dito isso, a ementa da disciplina se desdobra nas seguintes temáticas:

A agenda profissional nos anos 1990: a ampliação e aprofundamento do marxismo. O debate sobre Serviço Social e o mundo do trabalho. O confronto com o neoliberalismo e a constituição do projeto ético-político. As organizações não-governamentais e o mercado de trabalho. As expressões da questão social na contemporaneidade e o reconhecimento das demandas tradicionais e emergentes postas para o Serviço Social (UFVJM, 2007, p. 44).

A leitura da sinopse da disciplina em seu conjunto denota maior relevo aos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira ao destacar o projeto profissional hegemônico intercalado a uma dinâmica societária de reveses para a classe trabalhadora, em vista da ofensiva do capital sobre o Estado brasileiro sob uma lógica desregulamentadora das relações de trabalho e da mediação dos inerentes conflitos entre as classes, reafirmando a concepção da burocracia estatal enquanto aparelho de hegemonia burguesa. Os impactos da reestruturação produtiva, iniciada na década de 1970 e intensificada com os anos, concomitante às contrarreformas gerenciais tanto atuaram nas refrações da “Questão Social” quanto nas inflexões do exercício profissional, fato ao qual a ementa se refere ao estabelecer relações entre os espaços sócio-ocupacionais e o Terceiro Setor. O Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, de sua parte, é explicitado pela menção à apropriação do marxismo pelos(as) profissionais alinhados(as) ao PEP.

O último tópico da ementa, no que o concerne, aproxima o conteúdo das tendências do tempo presente, mediadas por requisições tradicionais sob o contexto de agravamentos das manifestações da “Questão Social”. Temas possíveis de ser relacionados, diante disso, seriam:

- a) a crescente apropriação do Fundo Público pelo capital financeiro concatenada à assistencialização da Seguridade Social, que por sua vez modifica os espaços sócio-ocupacionais constantemente sobrecarregados por demandas referentes à política de assistência social, além da perpetuação de práticas assistencialistas e paternalistas, sobretudo nos poderes municipal e estadual; bem como
- b) o avanço do neoconservadorismo e a negação dos direitos humanos, a refletir no surgimento de correntes de reatualização ou renovação de bases teórico-metodológicas do tradicionalismo, em confronto aos princípios ético-políticos da profissão, assim como incidente na precarização das condições de reprodução da classe trabalhadora, em especial sobre as pessoas racializadas.

Por fim, as alusões fomentadas pela totalidade do conteúdo da ementa em análise indica uma articulação dos núcleos, embora com níveis diferenciados, o que a confere alinhamento integral às diretrizes curriculares, ao passo que essas preconizam a indissociabilidade na organização dos currículos plenos, tendo como pressuposto a unidade dos conhecimentos como estratégia de superação da fragmentação predominante em outros tempos.

3.4.6 As diretrizes curriculares no curso de Serviço Social da UFVJM e a preponderância de correspondência integral à unidade dos Núcleos de Fundamentação

Em síntese, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri expressa o seu alinhamento com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), tal qual os demais currículos plenos analisados até este ponto – quais sejam: UFOP (2018), UFV (2023) e UFJF (2023). O documento, contudo, apresenta particularidades no sentido de promover uma aproximação entre a gênese do curso com a realidade socioterritorial da região sede, tanto na exposição da justificativa para criação do curso, sócio-historicamente situada nos marcos da política de ensino superior expansionista dos governos de conciliação de classe, quanto no ementário de parte de seus componentes curriculares, com destaque para a disciplina de Introdução ao Serviço Social.

Quanto ao recorte analítico proposto, de pormenorização das ementas, verificamos que apenas a disciplina de Introdução ao Serviço Social não expressa essa articulação em proporção integral, visto que carece de evidenciação de componentes do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, segundo observamos no Quadro 4. No conjunto do ementário, por sua vez, a abarcar, ademais, as disciplinas de Fundamentos do Serviço Social I, II, III e IV, obtêm-se mais indícios de consonâncias que divergências entre seus programas e as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Quadro 4 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFVJM (2007).

Disciplina	Avaliação
Introdução ao Serviço Social	Convém explicitar os Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social
Fundamentos do Serviço Social I	Articulação integral dos núcleos.
Fundamentos do Serviço Social II	Evidente indissociabilidade dos núcleos.
Fundamentos do Serviço Social III	Expressão integral da unidade dos núcleos.
Fundamentos do Serviço Social IV	Nítidas referências aos três núcleos.

Fonte: Elaboração própria.

Reforça-se, até este ponto, a tendência de que o ementário das disciplinas equivalentes à matéria básica de FHTMSS, bem como os Projetos Pedagógicos em sua completude, se constroem com a preponderância de coerências às diretrizes curriculares, seja nos

pressupostos e princípios da formação profissional, seja na perspectiva de indissociabilidade dos núcleos de forma a suplantam a antiga polêmica no entorno da tricotomia História, Teoria e Método. A ver como essa tendência se manifesta no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), explorado na sequência.

3.5 O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

As origens do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) remontam, tal qual as graduações da UFOP, em 2008, e da UFVJM, no ano de 2007, ao período de reestruturação e expansão das universidades federais sob o comando dos governos petistas, com destaque para o REUNI e os recursos orçamentários propiciados. Assim, o funcionamento do curso teve início em março de 2009 e é justificado em seu PPC (UFTM, 2024) pela demanda de interiorização da formação profissional em Serviço Social, posto que não havia em um raio de 200 quilômetros da sua cidade-sede, Uberaba, outra IFES a oferecer a graduação. A mais próxima, de acordo com o documento, se trata da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal –, no município de Ituiutaba, cuja sistematização da análise de seu currículo pleno está disposta na subseção 3.6.

O PPC em exame (UFTM, 2024) faz a apresentação de sua graduação em Serviço Social de maneira intercalada a uma breve análise socioterritorial de Uberaba e adjacências, com ênfase em índices de desenvolvimento econômico acima da média estadual, e indicando a cidade-sede como um polo hospitalar. Assim sendo, são demandadas na região a alocação de assistentes sociais, em especial na política social setorial de saúde, inclusive no Hospital das Clínicas gerenciado pela universidade³⁶. Portanto, a gênese do curso na UFTM, em 2009, está intercalada não apenas ao momento de expansão do ensino superior, mas às requisições da área da saúde, tanto pública quanto privada.

Com relação ao reflexo das diretrizes curriculares, este se expressa por diversas frentes. Primeiramente, coaduna com o entendimento das expressões da “Questão Social” como objeto da intervenção profissional, em contraposição à tendência de superdimensionamento das políticas sociais no sentido contrário ao projeto profissional. De modo análogo, reconhece a relevância da dimensão investigativa como qualificadora da formação profissional direcionada pelo desenvolvimento das competências teórico-

³⁶ A própria UFTM (2024) tem suas origens na formação profissional na área da saúde, vista a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro como sua “protoforma” de 1953 ao ano de 2005. Sua conversão à Universidade Federal do Triângulo Mineiro se dá sob os moldes da política de expansão do ensino superior encabeçada pelo primeiro ciclo petista, embora ocorra antes do REUNI.

metodológica, ético-política e técnico-operativa. Esse papel de destaque atribuído à pesquisa, em unidade articulada ao ensino e à extensão, se manifesta ainda, de acordo com o PPC (UFTM, 2024, p. 31), na manutenção de um laboratório de pesquisa, o Práxis, definido como um “espaço interdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão, prestação de serviços e produção e de *(sic)* análise de material didático no âmbito do Serviço Social”.

Esse destaque à pesquisa na formação profissional está expresso numa particularidade do currículo com relação aos demais analisados no que diz respeito aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Se nos demais PPCs investigados até aqui, os núcleos são explorados como eixos articuladores dos componentes curriculares, no curso da UFTM os núcleos articulam as linhas de pesquisa desenvolvidas – não há contudo um detalhamento de quais linhas detém maior aproximação a quais núcleos, como o fazem os PPCs da UFV (2023), UFJF (2023) e UFVJM (2007), com relação às disciplinas. Essa particularidade, contudo, não indica uma discordância com as diretrizes curriculares em função da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, bem como do princípio de flexibilidade na estruturação dos currículos plenos.

Ademais, o PPC é coerente com as diretrizes curriculares tanto da ABEPSS (1996) quanto do MEC (Brasil, 2002) ao preconizar uma formação generalista, que dê conta da captura, análise e formas de intervenção sobre as múltiplas determinações da realidade social, “considerando a inserção da profissão na divisão social, técnica, sexual e étnico-racial do trabalho especializado, bem como os diferentes espaços sócio-ocupacionais em respostas às manifestações da questão social” (UFTM, 2024, p. 28). A descrição analítica do curso endossa, assim, o reflexo dos projetos de formação e de profissão na sua estruturação, inclusive ao reconhecer as dimensões multifacetadas da divisão social do trabalho. Resta saber em que proporções essas correspondências se expressam no ementário das disciplinas de FHTMSS, aqui compreendidas como Introdução ao Serviço Social e Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV.

3.5.1 Introdução ao Serviço Social: ênfase nos Fundamentos do Trabalho Profissional e lacunas quanto aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

Ministrada no primeiro período da matriz curricular, a disciplina de Introdução ao Serviço Social desempenha o papel de realizar uma primeira apresentação mais detalhada dos fundamentos da profissão ao corpo discente. Nesse sentido, é razoável que seu conteúdo abarque questões mais gerais, sem necessariamente indispor do rigor teórico-metodológico no

processo de ensino-aprendizagem, de modo que a especificidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho possa ser apreendida. Assim, a ementa da disciplina se desdobra nos seguintes conteúdos:

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFTM. O significado sócio-histórico do Serviço Social. Projeto Ético Político e Societário: as dimensões político organizativas (*sic*), jurídicas e o Serviço Social como área de produção do conhecimento. O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e perspectivas (UFTM, 2024, p. 84).

De imediato, observamos uma particularidade com relação ao ementário das demais disciplinas investigadas até este momento, que é a abordagem do próprio Projeto Pedagógico do Curso (PPC), permitindo ao corpo discente um contato mais qualificado tanto com a estrutura do curso, quanto da própria universidade. Além disso, o documento realiza uma breve análise do arcabouço teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e jurídico-normativo do Serviço Social, que o confere substância para se colocar entre as referências de introdução às bases da profissão. Tem-se, assim, uma articulação do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional à particularidade local do projeto de formação.

Esse núcleo é reiterado ao versar acerca do significado sócio-histórico da profissão, o que permite aos(às) estudantes visualizar a intrínseca relação do Serviço Social com a produção e reprodução das relações sociais, bem como a sua característica de especialização na divisão sociotécnica do trabalho, propiciando um alinhamento de expectativas de modo a prevenir interpretações messiânicas ou fatalistas quanto ao exercício profissional, ao passo que este é determinado pela totalidade da vida social.

A ênfase nos Fundamentos do Trabalho Profissional prossegue ao serem relacionados o Projeto Ético-político, a direção social nele impressa, e as entidades e organizações de representação e luta da categoria profissional, assim como o arsenal jurídico-normativo, do qual podem ser destacados o Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais de 1993 (CFESS, 2012), a Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993) e as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), dentre outros instrumentos.

Quanto ao debate do Serviço Social como área de produção do conhecimento, este pode ser amparado em Mota (2013) que atribui tal característica à profissão a partir da formação de sua intelectualidade própria – não confundir com uma teoria própria do Serviço Social –, que, alicerçada no materialismo histórico-dialético, é reconhecida entre acadêmicos(as) da área de ciências sociais como uma fonte alternativa às tendências pós-modernas, assim como suas formulações são apropriadas por movimentos sociais e instrumentalizadas pelo Estado na construção de políticas públicas.

O último tópico, de sua parte, é o que confere articulação da ementa ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira ao situar a contemporaneidade como o plano conjuntural da multiplicidade de determinações que atravessam a profissão. Embora a indicação de “demandas e perspectivas” reitere o teor generalista identificado na maior parte das ementas analisadas, é possível acionar conteúdos na ordem das inflexões das agendas social, política e econômica em vigor no exercício profissional e nos espaços sócio-ocupacionais, bem como as consequências do avanço do neoconservadorismo sobre os direitos sociais e os direitos humanos, atingindo a classe trabalhadora em sua diversidade étnico-racial, de gênero e de sexualidade.

No entanto, a articulação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, na perspectiva de sua indissociabilidade, não se completa na ementa, posto que não explicitados elementos de maior aproximação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. Nesse sentido, ao abordar projetos profissional e societário, caberia pontuar de maneira nítida a tradição marxista como a fonte primária das elaborações teórico-metodológicas do Serviço Social, calcadas no materialismo histórico-dialético como método de desvendamento do real concreto por intermédio de sucessivas aproximações às múltiplas determinações da vida social. Assim sendo, a consonância da ementa em questão ao pressuposto de unidade articulada dos núcleos se manifesta em proporção parcial.

3.5.2 Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I: evidências da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação

O percurso formativo no encaixo das bases históricas e teórico-metodológicas da profissão tem continuidade, regularmente no segundo período da matriz curricular, através da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I. Seu conteúdo abarca uma amplitude de eventos que compreendem desde o fim do século XIX, ao tratar da emergência do capitalismo monopolista, à década de 1930, marco sócio-histórico da institucionalização do Serviço Social brasileiro, tal como se observa na ementa reproduzida a seguir:

Emergência e expansão do capitalismo monopolista. O surgimento do Serviço Social na Europa e nos EUA. A compreensão do significado social da profissão: particularidades do seu movimento sócio-histórico na América Latina e no Brasil. O Serviço Social e as influências do empirismo, do humanismo cristão, do positivismo e do estrutural-funcionalismo. Serviço Social no Brasil: processo de profissionalização e as influências franco-belga e norte-americana (UFTM, 2024, p. 90).

A demarcação do capitalismo monopolista confere a contextualização da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social. Netto (2011a) indica que a emergência da fase monopolista, na transição dos séculos XIX para XX nos países centrais da divisão internacional do trabalho, corresponde à maturidade da sociedade de classes, assim como denota a maturação de sua capacidade de produzir e acumular riquezas. Por conseguinte, se alteraram as relações entre o Estado e a economia, posto que o primeiro precisou ser refuncionalizado para garantir a mais-valia, bem como as expressões da “Questão Social” se agudizaram diante da formação dos monopólios, uma vez incrementado o contingente de trabalhadores(as) designados(as) ao exército industrial de reserva.

Diante disso, o Estado refuncionalizado e com algum nível de permeabilidade ao conflito de classes, como visto em Netto (2011a), atuou na reprodução social tanto na vertente da garantia das taxas de lucro quanto na apresentação de respostas às consequências da monopolização sobre a classe trabalhadora. Assim, o autor demarca que o surgimento da profissão é intrínseco à formação dos monopólios, num contexto em que formas preexistentes de atuar sobre as reverberações da contradição entre capital e trabalho, em geral na ordem da filantropia e da doutrina caritativa religiosa, foram institucionalizadas e mediadas pela estrutura burocrática do Estado.

Ao discorrer acerca da emergência e desenvolvimento do capitalismo monopolista, o autor contribui para a captura das bases para o surgimento da profissão nos Estados Unidos e na Europa, conforme as particularidades do centro da divisão internacional do trabalho. Essa assimilação, por sua vez, subsidia o debate das influências franco-belga e estadunidense no engendramento, no primeiro caso, e na profissionalização tecnicista, no segundo, do Serviço Social no Brasil. Isto posto, o capitalismo monopolista conferiu as bases neotomistas das protoformas do Serviço Social, sob influência europeia, e de sua posterior institucionalização fincada nas referências predominantemente estadunidenses, quais sejam o positivismo e o estrutural-funcionalismo mencionados explicitamente na ementa.

Até esse ponto, observamos a articulação dos três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Isto ao passo que o capitalismo monopolista evidencia o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, uma vez mencionada a particularidade local, que de sua parte poderia ser complementada ao indicar as determinações centrais da dialética da dependência a compor o capitalismo *sui generis* brasileiro (Marini, 2011), assim como evocar a particularidade étnico-racial das expressões da “Questão Social”, sobretudo no que diz respeito à questão agrária e urbana e à superexploração da força de trabalho.

Quanto aos Fundamentos do Trabalho Profissional, o núcleo torna-se visível pela síntese dos conteúdos aludidos na ementa, porém com destaque para o significado social da profissão, nas particularidades regional e nacional, uma vez que falar de capitalismo monopolista pressupõe abordar a convocação do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho especializado no intuito da reprodução das relações sociais.

Por fim, as inferências ao neotomismo, ao versar acerca do humanismo cristão de orientação franco-belga, bem como às menções ao empirismo e às matrizes positivista e estrutural-funcionalista, denotam a articulação do conteúdo ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.

Portanto, a coerência da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, no recorte de sua ementa, com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) é demonstrada como integral, visto que expressa a unidade articulada dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional, corroborando com as elaborações da entidade no sentido de instrumentalizar esses núcleos como eixos articuladores do processo formativo na matéria do Serviço Social.

3.5.3 Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II: núcleos articulados nas menções ao Movimento de Reconceituação e à matriz marxista

Em sequência, a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II está situada no terceiro período da matriz curricular em nivelamento padrão e tem sua diferenciada proporção de abstrações centrada no movimento da realidade social no Brasil e na América Latina, cujo contexto pode ser aludido aos marcos da autocracia burguesa brasileira, à medida que se evoca o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na vertente da intenção de ruptura, coincidentes no tempo histórico, conforme a ementa é sumarizada pelos seguintes tópicos:

Contexto Político Econômico da América Latina. Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da realidade brasileira e as influências das matrizes do pensamento social. O Movimento de Reconceituação, intenção de Ruptura com o conservadorismo, tradição marxista (UFTM, 2024, p. 94).

Observamos nos dois primeiros pontos a reiteração da generalidade na redação do ementário, em diferentes instituições, o que, neste caso, apenas o olhar sobre a ementa não permite capturar as determinações sócio-históricas e teórico-metodológicas dos contextos político-econômicos da América Latina e do itinerário teórico-prático do Serviço Social. Ao

analisar o conteúdo da ementa em sua completude, por outro lado, infere-se que a ênfase da requerida contextualização se dá nas movimentações da realidade social na década de 1970, atravessada pela reestruturação produtiva disparada nos países centrais, pelo avanço das agendas política, econômica, social, cultural e educacional da autocracia burguesa, sustentadas no ideal modernizador e na supressão de direitos políticos e civis, assim como pelo processo de reconceituação do Serviço Social, em contraposição às condições políticas desfavoráveis à classe trabalhadora diante da realidade exposta.

Desse modo, o tema da Reconceituação do Serviço Social na vertente da intenção de ruptura é o que evidencia a articulação dos núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional, que poderia ser fortalecida com o debate das relações étnico-raciais em tempos de ditadura e com a evidenciação do projeto de formação profissional preconizado pela autocracia burguesa, cujas brechas proporcionaram o avanço do Serviço Social na direção de desenvolver um rigor teórico-metodológico não viabilizado por suas tradicionais bases confessionais e ecléticas. De modo análogo, a correlação feita entre o Movimento de Reconceituação e a tradição marxista, no texto da ementa, salienta o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.

Sendo assim, a ementa de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II, em sua totalidade, manifesta a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação. Logo, o seu conteúdo denota coerência integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), as quais preconizam a indissociabilidade dos núcleos entendidos como eixos articuladores da formação profissional.

3.5.4 Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III: articulação dos núcleos expressa na relação entre “Congresso da Virada”, projeto profissional e tradição marxista

Seguidamente, no quarto período da matriz curricular está situada a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, cuja ênfase de seu conteúdo está nas reverberações do Movimento de Reconceituação na vertente da intenção de ruptura com o conservadorismo na construção do projeto profissional. Tais eventos são particularizados no programa da disciplina a partir do “Congresso da Virada” (1979), tal qual sumarizado a seguir:

O redimensionamento da profissão frente as transformações societárias e a construção do projeto profissional. As tendências teórico-metodológicas no Serviço Social na contemporaneidade. As sistematizações teórico-metodológicas a partir do marxismo e as principais polêmicas no Serviço Social. Estudo da teoria e do método em Marx e suas contribuições para a profissão. O III CBAS (1979). Diferenciação:

pluralismo e luta pela hegemonia na formação e na categoria profissional (UFTM, 2024, p. 99).

Em seu todo, a ementa faz referência aos múltiplos componentes que atuam na construção e consolidação do Projeto Ético-político Profissional (PEP) como produto da intenção de ruptura com o conservadorismo e a incidência dessa vertente sobre os debates e resultados do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979. Em decorrência disso, é propiciado ao Serviço Social brasileiro a consolidação do entendimento de seu significado social e histórico, em especial a partir das contribuições de Yamamoto e Carvalho (1982), bem como a apropriação da teoria e método marxistas, conforme se explicita na ementa, para leitura e intervenção sobre a realidade social. Assim, são articulados os três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.

São feitas, ademais, inferências a tendências contemporâneas do Serviço Social, em especial no âmbito do aparato teórico-metodológico, inclusive ao apontar o pluralismo com hegemonia do projeto profissional em vigor, que se relaciona à dimensão ético-política, *idem*. A indicação de debates e polêmicas contemporâneas é oportuna por meio do acionamento da temática do projeto de formação profissional e seus desdobramentos na política educacional brasileira. Esta, de sua parte, dotada de movimentos contraditórios, nos quais o projeto de formação avança, por um lado, através da democratização do acesso ao ensino superior, pela qual o tema das ações afirmativas pode dar a tônica da incorporação do debate étnico-racial nas diretrizes curriculares, e, por outro, é desafiado pelo desfinanciamento do sistema público de ensino em favorecimento do setor privado.

Inobstante, a totalidade do programa da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, emitido em sua ementa como recorte necessário às categorias analíticas desta pesquisa, aponta mais uma vez para a unidade articulada dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional. Destarte, consideramos a ressonância do documento às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) como integral.

3.5.5 Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV: arremate alicerçado na indissociabilidade dos núcleos

Por fim, o arremate do estudo das bases da profissão, em suas múltiplas dimensões, acontece regularmente a partir do quinto período da matriz curricular por meio da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV. Seu conteúdo

focaliza as movimentações da realidade social no entorno do avanço do neoliberalismo, o qual tem no Brasil a década de 1990 em diante como demarcação mais evidente dessa conjuntura. Abarca, além disso, a reverberação das relações contraditórias do Estado, sob os comandos do gerencialismo, do social-liberalismo e do neoconservadorismo, no Serviço Social, tal como se apreende na ementa reproduzida a seguir:

O debate sobre Serviço Social e o ‘mundo do trabalho’; o confronto com o neoliberalismo e a constituição da hegemonia do ‘projeto éticopolítico’ (*sic*). O Serviço Social como área de conhecimento e sua produção científica. A questão da instrumentalidade, as categorias: cotidiano, mediação, ontologia e o serviço social (UFTM, 2024, p. 105).

A correlação entre os núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira está expressa no debate das transformações societárias sobre as relações de trabalho, cujo projeto de desregulamentação, terceirização e, por conseguinte, precarização incide na agudização das refrações da “Questão Social”. Manifesta-se ainda no Serviço Social na condição de especialização da divisão sociotécnica do trabalho convocada a atuar sobre a reprodução das relações sociais em um contexto de ofensiva das classes dominantes sobre a classe trabalhadora, relegando um contingente exponencialmente maior de pessoas, sobretudo aquelas racializadas, aos programas e aparelhos de proteção social, que de sua parte são constantemente esvaziados e desfinanciados.

Diante de um cenário tão desafiador aos projetos profissional e societário do Serviço Social, o debate da instrumentalidade é profícuo para a salvaguarda do Projeto Ético-político Profissional (PEP). Em Guerra (2010), essa propriedade é conceituada como a objetivação das formas em que os(as) assistentes sociais operacionalizam, modificam, ou mesmo criam, os instrumentos técnico-operativos a partir da sua capacidade em manusear tais meios, obtendo a partir deles, respostas profissionais para os fins determinados de acordo com sua intencionalidade.

A firmeza do rigor teórico-metodológico construído com subsídios na tradição marxista é estratégica diante das influências das agendas político-econômicas e sociais do Estado brasileiro sobre a tendência de recrudescimento do neoliberalismo. Assim, a explicitação na súmula da disciplina de categorias como ontologia, mediação e cotidiano, tal qual a indicação do Serviço Social como área de construção do conhecimento, atua tanto na evidencição do pretendido rigor quanto na articulação do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social em seu conteúdo.

Diante do exposto, o programa da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV, no recorte da ementa enquanto instrumento prescritivo e de contato

imediatamente ao conteúdo a ser trabalhado, demonstra coerência integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Isto pois, a totalidade de sua sumarização reflete o pressuposto de indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, quais sejam o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, o de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira e o de Fundamentos do Trabalho Profissional.

3.5.6 Prevalência da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação nas disciplinas de Fundamentos do curso de Serviço Social da UFTM

A título de síntese, o Projeto Político-pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM, 2024) assevera na totalidade de seu conteúdo um alinhamento aos projetos de profissão e formação profissional, o que pode ser identificado na caracterização sócio-histórica e teórico-metodológica que tece acerca do Serviço Social brasileiro, ainda que mediado pelas requisições da universidade enquanto um componente do aparato burguês³⁷, conforme capturado pelas justificativas para a gênese do curso ligadas a questões de cunho mercadológico, em especial aquelas voltadas ao segmento hospitalar – não necessariamente com primazia, mas também ligadas à saúde enquanto política social setorial –, mediadas às demandas econômicas e sociais do território.

Com isso, o PPC da UFTM (2024) reitera a tendência de referencialidade das diretrizes curriculares, tanto da ABEPSS (1996) quanto às referendadas pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2002), na construção dos currículos plenos, ao menos no recorte aqui investigado. A centralidade ao pressuposto de indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, além das políticas de estágio, trabalho de conclusão de curso e curricularização da extensão, alinhadas às elaborações coletivas da categoria profissional, se destaca nesse quesito, o que se objetiva no Laboratório Práxis, apresentado no documento como uma ferramenta privilegiada de materialização desse trinômio em unidade dialética.

Outra frente de reverberação das diretrizes curriculares na construção do curso está na demarcação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional como eixos conectivos da unidade ensino-pesquisa-extensão. Sem embargo, apresenta a particularidade de assinalar os núcleos como articuladores de linhas de pesquisa em Serviço Social e não necessariamente de componentes curriculares, como visualizado nos demais PPCs até o momento. Tal evidência da relevância a que é alçada a pesquisa no projeto do curso da UFTM não contradiz, conforme os parâmetros e debates desenvolvidos nesta monografia, o alinhamento do

³⁷ O que, contudo, não invalida a universidade enquanto espaço profícuo de disputa política e mediação das contradições da realidade social no processo de construção e propagação de conhecimento coletivo.

currículo às disposições da ABEPSS (1996), ao passo que não é comprometido o entendimento de que esses núcleos se objetivam em sua indissociabilidade, pressuposto o qual o PPC indica afinidade e adesão, ainda que representado por elementos distintos.

Quanto à correspondência às diretrizes no recorte do ementário das disciplinas de FHTMSS, essa se manifesta no curso pela preponderância de indícios de reverberação da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação na totalidade de suas prescrições, como se resume no Quadro 5. Todavia, detectamos na disciplina de Introdução ao Serviço Social uma imprecisão no que se refere à articulação do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social em seu receituário, ficando a cargo do conteúdo programático – geralmente exposto em documentos complementares ao PPC – e à definição das bibliografias a indicação mais evidente das matrizes teóricas do pensamento social, direcionadas e direcionadoras da dinâmica da realidade social e das intervenções aí empreendidas.

Quadro 5 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFTM (2024).

Disciplina	Avaliação
Introdução ao Serviço Social	Lacunas com relação aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	Evidências da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação.
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Conteúdos indicam a articulação dos núcleos.
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Indícios da unidade articulada dos núcleos.
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	Arremate alicerçado na indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.

Fonte: Elaboração própria.

Insistamos, contudo, na prevalência de indícios de correspondência integral do currículo pleno, na generalidade de seus múltiplos elementos, às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), em especial no que diz respeito à apreensão da práxis – unidade dialética teoria-prática-teoria – por meio da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Diante disso, é sistematizada a seguir a investigação crítico-analítica do PPC de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo o último

documento a compor os objetos de estudo deste trabalho, de modo a identificar se as tendências até aqui mensuradas se confirmam ou não no universo da pesquisa.

3.6 O ENSINO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2023) teve sua primeira turma ingressante no ano de 2010 e sua criação é abordada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a partir de justificativas na ordem de atender demandas sociais e econômicas do território de Ituiutaba, cidade-sede da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES). Isto pois, o documento indica que a

realidade econômica de Ituiutaba e região aponta a possibilidade de intervenção do Serviço Social na criação de propostas sociais para o desenvolvimento regional, haja vista a carência por serviços socioassistenciais, elaboração e execução de políticas públicas que atualmente vem sendo regulamentadas e impulsionadas nos municípios (UFU, 2023, p. 11).

Percebemos, de pronto, uma vinculação da profissão às requisições da institucionalidade e à preconização da atuação profissional na esfera do Estado de modo a viabilizar projetos locais de desenvolvimento, assim como a apresentar respostas em maior intensidade às expressões da “Questão Social”, dado o significado sócio-histórico da profissão na reprodução das relações sociais. Porém, isso não significa que haja um eventual distanciamento do referido curso com os projetos profissional, formativo e societário do Serviço Social brasileiro, mas é um indicativo que evidencia o quanto as estruturas do ensino superior público, no geral, preconizam a formação profissional voltada a atender necessidades sociais e econômicas regionais. Por ora, não há nenhum juízo de valor nessa observação.

Para além de atender demandas socialmente construídas no entorno da educação superior, o PPC (UFU, 2023) aponta princípios direcionadores da formação profissional, alinhados ao Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 (CFESS, 2012), tais como a constituição de um perfil profissional, via formação generalista – ou seja, capaz de desenvolver e construir conhecimentos no entorno da multiplicidade de determinações da realidade social –, alinhado aos valores democráticos³⁸ e emancipatórios, na direção do

³⁸ Sob uma perspectiva substancial de democracia, ressalte-se, dado que nos marcos da sociabilidade burguesa a democracia em sentido amplo é reduzida a procedimentos fragmentados de disputas eleitorais, assim como ao cariz liberal-pluralista dos direitos e liberdades civis. Defende-se aqui uma concepção ampliada de democracia, alinhada ao princípio da “liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, p. 23).

reconhecimento da autonomia e da diversidade humana. Tem-se, assim, um relevante indício de correspondência entre o PPC em análise e as elaborações coletivas dos(as) assistentes sociais brasileiros(as).

A profissão é explicitada no documento conforme o seu caráter interventivo sobre as expressões da “Questão Social”, que, por sua vez, são decorrentes das inerentes contradições na relação entre capital e trabalho. Logo, reconhece que o(a) profissional formado(a) tenha suas competências e habilidades desenvolvidas na direção de atuar sobre as manifestações da “Questão Social” como objetos do exercício profissional. Para isso, são apontados o rigor teórico-metodológico na leitura das múltiplas determinações da realidade social, a superação da fragmentação na lógica da organização curricular e a indissociabilidade do processo ensino-pesquisa-extensão como princípios direcionadores da formação profissional.

A estrutura curricular é apresentada a partir de referenciais obtidos tanto nas diretrizes referendadas pelo Conselho Nacional de Educação, no âmbito do MEC (Brasil, 2002), quanto nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), com relevo para os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, objeto central para o desenvolvimento da presente pesquisa. O PPC da UFU (2023) endossa a tendência apontada até aqui de enquadramento dos núcleos como eixos articuladores da formação profissional, seja na forma de vinculação dos componentes curriculares a partir de seus distintos níveis de abstração, como preponderante, seja por intermédio da correlação a linhas de pesquisa em Serviço Social, como ocorre na UFTM (2024).

O currículo pleno do curso de Serviço Social da UFU (2023) segue a compreensão majoritária da categoria profissional quanto à maior vinculação das disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, evidentemente de forma articulada aos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social e da Formação Sócio-histórica Brasileira. Portanto, o PPC em seu conjunto, mediado pelas requisições institucionais e pelo projeto de formação preconizado pelo PEP, expressa coerência às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

No que diz respeito ao seu alinhamento ao pressuposto de indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação, como especificação dessas relações, recorreremos, mais uma vez, ao ementário das disciplinas da referida matéria básica, quais sejam: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I – FHTMSS I –, II – FHTMSS II –, III – FHTMSS III –, IV – FHTMSS IV – e V – FHTMSS V. Essa investigação, sistematizada em sequência, confere a etapa final da análise documental deste trabalho.

3.6.1 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I – FHTMSS I: coesão integral às diretrizes curriculares

Assim como ocorre no currículo da UFV (2023), o ementário dos componentes curriculares do curso de Serviço Social da UFU (2023) é obtido por meio de elementos externos ao PPC. No caso da última, é por meio de documento intitulado “Ficha de Componente Curricular” (UFU, 2024) que o ementário das disciplinas de FHTMSS é aqui investigado. O início dessa empreitada é dado pela disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I – FHTMSS I –, situada no primeiro período da matriz curricular, cuja ementa é sumarizada da seguinte forma:

O surgimento do Serviço Social no século XIX na Europa e nos Estados Unidos no contexto do capitalismo monopolista. O surgimento do Serviço Social na América Latina no século XX. Influências teórico-histórico-metodológicas no processo de profissionalização nos séculos XIX e XX (UFU, 2024, p. 5).

De modo semelhante à disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I da UFTM (2023), aqui a formação dos monopólios como fase de maturação do modo de produção capitalista, quanto às suas capacidades de concentrar riquezas e refuncionalizar o Estado (Netto, 2011a), é a base para contextualizar a gênese do Serviço Social nos países centrais da divisão internacional do trabalho, em especial Estados Unidos, França e Bélgica. Como profissão convocada à divisão sociotécnica do trabalho especializado a partir da então nova fase do capitalismo nos países centrais, as suas protoformas no Brasil se deram, em um primeiro momento, sob influência do humanismo cristão franco-belga e, posteriormente, na fase de profissionalização, sob referenciais estadunidenses. Desse modo, ao se referir às influências teóricas e metodológicas das protoformas do Serviço Social, a ementa faz alusão ao neotomismo, à Doutrina Social da Igreja Católica, e posteriormente ao engendramento de métodos como o Serviço Social de Caso e de Grupo.

Vistas essas bases, a gênese do Serviço Social brasileiro teve sua direção atribuída nesses referenciais europeus e estadunidenses, assim como condicionada às mudanças políticas, sociais e econômicas disparadas na década de 1930, em especial pelo processo de industrialização a reverberar sobre a questão agrária e urbana, com inflexões sobre as expressões da “Questão Social”, em especial sobre as pessoas negras. Logo, a particularidade das protoformas do Serviço Social brasileiro, que será objeto da disciplina posterior, se explicam de maneira correlata às bases advindas do centro da divisão internacional do trabalho.

Portanto, ainda que reiterando o aspecto generalista e sucinto na composição textual identificado nas demais ementas, há indícios na súmula desta disciplina de articulação dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional. Assim, a ementa denota congruência integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

3.6.2 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTMSS II: lacunas referentes aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

Sequencialmente, o percurso formativo por entre as bases da profissão tem sua direção, regularmente no segundo período da matriz curricular, atribuída pela disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTMSS II. O conteúdo de seu programa enfatiza o processo de institucionalização, cujo marco está nas transformações da década de 1930, tal como podemos apreender da ementa reproduzida a seguir:

O desenvolvimento do Serviço Social no Brasil: bases para sua implantação. Legitimação e institucionalização profissional. A influência norte-americana no Brasil e no Serviço Social. Serviço Social como resultado do confronto da relação Estado x Sociedade na divisão social do trabalho (UFU, 2024, p. 18).

A ementa em sua totalidade sugere a articulação do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira fincado nas transformações do contexto nacional-desenvolvimentista iniciado na década de 1930, porém não fornece uma demarcação nítida da amplitude de determinações da trajetória do Serviço Social na história, isto é, quais momentos da conjuntura brasileira são objeto de estudo para além da década de 1930. Nesse sentido, ao mencionar a ingerência dos Estados Unidos sobre o Brasil e sobre a própria profissão, é possível inferir que a fase tecnicista e metodologista dos anos 1940 a 1960 compunha as prescrições do documento, entendimento amparado no conteúdo programático periodizado que prevê o estudo das relações entre o desenvolvimentismo, na particularidade de 1950 a 1960, e a profissão.

Os Fundamentos do Trabalho Profissional, de sua parte, se expressam tanto na síntese dos elementos mencionados, quanto é evidenciado no ponto que assinala o Serviço Social como um produto dos conflitos entre Estado e sociedade (UFU, 2024), o que sinaliza o seu significado social historicamente construído como especialização na divisão sociotécnica do trabalho convocada a intervir sobre as expressões da “Questão Social” como um requisito da sociedade de classes para a sua própria reprodução.

Não há, entretanto, indicação nítida de articulação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, deixando-a portanto implícita de modo que sua captura se obtém apenas pela leitura da totalidade do conteúdo da ementa. Desse modo, é possível inferir as referências neotomista, positivista e estrutural-funcionalista a direcionar e ser direcionadas pelas formas de intervenção nos distintos contextos evocados, da gênese da profissão ao metodologismo.

Sendo assim, a consubstancialidade do reflexo das diretrizes curriculares no receituário da disciplina poderia se obter pela evidenciação das principais matrizes do pensamento social, articuladas aos demais componentes aludidos, bem como, no quesito de alinhamento à incorporação do debate étnico-racial no estudo dos fundamentos, por intermédio da explicitação das particularidades da questão étnico-racial no movimento da realidade brasileira e no Serviço Social, tais como a política eugenista pautada no mito da democracia racial, além da forma acentuada que a questão agrária e urbana ressoa sobre a população negra. Portanto, a confluência da disciplina às diretrizes curriculares se mostra como parcial.

3.6.3 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III – FHTMSS III: reincidência de lacunas quanto aos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

A continuidade da excursão sobre os alicerces da profissão ocorre, regularmente no terceiro período da matriz curricular, através da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III – FHTMSS III –, que em seu programa sinaliza o realce do processo de renovação e reconceituação do Serviço Social latino-americano e na particularidade brasileira como o balizador da construção de conhecimentos em sua diferenciada proporção de abstrações, de modo que sua ementa se desdobra nos seguintes pontos: “A reconceituação na América Latina e seus rebatimentos no Serviço Social brasileiro. As décadas de 1960 e 1970: a perspectiva modernizadora, a intenção de ruptura e a reatualização do conservadorismo” (UFU, 2024, p. 39).

Tem-se, assim, evidenciada a articulação dos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e da Formação Sócio-histórica Brasileira, uma vez que o processo de renovação, nas vertentes da modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, e reconceituação do Serviço Social, na perspectiva da intenção de ruptura, foi decisivo para o redirecionamento das bases e projeções profissionais, atravessado pela adversa conjuntura da autocracia burguesa.

No quesito da incorporação do debate étnico-racial, uma possibilidade reside na evidenciação das interlocuções do Serviço Social no Movimento de Reconceitualização com os movimentos sociais, dentre os quais os movimentos de negritude, assim como abordar a contribuição desses sujeitos coletivos na construção dos projetos profissional e societário em vigor.

Quanto à articulação ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, a explicitação das aproximações entre o Serviço Social no movimento de reconceitualização e a tradição marxista seria de pertinência, dada sua contribuição ao amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional alinhada à vertente da intenção de ruptura, que, subsidiada pela teoria social crítica e pelo materialismo histórico-dialético, tem como produtos o Projeto Ético-político Profissional (PEP), a direção societária com horizonte na emancipação humana, a Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993), o Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012), as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), dentre outros.

Uma vez estando implícitos os conteúdos relativos ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, avalia-se como parcial a ressonância da ementa da disciplina de FHTMSS III às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), no que concerne a manifestação da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação em seu programa.

3.6.4 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV – FHTMSS IV: correspondência integral à unidade dos núcleos com ênfase na dimensão teórico-metodológica

Ministrada regularmente no quarto período da matriz curricular, a disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV – FHTMSS IV – é responsável pela progressão do estudo das bases da profissão e seu nível distinto de abstração é assinalado no contexto da contemporaneidade, evocando conceitualizações teóricas componentes do arcabouço da tradição marxista, no sentido de explicar as múltiplas dimensões da constituição do ser social, tais quais:

Temas contemporâneos da sociedade brasileira no cotidiano como ponto de partida da prática profissional do assistente social, e a atuação do assistente social. A história como a substância da sociedade. O cotidiano é o espaço do incomum do irrepetido (*sic*). O humano-genérico. Homogeneização e particularidade. Estruturas características da vida cotidiana. Imediaticidade. Alienação e vida cotidiana. Preconceitos (UFU, 2024, p. 52).

De acordo com o visualizamos na ementa reproduzida, reitera-se a contemporaneidade como o elemento a articular o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, ao passo que os temas de ordem teórica são basilares para deslindar as determinações do exercício profissional sob uma ordem societária desfavorável ao projeto de profissão. Logo, é possível identificar a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional na súmula da disciplina em tela, assim como é notável a aproximação à dimensão ético-política ao tratar da temática dos preconceitos. Esta, de sua parte, se ampara em produções como a série “assistente social no combate ao preconceito” organizada pelo CFESS (2016), na qual podemos destacar o Caderno 3, com a temática racismo, no sentido de aproximar o debate à incorporação da questão étnico-racial.

Ademais, aproximar as determinações do exercício profissional na conjuntura exposta e diante dos referenciais teóricos aludidos requer a ênfase que o programa atribui à categoria cotidiano. Isto pois, a empreitada de sucessivas imersões na captura das múltiplas determinações do objeto demanda um empreendimento de suspensão temporária do cotidiano. Em outras palavras, uma suspensão da imediatividade, heterogeneidade e superficialidade extensiva da vida cotidiana, no intuito de destinar a completude de seu foco e suas forças em uma atividade que possibilite ao sujeito pesquisador o alcance de sua condição humano-genérica, tal como ocorre no ato de imersão em investigações crítico-analíticas orientadas pela captura das múltiplas determinações do objeto ou sujeito de pesquisa. Esse procedimento se encerra com o retorno à cotidianidade, na qual o sujeito que retorna de suas imersões, como descreve Netto (1994), o faz de forma qualificada, uma vez elevada a sua consciência no processo de suspensão.

Assim, visualiza-se na ementa da disciplina de FHTMSS IV uma correspondência integral às diretrizes curriculares na estruturação dos conteúdos, ainda que em seu distinto nível de aproximações denote-se uma ênfase no Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, porém sem prejuízo dos demais. Resta, então, saber como a última disciplina correspondente à matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social no curso da UFU (2023) manifesta tais relações.

3.6.5 Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social V – FHTMSS V: articulação dos núcleos com foco nos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

Como arremate do estudo das bases da profissão no curso da UFU (2023), a disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social V – FHTMSS V –,

situada no quinto período da matriz curricular, frisa o tema da mediação enquanto categoria marxista primordial à apropriação do materialismo histórico-dialético como método de leitura e intervenção críticas sobre a realidade social. Na ementa, essa temática está estruturada do seguinte modo:

A categoria de mediação no Serviço Social brasileiro. Principais autores que abordaram e introduziram a mediação em suas pesquisas. A contribuição de Hegel. A discussão do método dialético. A ontologia marxiana. Totalidade, mediação e particularidade. Mediação e Serviço Social no processo de reconstrução do objeto de intervenção profissional (UFU, 2024, p. 69).

Em tempo, é possível detectar uma ênfase no Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social ao tratar do complexo de categorias no entorno da mediação, tais como a perspectiva de totalidade, o movimento dialético do universal ao singular e vice-versa, a ontologia em Marx, dentre outras. De modo análogo, a ementa recomenda a abordagem das principais referências da intelectualidade crítica a trabalhar com essa categoria em suas obras.

O último tópico, de sua parte, “mediação e Serviço Social no processo de reconstrução do objeto de intervenção profissional” (*Ibidem*) confere a articulação aos núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e, em menor medida, da Formação Sócio-histórica Brasileira, uma vez que remete ao processo de maturação da concepção das refrações da “Questão Social” como o objeto de intervenção dos(as) assistentes sociais, processo imerso na dinâmica societária brasileira, em especial de forma decorrente dos resultados da reconceitualização. Concomitantemente, esse entendimento proporciona a aproximação ao debate étnico-racial, uma vez evidenciadas as mediações entre o racismo e a reprodução das relações sociais, como assinala Elpidio (2020).

A totalidade dos elementos expressos na ementa denota, por fim, a consonância da disciplina de FHTMSS V às diretrizes curriculares de maneira integral, uma vez que aciona a relação entre a categoria analítica enfocada, a mediação, às determinações do exercício profissional, sobretudo com relação ao seu objeto de intervenção, cuja menção ao processo de reconstrução indica articulação à dimensão sócio-histórica da unidade articulada dos conhecimentos. Portanto, a indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação é possível de ser apreendida na ementa da última disciplina da matéria básica de FHTMSS investigada.

3.6.6 Reiteração do alinhamento dos currículos plenos dos cursos de Serviço Social às diretrizes curriculares no Projeto Pedagógico do Curso da UFU

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFU (2023) encerra a etapa de análise documental deste trabalho de forma a endossar a tendência identificada nos demais currículos de maiores indícios de coerências do que divergências, em especial na análise da lógica da organização curricular, com as diretrizes da ABEPSS (1996). Isso ocorre tanto na descrição dos princípios da formação profissional, quanto na exposição da estrutura curricular e do entendimento impresso acerca do significado sócio-histórico da profissão, da sua direção social e dos projetos profissional, societário e formativo defendidos na hegemonia construída nas entidades representativas.

Quanto à estruturação da lógica curricular a partir da articulação de conhecimentos em três núcleos de fundamentação indissociáveis, o PPC da UFU (2023) espelha as elaborações dos demais currículos analisados no que se refere ao papel da unidade articulada desses eixos no enfrentamento à fragmentação dos conhecimentos. Diante disso, a descrição dos núcleos de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, da Formação Sócio-histórica Brasileira e do Trabalho Profissional coaduna com as formulações das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (1996).

De modo análogo, o currículo em questão compatibiliza com o entendimento majoritário acerca da vinculação das disciplinas correspondentes à matéria básica de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, pelo seu teor de síntese das determinações teórico-práticas e societárias. Dos PPCs analisados, a UFVJM e a UFTM apresentaram perspectivas distintas. A primeira, estabelece uma maior aproximação das disciplinas de FHTMSS ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. A segunda, por sua vez, explicita os Núcleos de Fundamentação como eixos articuladores não de componentes curriculares, mas da produção de pesquisa na graduação.

Relativamente à manifestação da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação nas ementas das referidas disciplinas, apenas em FHTMSS II e III foram identificadas lacunas, ambas na articulação com o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. Logo, em três de cinco disciplinas, avalia-se que a correspondência das ementas com as diretrizes curriculares se dá de modo integral, conforme Quadro 6, reforçando a avaliação de que os indícios de coerência superam os de divergência.

Quadro 6 – Síntese da análise das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na graduação da UFU (2023).

Disciplina	Avaliação
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I – FHTMSS I	Articulação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional na ementa.
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTMSS II	Lacunas no que se refere ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social.
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III – FHTMSS III	Reincidência de lacunas na dimensão teórico-metodológica.
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV – FHTMSS IV	Indícios da unidade articulada dos núcleos.
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social V – FHTMSS V	Núcleos articulados, com preponderância dos referenciais teórico-metodológicos.

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à incorporação do debate étnico-racial às diretrizes curriculares e, consequentemente, no estudo das bases históricas e teórico-metodológicas da profissão, no ementário analisado tanto do currículo da UFU, quanto das demais universidades, não se identifica nenhuma menção às particularidades étnico-raciais nos Fundamentos do Serviço Social. Corrobora-se, destarte, com a pesquisa desenvolvida por Silva (2023), acerca da presença do debate étnico-racial nos PPCs e ementário de seus respectivos componentes curriculares dos cursos de Serviço Social nas IFES vinculadas à regional Norte da ABEPSS. Os resultados da investigação indicam a ausência de menções à questão étnico-racial nas disciplinas de FHTMSS. Depreende-se, desse modo, que a incorporação desse debate nas diretrizes curriculares e no ensino dos Fundamentos do Serviço Social encontra-se ainda em construção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da revisão de literatura e da discussão dos resultados da análise documental empreendida, convém pontuar que as considerações tecidas acerca do ementário investigado não se dão com a pretensão de enquadrar a forma como esses documentos são redigidos nos lugares de certo ou errado, tampouco as reflexões dissertadas pretendem se alçar ao patamar de prescrições para o que seria uma correspondência ideal de seus conteúdos ao pressuposto de unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional. Logo, não consta dentre as finalidades desta pesquisa se projetar como o farol que ilumina o caminho rumo às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

O debate promovido e o apontamento de possibilidades de incremento das ementas ocorreram no sentido de reafirmação da articulação dos núcleos, bem como por um exercício de sistematização crítico-analítica diante do objeto de pesquisa. Portanto, não compõe o quadro de nossas intencionalidades aventar que as ementas precisam passar por processos de revisão, tampouco sugerir um esvaziamento da perspectiva de indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação em seus documentos. O que está em tela é a promoção de um diálogo metodologicamente fundamentado com os formatos do ementário investigado e as distintas formas em que a articulação desses núcleos pode se manifestar.

Nesse sentido, interessa reiterar a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação como o pressuposto central para a condução das análises desenvolvidas. Entendemos que esse encadeamento é uma expressão da unidade dialética entre formação e trabalho profissional, posto que a primeira consiste no processo inaugural do desenvolvimento do rigor teórico-metodológico do(a) futuro(a) profissional, ao passo que em cada ação há, pelo menos, uma matriz de pensamento direcionadora. Portanto, a formação profissional é o momento propício para a assimilação da práxis, isto é, da dialética teoria-prática-teoria.

Não obstante, perspectivas em contrário podem conter em si elementos de superdimensionamento da prática. Isso de tal modo que não se perceba as formas de entender e explicar o ser e a vida social, que alimentam tanto a ação quanto se nutrem dela. Logo, nessa concepção, afirmamos que não há neutralidade na prática, sendo, portanto, indissociável de orientações teóricas, independentemente das vontades dos sujeitos. Assim, partir do pressuposto de que “na prática, a teoria é outra” pode ser indicativo de uma concepção fragmentada da multiplicidade de determinações sobre a vida e a realidade social, reverberando, então, em intervenções funcionais à sociabilidade burguesa.

Diante disso, a indissociabilidade é uma estratégia no horizonte da superação da tendência de fragmentação das dimensões do conhecimento e da vida social alimentada constantemente pela imediatividade e heterogeneidade da vida cotidiana, como indica Netto (1994). Essa perspectiva baliza o relevo do princípio de unidade articula dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, sobretudo com relação aos objetivos desta pesquisa, uma vez que o exercício crítico-analítico despendido nas análises bibliográfica e documental permite desvendar os fundamentos da profissão para além de um olhar endógeno, ao passo que se evidencia no estudo da trajetória do Serviço Social, inserido na dinâmica societária e influenciado por distintas matrizes do pensamento social, as correlações intrínsecas entre o fazer profissional e os modos de entender, explicar e atuar sobre o mundo. Assim, o estudo dos fundamentos a partir da unidade articulada das suas dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas é uma tarefa de evidenciação da práxis.

Concomitante a esse ponto de vista, a empreitada de identificar e analisar consonâncias, afinidades e eventuais divergências entre as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) e o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas no território mineiro, aponta em um primeiro momento, para a confirmação da hipótese de que existe, em dada medida, vinculação dos currículos dos cursos de Serviço Social às diretrizes curriculares da ABEPSS.

Isso pode ser explicado por ao menos duas frentes. A primeira, pelas contribuições da entidade na formulação das diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2002), que, ainda minimizadas com relação ao teor político-pedagógico do documento de 1996, reverberam nos currículos plenos por estar inseridas no aparato normativo do Estado. A segunda diz respeito à própria capacidade dos(as) assistentes sociais alinhados(as) ao Projeto Ético-político de manter sua hegemonia e, com isso, incidir sobre a planificação dos cursos de Serviço Social. Isto posto, os currículos das Universidades Federais de Ouro Preto (UFOP, 2018), Viçosa (UFV, 2023), Juiz de Fora (UFJF, 2023), dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM, 2007), do Triângulo Mineiro (UFTM, 2024) e de Uberlândia (UFU, 2023), em sua totalidade, indicam consonâncias e afinidades com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

Ao deslocar a análise para o recorte do ementário das disciplinas correspondentes à matéria básica de FHTMSS, avaliamos correspondências em proporções integrais e parciais, com base na evidenciação de temas correlatos a um ou mais núcleos. Isso não significa que o ensino dos fundamentos por intermédio das disciplinas com consonâncias parciais às diretrizes curriculares ocorra à revelia da indissociabilidade dos núcleos, uma vez que essa se

manifesta tanto no conteúdo programático, quanto nas bibliografias indicadas. Ocorre que, uma vez situada a ementa como componente prescritivo de contato imediato e de prevalência sobre os demais, visto que é com base nela que os conteúdos programáticos e a indicação de bibliografia se constroem, é a essa ferramenta que a análise da relação com as diretrizes curriculares se circunscreve.

Dessa maneira, a análise do ementário em sua totalidade permitiu visualizar um semblante generalista e conciso na redação, sendo necessário recorrer a instrumentos complementares para uma maior visibilidade de quais temáticas têm sua abordagem planejada. Assim, a ementa acaba sendo uma ferramenta direcionada mais a quem atua na formulação do conteúdo programático, periodizado em unidades no semestre letivo, e na definição das bibliografias do que ao corpo discente, por exemplo.

Isso explica porquê a sistematização da análise documental das disciplinas é permeada pelo apontamento de possibilidades de substancialização das ementas, dado que sua investigação sem o recurso complementar do conteúdo programático e das bibliografias acaba por demandar abstrações subsidiadas na revisão bibliográfica das bases sócio-históricas e teórico-metodológicas da profissão, conforme a segunda seção deste trabalho. E isso não põe em xeque o alinhamento de quem redigiu as ementas às diretrizes curriculares, tampouco a autonomia e o princípio de flexibilidade na organização dos currículos, *cf.* ABEPSS (1996).

Diante do exposto, as disciplinas de FHTMSS do curso de Serviço Social da UFOP (2018), cujas análises bibliográfica e documental foram realizadas entre 2020 e 2022 e, com isso, se apresentam como os precedentes da pesquisa que aqui se expande às demais IFES no estado de Minas Gerais que dispõem de curso na área³⁹, apresentam em sua maioria lacunas com relação a pelo menos um dos Núcleos de Fundamentação. É importante ressaltar, contudo, que o acúmulo desenvolvido após os marcos dessa pesquisa pôde fomentar caminhos de análise no tempo presente que não necessariamente correspondem de forma idêntica aos critérios e níveis de abstração de outrora. Nesse sentido, avaliamos, com base na revisão dos resultados da pesquisa precedente, que:

- a) a ementa da disciplina de Introdução ao Serviço Social poderia tornar mais nítidas as referências ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social;
- b) a disciplina de Fundamentos do Serviço Social I apresenta lacunas quanto aos três Núcleos de Fundamentação;

³⁹ Cabe recapitular que o curso de Serviço Social da UFOP tem seu Projeto Pedagógico revisado e com as alterações aprovadas no ano de 2022, tendo a referida pesquisa iniciada em 2020 contribuído para os debates do Grupo de Trabalho (GT) de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, do Núcleo Docente Estruturante (NDE), como pode ser visto em Tomaz, Pires e Silva (2022).

- c) Fundamentos do Serviço Social II, de sua parte, indica de forma nítida a articulação dos três núcleos;
- d) ao passo que Fundamentos do Serviço Social III demanda a evidenciação do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira; e
- e) Serviço Social na Contemporaneidade requer explicitar o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Em sequência, a análise do ementário das disciplinas de FHTMSS do curso da UFV (2023) indica que:

- a) Introdução ao Serviço Social apresenta lacunas quanto à articulação dos três Núcleos de Fundamentação;
- b) FHTM I demanda a explicitação dos Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social;
- c) já FHTM II expressa de forma nítida a articulação dos núcleos em totalidade; enquanto
- d) FHTM III, tal como FHTM I, apresenta a dimensão teórico-metodológica de maneira implícita.

Em contrapartida, a investigação do ementário das disciplinas de FHTMSS do curso da UFJF (2023) aponta em sua completude a unidade articulada com os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, de modo que em cada ementa há ao menos uma referência nítida a cada núcleo. Isto, em que pese a nomenclatura dessas disciplinas, “Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (I, II, III e IV)”, que no campo das aparências pode indicar uma supressão do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira em sua composição, mas que no campo da essência não se confirma pelos resultados da análise documental.

Ato contínuo, o ementário das disciplinas correspondentes à referida matéria básica na UFVJM (2007) indica a preponderância da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação – isso em Fundamentos do Serviço Social I, II, III e IV. Identificamos lacunas apenas na disciplina de Introdução ao Serviço Social, na qual não há nitidez de tópicos correlatos ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social de forma a completar sua afinidade às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) em proporção integral.

Panorama semelhante se observa na análise documental sobre o ementário das disciplinas de FHTMSS do curso da UFTM (2024), em que apenas Introdução ao Serviço

Social apresenta lacunas quanto ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. As demais, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV, expressam nitidez no que se refere à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação, conferindo consonância integral às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Por fim, o ementário das cinco disciplinas correspondentes à matéria de Fundamentos do Serviço Social no currículo da UFU aponta para a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação em três delas – FHTMSS I, IV e V –, enquanto em duas – FHTMSS II e III – há reincidência de lacunas referentes ao Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, indicando, portanto, a pretendida unidade em proporção parcial.

No plano geral, a incidência de disciplinas com manifestação parcial da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação, sobretudo no ementário da UFOP (2018) e da UFV (2023), conforme Quadro 7, coaduna com a percepção do nível de generalidade e concisão com que as ementas são redigidas, o que pode indicar uma avaliação comum nos processos de estruturação do ementário de que caberia à descrição dos conteúdos programáticos divididos em unidades no interior dos semestres letivos a tarefa de explicitar os conteúdos preceituados nas ementas. Não convém, entretanto, polemizar essa questão, apenas apresentar uma possível hipótese para investigações futuras em decorrência deste trabalho.

Quadro 7 – Síntese da análise do ementário de Fundamentos do Serviço Social nas universidades mapeadas.

Instituição de Ensino Superior	Avaliação
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Lacunas quanto à unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação nas disciplinas de Introdução ao Serviço Social, Fundamentos do Serviço Social I e III, bem como Serviço Social na Contemporaneidade. Indissociabilidade expressa na disciplina de Fundamentos do Serviço Social II.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Apenas a disciplina de Fundamentos Históricos Teórico Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II – apresenta articulação integral dos núcleos. Introdução ao Serviço Social, assim como FHTM I e III, demonstram lacunas.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV indicam a indissociabilidade dos núcleos.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Detectadas lacunas em Introdução ao Serviço Social. Fundamentos do Serviço Social I, II, III e IV manifestam a unidade dos núcleos.
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Lacunas identificadas em Introdução ao Serviço Social. Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I, II, III e IV sinalizam articulação dos núcleos.
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Unidade articulada dos núcleos em Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social – FHTMSS – I, IV e V. Lacunas em FHTMSS II e III.

Fonte: Elaboração própria.

Consideramos que os resultados da pesquisa confirmam a hipótese de que são existentes as vinculações entre os currículos de graduação em Serviço Social com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) em proporções que compreendem desde a sinalização dos pressupostos e princípios da formação profissional ao enquadramento dos núcleos como eixos articuladores da estrutura curricular. No recorte do ementário das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS), de sua parte, essa conexão ocorre em níveis parciais e integrais, porém observamos a preponderância dos indícios de consonâncias às diretrizes curriculares do que de divergências ou distanciamentos.

Por fim, a pormenorização dos documentos analisados foi uma tarefa desafiadora diante da extensão de abstrações que o estudo dos Fundamentos do Serviço Social demanda, assim como perante as requisições da vida cotidiana. Contudo, entendo que a imersão nas análises bibliográfica e documental, subsidiadas no método comparativo e no materialismo histórico-dialético, propiciada por este trabalho fortalece o meu desenvolvimento da dimensão investigativa do trabalho profissional, por via da promoção de sucessivas aproximações às múltiplas determinações do objeto de estudo. Dito isso, não há pretensão de esgotar o debate aqui iniciado, reconhecidos os limites deste formato de trabalho acadêmico diante da complexidade do objeto.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996.

Disponível em:

http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

AMARAL JUNIOR, J. C. do. Economia Doméstica e Serviço Social: análise das contingências históricas de uma aproximação. **Serviço Social em Perspectiva**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 179-193, 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3300/3523>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, extinção e memória. **Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 194, p. 51-59, 6 jul. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33653/19740>. Acesso em: 29 mar. 2025.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, M. A. R. A. de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ANDREAZZI, M. F. S. Os planos de saúde e as ameaças ao sistema de saúde brasileiro na atualidade. *In*: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org). **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a Privatização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014. p. 53-60.

BARROCO, M. L. da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022.

BRANCO, R. C. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Decreto nº 43.566, de 24 de abril de 1958. **Concede autorização para o funcionamento do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43566-24-abril-1958-382549-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

_____. Lei nº 3.252, de 27 de Agosto de 1957. **Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social**. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3252-27-agosto-1957-354707-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Brasília, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

_____. Lei nº 6.139, de 11 de novembro de 1974. **Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora**. Brasília, 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6139-11-novembro-1974-357352-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005. **Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111173.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **E-MEC: sistema de regulação do ensino superior**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 9 abr. 2025.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://cfess.org.br/uploads/legislacao/4698/4BkiAYqNSoUu-XQd6sxPcrGxzdEAVNA3.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

CARDOSO, I. C. da C.; *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n7-proposta-basica-para-o-processo-de-formacao-201702011414494824610.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Caderno 03. **Série Assistente Social no combate ao preconceito – racismo**. Brasília: 2016. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2019/12/caderno3_racismo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10^a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2015. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

CHAGAS, D. E. S.; LISBOA, M. da N. Serviço Social Libertário: uma análise da presença conservadora no Serviço Social na contemporaneidade. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**, Londrina, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2496>. Acesso em: 29 mar. 2025.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 9^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519/44330>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 62–76, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Orientador: José Paulo Netto. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, D. S. M. M. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social**: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Orientadora: Cláudia Mônica dos Santos. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2161>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FIGUEIREDO, K. A.; MACIEL, F. C. de C. Serviço Social na educação básica: um percurso de lutas, diálogos, contradições e conquistas. In: MARQUES, E.; *et al.* (Orgs.). **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4**. Brasília: CFESS, 2023. p. 75-100. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES_L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-718, 2009.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y.; *et al* (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2ª. ed. Campinas: Papel Social, 2019. p. 25-46.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. L.; GUERRA, Y. A. D. **Projeto Ético Político do Serviço Social: contribuição à sua crítica**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.

HOBSBAWM, E. J. Os anos dourados. In: HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 9, p. 253-281.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, n. 3, ano 2, Brasília: ABEPSS, Graflin, jan./jun. 2001. p. 9-32.

_____. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 414-452.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação Sócio-histórica**. 1ª ed. São Paulo: Cortez; 1982.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação Sócio-histórica.** 18ª ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2005.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos estudos.** São Paulo: CEBRAP, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai./ago. 2018.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. *In:* TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARTINELLI, T. Primeiro-damismo e o neoconservadorismo: justificando a necessidade do estudo em defesa da Seguridade Social. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Rio de Janeiro, 2022).** Brasília: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262091>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. *In:* DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálisis.** Florianópolis, v. 16, n. spe, p.17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2025.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista em Pauta.** Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 20. 2007. p. 127-139. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164/189>. Acesso em 24 mar. 2025.

MOTA, D. D. G. M. da. O personalismo na memória mineira e os vários sentidos da Revolução de 1930. **XXIX Simpósio Nacional de História.** Brasília: 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488745227_ARQUIVO_PERSONALIS_MOMEMORIAEOSSENTIDOSDAREVOLUCAO.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. Para a Crítica da Vida Cotidiana. *In:* NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 65-89.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, abr. 1996.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista / o ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, J. As classes sociais no capitalismo. *In*: OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 109-142.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, K. G. da. **Serviço Social e debate étnico-racial: uma análise dos projetos político-pedagógicos de cursos – PPC das unidades de formação acadêmica – UFA em serviço social da região norte da ABEPSS**. 2023. 63f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/6162>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SILVA, M. M. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Praia Vermelha**, v. 29, n. 2, p. 559-587, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SINGER, P. **Aprender Economia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Orientadora: Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

TOMAZ, C. S.; PIRES, F. A.; SILVA, A. C. M. S. Um estudo sobre o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social na UFOP à luz das Diretrizes Gerais da ABEPSS. **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Anais. Brasília: 2022. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000000716.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Projeto Político-Pedagógico. **Faculdade de Serviço Social**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facsocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

UFOP – UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Projeto Pedagógico. **Curso de Graduação em Serviço Social**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

Disponível em:

https://icsa.ufop.br/sites/default/files/icsa/files/projeto_pedagogico_servico_social_ufop_mail9.pdf?m=1559061561. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Disponível em:

https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CONEC_76_ANEXO_0.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

UFTM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social (Campus Sede)**. Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2024. Disponível em:

<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=magic%3A63b76198a0eab9c3c530376c&secret=uftm>

. Acesso em: 28 mar. 2025.

UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Ficha de Componente Curricular**. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2024. Disponível em:

https://faces.ufu.br/system/files/conteudo/1_fichas_de_disciplinas_pp_novo_2024_2.pdf.

Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

Disponível em:

https://faces.ufu.br/system/files/conteudo/3_ppc_ss2023projetopedagogicoss_2024_2.pdf.

Acesso em: 28 mar. 2025.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa – UFFV**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2023. Disponível em: <https://dse.ufv.br/graduacao/projeto-pedagogico-do-curso>.

Acesso em: 26 mar. 2025.

_____. Programa Analítico de Disciplina. **SES 110 - Introdução ao Serviço Social**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2025a.

Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/dti/catalogo/programa-analitico/63931>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. Programa Analítico de Disciplina. **SES 113 - Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social - FHTM I**.

Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2025b. Disponível em:

<https://www3.dti.ufv.br/dti/catalogo/programa-analitico/60615>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. Programa Analítico de Disciplina. **SES 114 - Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social - FHTM II**.

Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2025c. Disponível em:

<https://www3.dti.ufv.br/dti/catalogo/programa-analitico/59397>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. Programa Analítico de Disciplina. **SES 116 - Fundamentos Históricos Teórico- Metodológicos do Serviço Social - FHTM III**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2025d. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/dti/catalogo/programa-analitico/60582>. Acesso em: 29 mar. 2025.

UFVJM – UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto Pedagógico. **Curso de Graduação em Serviço Social**. Teófilo Otoni: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2007. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/historia/resolucoes-do-curso/doc_view/58-projeto-pedagogico-servico-social-.html. Acesso em: 26 mar. 2025.

VASCONCELOS, A. M. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e Teórico- Metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In*: GUERRA, Y. A. D. (Org.). **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009a. p. 1-27. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009b. p. 1-21. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7IhGdgh1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.